

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

## **1. Contexto operacional**

A Suzano Holding S.A. (“Suzano Holding” ou “Companhia”) é uma holding controladora da Suzano S.A., designada a seguir como “Suzano” que tem como objeto a fabricação e comercialização, no país e no exterior, de celulose de fibra curta de eucalipto e papel, além da formação e exploração de florestas de eucalipto para uso próprio, operação de terminais portuários, participação como sócia ou acionista, de qualquer outra sociedade ou empreendimento e a geração e a comercialização de energia elétrica. A Suzano possui ações negociadas na B3 S.A. (“Brasil, Bolsa, Balcão - “B3”), segmento do Novo Mercado sob o *ticker* SUZB3. Em 10 de dezembro de 2018, a Suzano iniciou a negociação de suas *American Depositary Receipts* (“ADRs”), na proporção de 1 (uma) ação ordinária, Nível II, negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (“New York Stock Exchange - “NYSE”) sob o *ticker* SUZ, conforme programa aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

A Suzano possui 11 (onze) unidades industriais, localizadas em Aracruz (Espírito Santo), Belém (Pará), Eunápolis (Bahia) e Mucuri (Bahia), Fortaleza (Ceará), Imperatriz (Maranhão), Jacareí, Limeira, Rio Verde e Suzano (São Paulo) e Três Lagoas (Mato Grosso do Sul).

A sede social da Companhia está localizada em São Paulo, Estado de São Paulo. A Companhia é controlada por membros da família Feffer.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 15 de março de 2021.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

## 1.1. Participações societárias

A Companhia detém participações societárias nas seguintes entidades legais:

Denominação	País	Tipo de participação	% de participação	
			31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Suzano S/A	Brasil	Direta	27,25%	27,25%
AGFA – Com. Adm. e Participações Ltda. <sup>(1)</sup>	Brasil	Direta		100,00%
Asapir Produção Florestal e Comércio Ltda. <sup>(1)</sup>	Brasil	Direta		100,00%
Celluforce Inc.	Canadá	Direta	8,30%	8,30%
Comercial e Agrícola Paineiras Ltda. <sup>(1)</sup>	Brasil	Direta		99,99%
Ensyn Corporation	Estados Unidos da América	Direta	25,30%	25,30%
F&E Technologies LLC	Estados Unidos da América	Direta	50,00%	50,00%
F&E Tecnologia do Brasil S.A. <sup>(2)</sup>	Brasil	Direta	100,00%	100,00%
Facepa - Fábrica de Papel da Amazônia S.A. <sup>(1)</sup>	Brasil	Direta/Indireta		92,80%
Fibria Celulose (USA) Inc.	Estados Unidos da América	Direta	100,00%	100,00%
Fibria Overseas Finance Ltd.	Ilhas Cayman	Direta	100,00%	100,00%
Fibria Terminais Portuários S.A. <sup>(1)</sup>	Brasil	Direta		100,00%
Fibria Terminal de Celulose de Santos SPE S.A.	Brasil	Direta	100,00%	100,00%
FuturaGene AgriDev Xinjiang Company Ltd.	China	Indireta	100,00%	100,00%
FuturaGene Biotechnology Shanghai Company Ltd.	China	Indireta	100,00%	100,00%
FuturaGene Brasil Tecnologia Ltda. <sup>(1)</sup>	Brasil	Direta/Indireta		100,00%
FuturaGene Delaware Inc.	Estados Unidos da América	Indireta	100,00%	100,00%
FuturaGene Hong Kong Ltd.	Hong Kong	Indireta	100,00%	100,00%
FuturaGene Inc.	Estados Unidos da América	Indireta	100,00%	100,00%
FuturaGene Israel Ltd.	Israel	Indireta	100,00%	100,00%
FuturaGene Ltd.	Inglaterra	Indireta	100,00%	100,00%
Gansu FuturaGene Biotech Co. Ltd. <sup>(3)</sup>	China	Indireta		100,00%
Ibema Companhia Brasileira de Papel	Brasil	Direta	49,90%	49,90%
Itacel - Terminal de Celulose de Itaqui S.A.	Brasil	Indireta	100,00%	100,00%
Maxcel Empreendimentos e Participações S.A.	Brasil	Direta	100,00%	100,00%
Mucuri Energética S.A.	Brasil	Direta	100,00%	100,00%
Ondurman Empreendimentos Imobiliários Ltda. <sup>(1)</sup>	Brasil	Direta/Indireta		100,00%
Paineiras Logística e Transportes Ltda.	Brasil	Direta	100,00%	100,00%
Portocel - Terminal Espec. Barra do Riacho S.A.	Brasil	Direta	51,00%	51,00%
Projetos Especiais e Investimentos Ltda.	Brasil	Direta	100,00%	100,00%
Rio Verde Participações e Propriedades Rurais S.A. <sup>(4)</sup>	Brasil	Direta	100,00%	100,00%
SFBC Participações Ltda. <sup>(5)</sup>	Brasil	Direta	100,00%	
Spinova OY <sup>(6)</sup>	Finlândia	Direta	23,44%	24,06%
Stenfar S.A. Indl. Coml. Imp. Y. Exp. <sup>(7)</sup>	Argentina	Direta	100,00%	100,00%
Suzano Austria GmbH.	Áustria	Direta	100,00%	100,00%
Suzano Canada Inc.	Canadá	Direta	100,00%	100,00%
Suzano International Trade GmbH.	Áustria	Direta	100,00%	100,00%
Suzano Operações Industriais e Florestais S.A. <sup>(8)</sup>	Brasil	Direta	100,00%	
Suzano Participações do Brasil Ltda. <sup>(9)</sup>	Brasil	Direta		100,00%
Suzano Pulp and Paper America Inc.	Estados Unidos da América	Direta	100,00%	100,00%
Suzano Pulp and Paper Europe S.A.	Suíça	Direta	100,00%	100,00%
Suzano Shanghai Ltd. <sup>(10)</sup>	China	Direta	100,00%	
Suzano Trading International KFT	Hungria	Direta	100,00%	100,00%
Suzano Trading Ltd.	Ilhas Cayman	Direta	100,00%	100,00%
Veracel Celulose S.A. <sup>(11)</sup>	Brasil	Direta	50,00%	50,00%
Premesa S.A.	Brasil	Direta	99,17%	99,17%
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	Brasil	Direta	83,33%	83,33%

- 1) Em 31 de dezembro de 2020, incorporação da entidade pela Suzano.
- 2) Em 31 de maio de 2020, reorganização societária em decorrência da incorporação da Suzano Participações do Brasil Ltda. pela Suzano. Anteriormente, a participação desta entidade era detida diretamente pela Suzano Participações do Brasil Ltda. e indiretamente pela Suzano. Após a incorporação, passou a ser detida integralmente pela Suzano.
- 3) Em 08 de abril de 2020, alienação da participação societária.
- 4) Em 31 de maio de 2020, reorganização societária em decorrência da incorporação da Suzano Participações do Brasil Ltda. pela Suzano. Anteriormente, a participação desta entidade era detida diretamente pela Suzano Participações do Brasil Ltda. e indiretamente pela Suzano. Após a incorporação, passou a ser detida integralmente pela Suzano.

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

- 5) Em 31 de agosto de 2020, entidade legal constituída em decorrência de reorganização societária.
- 6) Em 29 de janeiro de 2020, diluição de participação em decorrência de aquisição de participação por outro investidor.
- 7) Em 31 de dezembro de 2020, reorganização societária em decorrência da incorporação da Comercial e Agrícola Paineiras Ltda. pela Suzano. Anteriormente, a participação desta entidade era detida em 90% pela Suzano. e 10% pela Comercial e Agrícola Paineiras Ltda. Após a incorporação, passou a ser detida integralmente pela Suzano.
- 8) Em 02 de dezembro de 2020, entidade legal constituída em decorrência de reorganização societária.
- 9) Em 31 de maio de 2020, incorporação da entidade pela Suzano.
- 10) Em 26 de fevereiro de 2020, entidade legal constituída em decorrência de reorganização societária.
- 11) Operação em conjunto com a Stora Enso, empresa localizada na Finlândia.

## **1.2. Principais eventos ocorridos no exercício na Companhia e na Suzano**

### **1.2.1. Efeitos decorrentes da COVID-19**

Com o advento da pandemia da COVID-19 a Companhia e a Suzano adotaram e vêm mantendo as medidas preventivas e mitigatórias em cumprimento com as regras e políticas estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais visando minimizar, tanto quanto possível, eventuais impactos decorrentes da pandemia da COVID-19, popularmente conhecido como o novo coronavírus, sobre a segurança das pessoas, da sociedade e os seus negócios.

Dessa maneira as ações da Companhia e da Suzano estão pautadas em três pilares:

- (i) Proteção às pessoas: com o objetivo de proporcionar segurança aos seus colaboradores e terceiros que atuam nas suas operações, a Companhia e a Suzano adotaram uma série de medidas que visam minimizar a exposição da sua equipe e/ou a mitigação dos riscos de exposição.
- (ii) Proteção à sociedade: um dos três direcionadores de cultura da Companhia e da Suzano é “Só é bom pra nós, se for bom para o mundo”. Nesse sentido, desde o início da pandemia até o momento, a Suzano adotou uma série de medidas de proteção à sociedade, dentre as quais se incluem:
  - Doação de papel higiênico, guardanapos e fraldas descartáveis produzidos pela Suzano para regiões necessitadas.
  - Compra de 159 respiradores e 1.000.000 de máscaras hospitalares para doação aos Governos Federal e Estaduais.
  - Participação na ação conjunta com Positivo Tecnologia, a Klabin, a Flextronics e a Embraer, de apoio à empresa brasileira Magnamed, na produção de respiradores que foram entregues ao Governo Federal. O desembolso efetuado pela Suzano nessa ação foi de R\$ 9.584.
  - Construção de um hospital de campanha em Teixeira de Freitas (BA) em conjunto com a Veracel, o qual já foi entregue ao governo estadual e inaugurado em Julho/2020.
  - Estabelecimento de parceria com a Fatec de Capão Bonito para produção de álcool em gel.
  - Empréstimo de empilhadeiras para movimentação das doações recebidas pela Cruz Vermelha.

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

- Manutenção de todos os empregos diretos.
- Manutenção, por 90 dias (até o final de junho de 2020) do pagamento de 100% do custo da folha de pagamento dos trabalhadores de prestadores de serviços que tiveram suas atividades suspensas em decorrência da pandemia, visando a consequente preservação de empregos.
- Criação do programa de apoio a fornecedores de pequeno porte, programa social de apoio a pequenos agricultores para vender seus produtos por meio do sistema de entrega domiciliar em 38 comunidades apoiadas pelo Programa de Desenvolvimento Rural e Territorial da Suzano ("PDRT") em 5 Estados e programa social com o objetivo de confeccionar 125 mil máscaras nas comunidades para doação em 5 Estados.
- Lançamento do programa de suporte a sua carteira de clientes de papel de pequeno e médio porte intitulado "Tamo Junto" com o objetivo de garantir que essas empresas tenham capacidade financeira e de gestão na retomada das atividades.

Os desembolsos efetuados para realização das ações sociais implementadas pela Suzano somaram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o valor total de R\$48.590 (nota 30).

- (iii) Proteção à continuidade dos negócios: até o presente momento a Companhia e a Suzano continuam com as suas operações normalizadas e um comitê de gerenciamento de crise foi implementado e continua em funcionamento.

O setor de papel e celulose foi reconhecido pela Organização Mundial da Saúde ("OMS"), bem como por diversos países, como produtor de bens essenciais à sociedade. Portanto, para cumprir a responsabilidade decorrente da essencialidade do negócio, a Suzano tomou medidas para garantir, na maior extensão possível, a normalidade operacional e o pleno atendimento a seus clientes, aumentando o nível de estoques de madeira e matérias-primas nas fábricas e avançando seus estoques de produto acabado, aproximando-os de seus clientes para mitigar eventuais riscos de ruptura na cadeia logística de suprimento das fábricas e de venda de seus produtos.

A conjuntura atual decorrente da COVID-19 também implica em um maior risco de crédito, sobretudo de seus clientes do negócio de papel. Assim, a Suzano também vem monitorando a evolução desse risco e implementando medidas para mitigá-lo, sendo que até o momento, não houve impacto financeiro significativo.

Em função das medidas de isolamento social adotadas no Brasil e em diversos países do mundo, ocasionando o fechamento de escolas e de escritórios por exemplo, a demanda por papéis de imprimir e escrever foi reduzida. Diante de tal conjuntura, assim como anunciado por produtores de papel em diversos países do mundo, a Suzano decidiu por reduzir temporariamente seu volume de produção de papel. Conforme anteriormente divulgado nas informações trimestrais do período findo em 31 de março de 2020, a Suzano efetuou parada de produção temporária nas linhas de produção de papel das fábricas de Mucuri e Rio Verde, no entanto, as atividades das fábricas foram retomadas ao nível normal no início do mês de julho de 2020.

Por fim, é oportuno informar que, em decorrência do atual cenário, a Suzano tem feito e mantido um vasto esforço de comunicação para aumentar ainda mais a interação com suas principais partes

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

interessadas, com o objetivo de garantir a adequada transparência e fluxo de informações com as mesmas de forma tempestiva à dinâmica da conjuntura social e econômica.

### **1.2.2 Venda de imóveis rurais e florestas (madeira em pé) (“Transação”)**

Em 20 de novembro de 2020, a Suzano estabeleceu um acordo de compra e venda de florestas e um compromisso de compra e venda de imóveis rurais e outras avenças, com Bracell SP Celulose Ltda. (“Bracell”) e Turvinho Participações Ltda. (“Turvinho”, e em conjunto com BSP, “Compradores”), pelos quais a Suzano vendeu e os compradores (i) adquiriram 21.066 hectares de propriedade rural localizadas na região central do Estado de São Paulo, sendo parte por meio de venda e parte por transferência da Suzano para os compradores dos contratos de arrendamento em que a Suzano é parte; (ii) adquiriram as florestas maduras e imaturas e (iii) comprometeram-se a comprar volume adicional de madeira em pé, pelo preço total de R\$1.056.756, cuja composição da contraprestação corresponde à:

- i) Venda dos imóveis rurais: R\$680.895
- ii) Venda das florestas de eucalipto (maduras) e florestas em formação (imaturas): R\$375.860
- iii) Transferência dos contratos de arrendamento: R\$1

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) analisou as condições aplicáveis a este tipo de operação e aprovou a transação, sem restrições, em 8 de dezembro de 2020. Em 29 de dezembro de 2020, concluiu e arquivou o processo, emitindo a Certidão de Trânsito em Julgado da Transação.

O *Closing* da transação, conforme estabelecido em contrato, se deu no 5º dia útil subsequente à emissão da Certidão de Aprovação do CADE, tendo como data de conclusão da transação, o dia 5 de janeiro de 2021, conforme nota 32.1.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, em atendimento ao CPC 31/IFRS 5 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, a Suzano reclassificou para a rubrica de ativos não circulantes mantidos para a venda, os bens disponíveis de forma imediata e nas condições atuais (imóveis rurais e florestas de eucalipto maduras), no montante total de R\$313.338, sendo:

- i) Ativo Imobilizado: referente aos imóveis rurais no montante de R\$289.867, correspondente ao valor contábil e custo atribuído (“*deemed cost*”); e,
- ii) Ativos Biológicos: referente às florestas de eucaliptos maduras no montante de R\$23.471, correspondente ao valor contábil do custo de formação.

Para os terrenos e imóveis rurais que possuam florestas de eucalipto em formação (imaturas), a Companhia e a Turvinho, firmaram contrato de comodato na data da conclusão da transação (“*Closing*”). O contrato vigorará até que os ativos biológicos atinjam o ponto de corte (madura), ocasião em que será entregue a madeira junto à Bracell. A projeção de entrega da madeira ocorrerá durante os exercícios findos nos anos de 2021 a 2027.

Os ativos biológicos correspondem às florestas de eucalipto em formação (imaturas), no valor de R\$140.142, permanece classificado no grupo do ativo biológico da Suzano, até sua formação e entrega da madeira junto a Bracell.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

### 1.2.3. Aprovação da incorporação da Facepa

Em 28 de dezembro de 2020, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Suzano a incorporação da Facepa, subsidiária integral da Suzano, com a transferência de todo seu patrimônio líquido para a Suzano e a sua consequente extinção ("Incorporação"), sendo que o capital social da Suzano permaneceu inalterado em decorrência dessa Incorporação. Em virtude da Incorporação, a Suzano sucedeu a Facepa em todos os seus direitos e obrigações.

A tabela abaixo apresenta, de forma sumarizada, o balanço patrimonial da Facepa em 31 de dezembro de 2020:

<b>ATIVO</b>		<b>PASSIVO</b>	
<b>CIRCULANTE</b>		<b>CIRCULANTE</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	47.397	Fornecedores	219.578
Contas a receber de clientes	53.777	Contas a pagar de arrendamento	451
Estoques	34.977	Tributos a recolher	1.813
Tributos a recuperar	45.738	Salários e encargos sociais	7.064
Outros ativos	1.845	Dividendos a pagar	8.004
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>183.734</b>	Outros passivos	4.515
		<b>Total do passivo circulante</b>	<b>241.425</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>NÃO CIRCULANTE</b>	
Tributos a recuperar	183	Empréstimos e financiamentos	3.650
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.498	Contas a pagar de arrendamento	1.011
Depósitos judiciais	1.231	Provisão para passivos judiciais	7
	<b>5.912</b>	<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>4.668</b>
		<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>246.093</b>
Investimento	15.839	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	
Imobilizado	65.487	Capital social	24.713
Direito de uso	1.389	Lucros acumulados	1.675
Intangível	120	<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>26.388</b>
	<b>82.835</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>272.481</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>88.747</b>		
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>272.481</b>		

## 1.3 Principais eventos ocorridos no exercício anterior

### 1.3.1 Combinação de negócios com a Fibria

Em 3 de janeiro de 2019, data de aquisição do controle pela Suzano, após atendidas todas as condições para a conclusão da combinação de negócios e bases acionárias, foi realizada a troca das ações da Fibria por ações da Suzano e, em 14 de janeiro de 2019, a Suzano concluiu o processo de reorganização societária, nos termos do Acordo celebrado entre as empresas em 15 de março de 2018.

A Suzano realizou a avaliação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos da Fibria e, utilizando a contraprestação transferida total para a Incorporação, e alocação para tais ativos e passivos.

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

A tabela a seguir, resume a alocação do preço de compra final com base no laudo de avaliação elaborado por empresa especializada e independente:

Contraprestação transferida em dinheiro	27.797.441
Emissão de ações da Suzano	9.438.413
<b>Contraprestação transferida total</b>	<b>37.235.854</b>
Valor contábil do patrimônio líquido da Fibria	14.149.004
Baixa do valor contábil do ágio existente, líquido de impostos diferidos	(3.495.077)
Dividendos mínimos propostos (eliminado do balanço na data de aquisição)	724.829
<b>Valor contábil do patrimônio líquido da Fibria, líquido do ágio</b>	<b>11.378.756</b>
Mais valia alocada aos ativos e passivos	
Estoque	2.178.903 <sup>(1)</sup>
Imobilizado	9.362.315 <sup>(2)</sup>
Relacionamento com cliente	9.030.779 <sup>(3)</sup>
Ativos e direitos portuários	749.060 <sup>(4)</sup>
Passivos contingentes	(2.970.546) <sup>(5)</sup>
Empréstimos e financiamentos	(59.921) <sup>(6)</sup>
Impostos a recuperar	(235.843) <sup>(7)</sup>
Demais ativos e passivos líquidos	451.624 <sup>(8)</sup>
Impostos diferidos, líquidos	(546.324) <sup>(9)</sup>
<b>Total do valor justo</b>	<b>17.960.047</b>
<b>Ágio por expectativa de rentabilidade futura</b>	<b>7.897.051 <sup>(10)</sup></b>

- 1) Calculado considerando o saldo dos produtos acabados com base no preço de venda, líquido das despesas de venda e de uma margem aceita baseada nos resultados realizados em 2018.
- 2) Apurado com base na análise de dados de mercado nas transações comparáveis e na quantificação do custo, a partir da estimativa do valor de substituição ou reposição dos bens.
- 3) Para a determinação do ajuste ao valor justo na carteira de clientes, foi considerada a abordagem da renda (*income approach*) e o método excesso de resultados multianuais (*"Multi Period Excess Earnings Method - MPEEM"*) que mensura o valor presente dos rendimentos que serão gerados durante a vida útil remanescente do ativo. Considerando o histórico de 5 anos com os dados de vendas da Fibria e a taxa de cancelamentos de clientes (*"churn rate"*) que mensura a satisfação e a permanência dos clientes na carteira, o ajuste foi calculado usando fluxos de caixa descontados estimados.
- 4) A Fibria possuía contratos de concessão e ativos portuários, para auxiliar nas operações em portos no Brasil. Para a mensuração de valor justo destes ativos foi considerado a abordagem da renda e o método excesso de resultados multianuais (*"Multi Period Excess Earnings Method - MPEEM"*) que mensura o valor presente dos rendimentos que serão gerados durante a vida útil remanescente do ativo e método de diferencial direto de custos.
- 5) Na combinação de negócios, para a mensuração do valor justo das contingências, cujas probabilidades de perda eram classificadas como possível e remota, foram considerados, pela Administração da Suzano e seus assessores externos e independentes por seus valores justos, cujos montantes foram mensurados com base nas análises dos advogados externos da Suzano.
- 6) O ajuste ao valor justo de empréstimos e financiamentos foi calculado com base no valor justo dos *Bonds*, a partir da cotação do título em mercado secundário e do ajuste a valor presente considerando a taxa de mercado na data base de 31 de dezembro de 2018.
- 7) Para a mensuração do valor justo dos impostos a recuperar foi considerado o montante que será recuperado, descontado ao valor presente levando em conta a taxa Selic esperada para o período de realização dos impostos.
- 8) Em demais ativos e passivos líquidos, incluindo contratos de fornecimento, contas a receber de clientes e adiantamento a fornecedores, foi utilizada a metodologia de avaliação de renda (*income approach*), o valor presente e o diferencial direto de custos.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

- 9) Imposto de renda diferido ativo calculado sobre os ajustes de valor justo dos ativos da Veracel e Portocel. Para os demais valores justos, não foram constituídos imposto de renda diferido passivo por considerar a incorporação da Fibria em abril de 2019.
- 10) O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é atribuído à forte posição de mercado e à futura rentabilidade esperada da Fibria em negociações no mercado de celulose de eucalipto.

### 1.3.2 Aprovação da incorporação da Fibria

Em 01 de abril de 2019, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Suzano a incorporação da Fibria, subsidiária integral da Suzano, com a transferência de todo seu patrimônio líquido para a Suzano e a sua consequente extinção ("Incorporação"), sendo que o capital social da Suzano permaneceu inalterado em decorrência dessa Incorporação. Em virtude da Incorporação, a Suzano sucedeu a Fibria em todos os seus direitos e obrigações.

A tabela abaixo apresenta de forma sumarizada, as principais rubricas do balanço patrimonial da Fibria em 31 de março de 2019.

ATIVO		PASSIVO	
CIRCULANTE		CIRCULANTE	
Caixa e equivalentes de caixa	29.086	Fornecedores	955.210
Aplicações financeiras	2.734.027	Empréstimos e financiamentos	816.180
Contas a receber de clientes	3.572.059	Contas a pagar de arrendamento	420.241
Estoques	1.714.560	Impostos a recolher	36.057
Tributos a recuperar	768.439	Salários e encargos sociais	104.246
Instrumentos financeiros derivativos	256.675	Partes relacionadas	1.179.254
Outros ativos	161.238	Instrumentos financeiros derivativos	254.444
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>9.236.084</b>	Dividendos a pagar	4.015
		Outros passivos	946.099
		<b>Total do passivo circulante</b>	<b>4.715.746</b>
NÃO CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
Aplicações financeiras	175.559	Empréstimos e financiamentos	8.139.390
Tributos a recuperar	546.234	Instrumentos financeiros derivativos	678.833
Imposto de renda e contribuição social diferido	1.364.363	Contas a pagar de arrendamento	1.972.531
Instrumentos financeiros derivativos	723.084	Partes relacionadas	16.305.560
Adiantamento a fornecedores	696.767	Passivos atuariais	144.557
Depósitos judiciais	190.533	Provisão para contingências	190.698
Outros ativos	100.877	Outros passivos	175.934
		<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>27.607.503</b>
		<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>32.323.249</b>
Ativos biológicos	4.355.102		
Investimentos	9.481.900		
Imobilizado	14.633.114		
Direito de uso	2.301.427		
Ativos intangível	118.920		
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>34.687.880</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>11.600.715</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>43.923.964</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>43.923.964</b>

## 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e as normas internacionais de relatório financeiro ("*International Financial Reporting Standards – IFRS*"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("*IASB*"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão.



**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia estão expressas em milhares de Reais ("R\$") e as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares, exceto se mencionado de outra forma.

A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas na aplicação das práticas contábeis, que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, incluindo passivos contingentes. As práticas contábeis que requerem maior nível de julgamento e complexidade, bem como para as quais estimativas e premissas são significativas, estão divulgadas na nota 3.2.36.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- (i) instrumentos financeiros derivativos e não derivativos mensurados pelo valor justo;
- (ii) pagamentos baseados em ações e benefícios a empregados mensurados pelo valor justo;
- (iii) ativos biológicos mensurados pelo valor justo; e
- (iv) custo atribuído de ativo imobilizado.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas na nota 3.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas considerando a continuidade de suas atividades operacionais.

### **3. Resumo das principais políticas contábeis**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas utilizando informações da Companhia e de suas controladas na mesma data-base, bem como, políticas e práticas contábeis consistentes.

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas, consistentes com aquelas utilizadas na controladora.

Não houve mudança de qualquer natureza em relação a tais políticas e métodos de cálculos de estimativas, exceto pela nova política contábil apresentada na nota 3.1, adotada a partir de 01 de janeiro de 2020 e cujo impacto estimado foi divulgado nas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2019.

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

### **3.1 Novas políticas contábeis e mudanças nas políticas contábeis adotadas**

#### **3.1.1 Mudança na moeda funcional**

Devido à incorporação da Fibria, a Suzano efetuou várias mudanças na estrutura, atividades e operações durante o exercício de 2019 e que levaram a Administração a reavaliar a moeda funcional de suas subsidiárias integrais cuja moeda funcional era diferente do Real.

Estes fatos resultaram na reorganização societária e impactaram a forma como a Administração conduz os negócios da Suzano, visando alcançar o alinhamento entre as culturas das 2 (“duas”) Companhias, a unificação de processos, operacionais, sistemas, estratégias tributárias e ganhos de sinergia decorrentes da combinação de negócio. Neste processo, algumas das subsidiárias integrais da Suzano foram consideradas uma extensão das atividades da Suzano.

Coletivamente, estas circunstâncias justificam a mudança na moeda funcional para o Real e ocorreram gradualmente durante o exercício de 2019, portanto, não foi praticável determinar a data da mudança em um ponto preciso do exercício social. Dessa forma, a Suzano alterou a moeda funcional dessas subsidiárias integrais em 01 de janeiro de 2020.

A variação cambial decorrente da conversão de uma operação em moeda estrangeira, anteriormente reconhecida em outros resultados abrangentes, somente será transferida do patrimônio líquido para a demonstração do resultado no momento da baixa da operação. A baixa total ou parcial de participação em subsidiária no exterior ocorre na venda ou encerramento, do todo ou parte da operação.

Assim, as demonstrações financeiras das subsidiárias do exterior, cuja moeda funcional é diferente do Real, foram convertidas adotando-se os seguintes critérios descritos abaixo:

- (i) ativos e passivos convertidos pela taxa de câmbio do final do período;
- (ii) receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio obtida por meio da média das taxas diárias de cada mês;
- (iii) os efeitos acumulados de ganho ou perda na conversão dos acima, são registrados em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido.

E a partir de 01 de janeiro de 2020, as demonstrações financeiras das subsidiárias do exterior, cuja moeda funcional passou a ser o Real, são convertidas adotando-se os seguintes critérios:

- (i) ativos e passivos monetários convertidos pela taxa de câmbio do final do período;
- (ii) ativos e passivos não monetários convertidos pela taxa histórica da transação;
- (iii) receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média das taxas diárias (PTAX);
- (iv) os efeitos acumulados de ganho ou perda na conversão dos itens acima, são registrados no resultado financeiro do exercício.

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

### **3.1.2 Combinação de negócios – CPC 15 / IFRS 3**

Este pronunciamento foi alterado e esclarece a definição de um “negócio”. Também permite uma avaliação simplificada se um conjunto adquirido de atividades e ativos é um grupo de ativos e não um negócio. A Companhia e suas controladas avaliaram o conteúdo deste pronunciamento e não identificaram impactos.

### **3.1.3 Apresentação das demonstrações contábeis – CPC 26 / IAS 1 e Políticas contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro – CPC 23 / IAS 8**

Este pronunciamento foi alterado e esclarece a definição de “material” e como deve ser aplicada (i) incluindo as orientações de definição que até agora foram destacadas em outras partes das normas IFRS; (ii) melhorar as explicações que acompanham a definição; e (iii) garantir que a definição de material seja consistente em todas as normas IFRS. A Companhia e suas controladas avaliaram o conteúdo deste pronunciamento e não identificaram impactos materiais.

### **3.1.4 Estrutura conceitual para relatório financeiro – CPC 00 (R2)**

Este pronunciamento foi alterado e inclui alguns novos conceitos sobre apresentação, mensuração e divulgação das demonstrações financeiras, sendo as principais mudanças:

- (i) o objetivo dos relatórios financeiros;
- (ii) as características qualitativas das informações financeiras úteis;
- (iii) a descrição da entidade que reporta e seu limite;
- (iv) as definições de ativo, passivo, patrimônio líquido, receitas e despesas;
- (v) os critérios de reconhecimento de ativos e passivos nas demonstrações financeiras (reconhecimento) e orientação sobre quando removê-los (desreconhecimento);
- (vi) as bases de mensuração e orientação sobre quando usá-las; e
- (vii) os conceitos e orientações sobre apresentação e divulgação.

Essas alterações ajudam a garantir que as normas contábeis sejam conceitualmente consistentes e que transações semelhantes sejam tratadas da mesma maneira, de modo a fornecer informações úteis para investidores e credores.

A Companhia e suas controladas avaliaram o conteúdo deste pronunciamento e não identificaram impactos.

### **3.1.5. Arrendamento – CPC 06 (R2)/IFRS 16**

Este pronunciamento foi alterado em decorrência de benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento. A Companhia e suas controladas avaliaram o conteúdo deste pronunciamento e não identificaram impactos, visto que às cláusulas dos contratos de arrendamento vigentes permaneceram inalteradas.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

### **3.1.6. Reforma da taxa de juros de referência – CPC 38/IAS 39 - CPC 40 (R1)/IFRS 7 e CPC 48/IFRS 9 – Fase 1 (Aplicável em/ou após 1 de janeiro de 2020, permitida adoção antecipada)**

Estes pronunciamentos foram alterados pelo IASB em resposta à reforma, em andamento, das *Interbank offered rates* (“*Ibor*”) e de outras taxas de juros de referência, emitindo um pacote de alterações às normas IFRS. Segundo o IASB, as mudanças visam ajudar as empresas a fornecerem, aos investidores, informações úteis sobre os efeitos da reforma nas suas demonstrações contábeis.

As alterações promovidas pelo IASB, em 2020, complementam as emitidas em 2019 e tratam dos efeitos, nas demonstrações contábeis, quando uma empresa substitui, como resultado da reforma, a antiga taxa de juros de referência por uma alternativa.

A adoção deste pronunciamento está dividida em 2 (duas) fases, sendo:

- (i) Fase 1: as alterações desta fase foram emitidas em setembro de 2019 e forneceram isenções temporárias da aplicação de requisitos de contabilidade de *hedge* específicos para relacionamentos afetados por incertezas que surgem como resultado da reforma da IBOR (isenções da Fase 1). A Companhia e suas controladas avaliaram o conteúdo deste pronunciamento e não identificaram impactos por não possuir *hedge accounting*; e,
- (ii) Fase 2: as alterações desta fase foram emitidas em agosto de 2020 e podem ser resumidas da seguinte forma: mudanças nos fluxos de caixa contratuais, requisitos de *hedge accounting* e divulgações (nota 3.3.1).

## **3.2. Políticas contábeis adotadas**

### **3.2.1. Demonstrações financeiras individuais**

Os investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, cujo investimento é reconhecido inicialmente pelo custo de aquisição e, posteriormente ajustado pelas alterações dos ativos líquidos das investidas. Os investimentos em operações controladas em conjunto são reconhecidos proporcionalmente em relação à participação na operação em conjunto.

Adicionalmente, o valor contábil do investimento em controlada é ajustado pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial das controladas, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido da controladora.

### **3.2.2. Demonstrações financeiras consolidadas**

São elaboradas utilizando informações da Companhia e de suas controladas na mesma data-base, bem como, políticas contábeis consistentes. A Companhia consolida todas as subsidiárias sobre as quais detém o controle de forma direta ou indireta, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu investimento com a investida e tem a capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

Adicionalmente, todas as transações e saldos entre a Companhia e suas controladas, coligadas e investimentos controlados em conjunto foram eliminados na consolidação, bem como os lucros ou prejuízos não realizados decorrentes destas transações, líquidos dos efeitos tributários, os investimentos e os respectivos resultados de equivalência patrimonial.

A participação dos acionistas não controladores está destacada.

### **3.2.3. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)**

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”), individual e consolidada, como parte integrante das demonstrações financeiras, sendo requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As IFRSs não requerem a apresentação destas demonstrações e, portanto, são consideradas informações suplementares, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Adicionalmente, a Companhia adota como política contábil demonstrar o efeito do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos dentro do grupo de valor adicionado para distribuição.

### **3.2.4. Investimentos em controladas**

São todas as entidades cujas atividades financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade.

As entidades controladas, são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir.

### **3.2.5. Investimentos em operações em conjunto**

São todas entidades nas quais a Companhia e suas controladas mantêm o compartilhamento do controle, contratualmente estabelecido, sobre sua atividade econômica e que existe somente quando as decisões estratégicas, financeiras e operacionais relativas à atividade exigirem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, os saldos dos ativos, passivos, receitas e despesas são reconhecidos proporcionalmente em relação à participação na operação em conjunto.

### **3.2.6. Investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto**

São reconhecidos inicialmente pelo seu custo e, posteriormente, ajustados pelo método da equivalência patrimonial, sendo acrescido ou reduzido da sua participação no resultado da investida após a data de aquisição.

Nos investimentos em coligadas, a Companhia e suas controladas exercem influência significativa, que é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas. Nos empreendimentos controlados em conjunto há o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle de

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

negócio, no qual as decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

Em relação as coligadas Ensyn e Spinnova, a data-base das demonstrações financeiras é 30 de novembro de 2020 e não apresenta efeito relevante em relação ao resultado consolidado e, caso tivesse ocorrido algum evento significativo até 31 de dezembro de 2020, o mesmo seria ajustado na demonstração financeira consolidada.

### **3.2.7. Conversão das demonstrações para moeda funcional e de apresentação**

A Companhia e suas controladas definiram que para todas as suas subsidiárias integrais, a moeda funcional e de apresentação é o Real. Exceto para os investimentos em coligadas no exterior relativos à Ensyn Corporation, F&E Technologies LLC e Spinnova OY, as moedas funcionais são diferentes do Real, cujos efeitos acumulados de ganho ou perda na conversão das demonstrações financeiras, são registrados em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido.

As demonstrações financeiras individuais de cada subsidiária incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, são preparadas utilizando-se a moeda local em que a subsidiária opera e convertidas para a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

#### **3.2.7.1. Transações e saldos em moeda estrangeira**

São convertidas adotando-se os seguintes critérios:

- (i) ativos e passivos monetários convertidos pela taxa de câmbio do final do exercício;
- (ii) ativos e passivos não monetários convertidos pela taxa histórica da transação;
- (iii) receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média das taxas diárias (PTAX); e,
- (iv) os efeitos acumulados de ganho ou perda na conversão dos itens acima, são registrados no resultado financeiro do exercício.

### **3.2.8. Economias hiperinflacionárias**

Entidades sediadas na Argentina, país considerado como de economia hiperinflacionária, são sujeitas aos requerimentos do CPC 42 / IAS 29 – Economias Hiperinflacionárias. Os itens não monetários e o resultado do exercício destas entidades são corrigidos pela alteração do índice de correção entre a data inicial de reconhecimento e o fim do exercício de apresentação, a fim de que o balanço da subsidiária integral esteja registrado ao valor corrente.

Entretanto, a subsidiária integral da Suzano sediada na Argentina, a moeda funcional passou a ser o Real desde 1 de janeiro de 2020, conforme divulgado na nota 3.2.7.1 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019, desta forma deixou de ser considerada uma entidade com moeda hiperinflacionária e descontinuou a elaboração e apresentação de sua demonstração financeira individual de acordo com o CPC 42 / IAS 29 – Economias Hiperinflacionárias.

Os valores nas demonstrações financeiras naquela data foram considerados como custo histórico, sendo a base dos valores contábeis das demonstrações financeiras subsequentes, isto é, os

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

valores atualizados são as bases de custo dos itens não monetários nas demonstrações financeiras subsequentes, sendo sujeita aos requerimentos da nota 3.2.7.1 acima divulgado.

### **3.2.9. Combinações de negócios**

São contabilizadas com a utilização do método de aquisição quando há transferência de controle para a adquirente. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócios, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou instrumentos de patrimônio os quais são apresentados como redutores da dívida ou no patrimônio líquido, respectivamente.

Na combinação de negócios, são avaliados os ativos adquiridos e passivos assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

Inicialmente, o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos assumidos, líquidos). Após o reconhecimento inicial, o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é mensurado pelo custo deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa que serão beneficiadas pela aquisição.

Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos.

Passivos contingentes relacionados a assuntos de natureza tributária, cível e trabalhista, classificados na adquirida como risco de perda possível e remoto, são reconhecidos na adquirente, pelos seus valores justos.

Nas transações de aquisição de investimentos em coligadas e com controle compartilhado aplicam-se as orientações complementar ao CPC 15/IFRS 3 - Combinação de Negócios, CPC 19/IFRS 11 - Negócios em Conjunto e CPC 18/IAS 28 - Investimentos em Coligadas, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da adquirente no patrimônio líquido da adquirida a partir da data de aquisição. O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) mensurado é segregado do valor contábil do investimento. Outros ativos intangíveis identificados na transação deverão ser alocados proporcionalmente à participação adquirida pela Companhia e suas controladas, pela diferença entre os valores contábeis registrados na entidade negociada e seu valor justo apurado (mais valia dos ativos), os quais são passíveis de serem amortizados.

Nas demonstrações financeiras individuais, o excesso de valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos em relação ao patrimônio líquido na data da aquisição das controladas permanece registrado na conta de investimento na rubrica de mais valia de ativos de controladas.

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

### **3.2.10. Informação por segmento**

Um segmento operacional é um componente da Companhia e suas controladas que desenvolve atividades de negócio para obter receitas e incorrer despesas. Os segmentos operacionais refletem a forma como a Administração da Companhia e suas controladas revisam as informações financeiras para tomada de decisão. A Administração da Companhia e suas controladas identificaram os segmentos operacionais, que atendem aos parâmetros quantitativos e qualitativos de divulgação e representam principalmente canais de venda.

### **3.2.11. Caixa e equivalentes de caixa**

Compreende os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, cujos vencimentos originais, na data da aquisição, eram iguais ou inferiores a 90 dias, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras classificadas nesse grupo, por sua própria natureza, estão mensuradas a valor justo por meio do resultado.

### **3.2.12. Ativos financeiros**

#### **3.2.12.1. Classificação**

Os ativos financeiros são classificados com base nas características individuais dos instrumentos e no modelo de gestão do ativo ou da carteira em que está contido, cujas categorias de mensuração e apresentação são:

- (i) custo amortizado;
- (ii) valor justo por meio do resultado abrangente;
- (iii) valor justo por meio do resultado.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, ou seja, na data a qual a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

#### **3.2.12.1.1. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado**

São ativos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Suas variações são reconhecidas na rubrica de resultado financeiro, líquido.

Compreende o saldo das rubricas caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros ativos.



**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

### **3.2.12.1.2. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente**

São ativos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas (i) tanto para o recebimento de seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Adicionalmente, são classificados nessa categoria os investimentos em instrumentos patrimoniais, no qual no reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas optaram por apresentar as alterações subsequentes do seu valor justo em outros resultados abrangentes. Suas variações são reconhecidas na rubrica do resultado financeiro, líquido, exceto pelo valor justo dos investimentos em instrumentos patrimoniais, que são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

### **3.2.12.1.3. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

São classificados nessa categoria, os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Suas variações são reconhecidas na rubrica de resultado financeiro, líquido, para instrumentos financeiros não derivativos e na rubrica resultado dos instrumentos financeiros derivativos, para os instrumentos financeiros derivativos.

Compreende o saldo das rubricas de aplicações financeiras, dos instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos e opções de compra de ações.

### **3.2.12.2. Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é registrado no balanço patrimonial quando há (i) um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e (ii) uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### **3.2.12.3. Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros**

#### **3.2.12.3.1. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado**

Anualmente, a Companhia e suas controladas avaliam se há evidência de que o ativo financeiro possa estar sujeito a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), sendo que é registrada, somente, após a verificação do resultado de um ou mais eventos ocorridos posteriormente ao reconhecimento inicial e se impactar nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro que possa ser estimado de maneira confiável.

Os critérios utilizados para determinar se há evidência de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- (ii) evento de *default* no contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) quando a Companhia e suas controladas, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não receberia;

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira.

O montante da perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) é mensurado pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo financeiro é reduzido e o valor da perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) é reconhecida na demonstração de resultado do exercício.

Em mensuração subsequente, havendo uma melhora na classificação do ativo, como por exemplo, melhoria no nível de crédito do devedor, a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecida anteriormente, deve ser revertida na demonstração do resultado.

#### **3.2.12.3.2. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente**

Anualmente, a Companhia e suas controladas avaliam se há evidência de que o ativo financeiro possa estar sujeito a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Para tais ativos financeiros, uma redução relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo, é uma evidência de que o ativo está deteriorado e a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda reconhecida anteriormente em outros resultados abrangentes, deverá ser reconhecida na demonstração do resultado.

#### **3.2.13. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge**

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e, subsequentemente, são mensurados ao seu valor justo, cujas variações são registradas na rubrica resultado dos instrumentos financeiros derivativos, na demonstração de resultado do exercício.

Os instrumentos financeiros derivativos embutidos em contratos principais não derivativos, são tratados como um derivativo separado quando seus riscos e características não estiverem intrinsecamente relacionados aos dos contratos principais e estes não forem mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Para os instrumentos financeiros derivativos embutidos que não possuam característica de opções, estes são separados do seu contrato principal de acordo com os seus termos substantivos expressos ou implícitos, para que o valor justo seja zero no reconhecimento inicial.

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

#### **3.2.14. Contas a receber de clientes**

São registradas pelo valor nominal faturado na data da venda, no curso normal das atividades da Suzano, ajustadas pela variação cambial quando denominadas em moeda estrangeira e, quando aplicável, deduzidas das perdas de crédito esperadas.

A Suzano utiliza a matriz de provisões por vencimento com o agrupamento apropriado de sua carteira. Quando necessário, com base em análise individual, a provisão para perda esperada é complementada.

A Suzano adota procedimentos e análises para estabelecer limites de créditos.

A posição de vencimentos da carteira de clientes é analisada mensalmente e, para os clientes que apresentam saldos vencidos é efetuada uma avaliação específica de cada um, considerando o risco de perda envolvido, a existência de seguros contratados, cartas de crédito, garantias reais e situação financeira. Em caso de inadimplência, esforços de cobrança são efetuados, por meio de contatos diretos com os clientes e cobrança por meio de terceiros. Caso esses esforços não sejam suficientes, medidas judiciais são consideradas e é registrada uma perda de crédito esperada em contrapartida à rubrica despesas com vendas na demonstração de resultado do exercício. Os títulos são baixados contra a provisão, à medida que a Administração considera que estes não são mais recuperáveis após ter tomado todas as medidas cabíveis para recebê-los.

#### **3.2.15. Estoques**

São avaliados na Suzano ao custo médio de aquisição ou formação dos produtos acabados, líquido dos tributos recuperáveis e seu valor líquido de realização.

O custo dos produtos acabados e em elaboração inclui matérias-primas, mão-de-obra, custo de produção, transporte e armazenagem e despesas gerais de produção, que estão relacionados a todos os processos necessários para a colocação dos produtos em condições de venda.

As importações em andamento são apresentadas pelo custo incorrido até a data do balanço. O custo da madeira transferida da rubrica de ativos biológicos para estoques, é mensurado ao valor justo mais os gastos com colheitas e frete.

Provisões para perda, ajustes a valor líquido de realização, itens deteriorados e estoques de baixa movimentação são registrados quando necessário. As perdas normais de produção integram o custo de produção do respectivo mês, enquanto as perdas anormais, se houver, são registradas diretamente na rubrica de custo dos produtos vendidos sem transitar pelos estoques.

#### **3.2.16. Ativos não circulantes mantidos para venda**

São mensurados com base no menor montante entre o valor contábil e o valor justo, deduzidos das despesas de venda e não são depreciados ou amortizados. Tais itens somente são classificados nesta rubrica quando a venda for altamente provável e os mesmos estiverem disponíveis para venda imediata em suas condições atuais.

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

### **3.2.17. Ativos biológicos**

Os ativos biológicos para produção (florestas maduras e imaturas) são florestas de eucalipto de reflorestamento, com ciclo de formação entre o plantio até a colheita de aproximadamente 7 (sete) anos, mensurados ao valor justo menos as despesas de vendas. A exaustão é mensurada pela quantidade de ativo biológico exaurido (colhido) e avaliado ao seu valor justo.

Para a determinação do valor justo, foi aplicada a técnica da abordagem de receita (*"income approach"*) utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado, de acordo com o ciclo de produtividade projetado para estes ativos. As premissas utilizadas na mensuração do valor justo são revistas semestralmente, pois a Suzano considera que esse intervalo é suficiente para que não haja defasagem significativa do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado contabilmente. As premissas significativas estão apresentadas na nota 13.

O ganho ou perda na avaliação do valor justo é reconhecido na rubrica receitas (despesas) operacionais, líquidas.

Os ativos biológicos em formação com idade inferior a 2 (dois) anos, mantidas contabilmente pelo seu custo de formação e as áreas de preservação ambiental permanente, que não são registradas contabilmente, por não se caracterizarem como ativos biológicos, não são incluídos na mensuração ao valor justo.

### **3.2.18. Imobilizado**

Mensurado pelo custo de aquisição, formação, construção ou restauração, líquido dos impostos recuperáveis. Este custo é deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável, que é o maior valor entre o de uso e o de venda, menos os custos de venda. Os custos de empréstimos e financiamentos são registrados como parte dos custos do imobilizado em andamento, considerando a taxa média ponderada de empréstimos e financiamentos vigente na data da capitalização de acordo com a política da Companhia e suas controladas.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. Os terrenos não sofrem depreciação.

A Companhia e suas controladas realizam anualmente a análise de indícios de perda no valor recuperável (*impairment*) do ativo imobilizado. A provisão para perda ao valor recuperável do ativo imobilizado somente é reconhecida se a unidade geradora de caixa ("UGC") à qual o ativo está relacionado sofrer perda por desvalorização. Essa condição também se aplica mesmo se o valor recuperável do ativo for menor do que seu valor contábil. O valor recuperável do ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo líquido de despesas de vendas.

O custo das principais reformas é capitalizado quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o desempenho inicialmente estimado para o ativo e são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Os demais custos com reparos e manutenção são apropriados ao resultado quando incorridos.

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

Os ganhos e as perdas em alienações de ativos imobilizados são mensurados pela comparação do valor da venda e o valor contábil residual e são reconhecidos na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas na data de alienação.

### **3.2.19. Arrendamento**

Um contrato é, ou contém um arrendamento se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação, para o qual é necessário avaliar se:

- (i) o contrato envolve o uso de um ativo identificado, que pode estar explícito ou implícito, e pode ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade de um ativo fisicamente distinto. Se o fornecedor tiver o direito substancial de substituir o ativo, então o ativo não é identificado;
- (ii) a Companhia e suas controladas têm o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso do ativo durante o período do contrato; e
- (iii) a Companhia e suas controladas têm o direito de direcionar o uso do ativo. A Companhia e suas controladas tem o direito de tomada de decisão para alterar como e para qual finalidade o ativo é usado, se:
  - tem o direito de operar o ativo, ou
  - projetou o ativo, de forma que predetermina como e para qual finalidade será usado.

No início do contrato, a Companhia e suas controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento que representa a obrigação de efetuar os pagamentos relacionados ao ativo subjacente do arrendamento.

O ativo de direito de uso é inicialmente mensurado pelo custo e compreende o montante inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento efetuado em/ou antes da data de início do contrato, adicionado de qualquer custo direto inicial incorrido e estimativa de custo de desmontagem, remoção, restauração do ativo no local onde está localizado, menos qualquer incentivo recebido.

O ativo de direito de uso é depreciado subsequentemente usando o método linear desde a data de início até o término do prazo do arrendamento. Com exceção aos contratos de terrenos que são prorrogados automaticamente por igual período por meio de notificação ao arrendador, para os demais não são permitidas renovações automáticas e por prazo indeterminado, assim como o exercício da extinção contratual é um direito de ambas as partes.

O passivo de arrendamento bruto de PIS/COFINS, é inicialmente mensurado pelo valor presente, descontado com base na taxa nominal de empréstimo incremental.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando existir mudança:

- (i) nos pagamentos futuros decorrentes de uma mudança em índice ou taxa;
- (ii) na estimativa do montante esperado a ser pago no valor residual garantido; ou

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

- (iii) na avaliação se a Companhia e suas controladas exercerão a opção de compra, prorrogação ou rescisão.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado, o valor do ajuste correspondente é registrado no valor contábil do ativo de direito de uso ou no resultado, se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia e suas controladas não possuem registrados contratos de arrendamento com cláusulas de:

- (i) pagamentos variáveis que sejam baseados na performance dos ativos arrendados;
- (ii) garantia de valor residual; e
- (iii) restrições, como por exemplo, obrigação de manter coeficientes financeiros.

Os contratos de baixo valor ou de curto prazo, enquadrados na isenção da norma, referem-se, respectivamente, àqueles cujos valores individuais dos ativos são inferiores a US\$5 ou com prazo de vencimento inferior a 12 meses, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

### **3.2.20. Intangível**

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios têm seu custo definido como o valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) sempre que houver indício de perda de seu valor econômico. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa relacionada ao seu uso e consistente com a vida útil econômica do ativo intangível.

As amortizações de contrato de fornecedores e serviços portuários, concessão de portos, contratos de arrendamento e cultivos são registradas no custo das vendas, a amortização com relacionamento com clientes nas despesas comerciais, amortizações de marcas e patentes, acordo de não competição, acordo de pesquisa e desenvolvimento e desenvolvimento e implantação de sistemas nas despesas administrativas, enquanto que as amortizações de softwares são registradas de acordo com a sua utilização, podendo ser custo das vendas, despesas administrativas ou comerciais.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação às perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), individualmente ou no nível da UGC. A alocação é feita para a UGC ou grupo de UGCs que representa o menor nível dentro da entidade, no qual o ágio é monitorado para propósitos internos da Administração, e que se beneficiou da combinação de negócios. A Suzano registra neste subgrupo principalmente ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) e servidão de passagem.

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

A realização do teste envolveu a adoção de premissas e julgamentos, divulgados na nota 16.

### **3.2.21. Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) correntes e diferidos**

Os tributos sobre o lucro compreendem o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, correntes e diferidos. Esses tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial.

O encargo corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas nos países em que a Suzano e suas controladas e coligadas atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

Os impostos e contribuições diferidos passivos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Os impostos e contribuições diferidos são determinados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e, que devem ser aplicadas quando forem realizados ou quando forem liquidados.

Impostos e contribuições diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas e coligadas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não seja revertida em um futuro previsível.

Os impostos e contribuições diferidos ativos e passivos são apresentados pelo montante líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

### **3.2.22. Contas a pagar aos fornecedores**

Corresponde às obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva e ajustadas pelas variações monetárias e cambiais incorridas, quando aplicável.

### **3.2.23. Empréstimos e financiamentos**

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e liquidados, é reconhecida na demonstração do resultado, utilizando o método da taxa efetiva de juros durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto.

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

Os custos de empréstimos e financiamentos, seja específico ou não, que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável de acordo com a política da Suzano, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que resultará em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

#### **3.2.24. Provisões, ativos e passivos contingentes**

Os ativos contingentes não são registrados. O reconhecimento somente é realizado quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado e cujo valor seja possível ser mensurado com segurança. Os ativos contingentes avaliados como êxitos prováveis são divulgados em nota explicativa, quando material.

Uma provisão é reconhecida na medida em que a Companhia e suas controladas esperam desembolsar fluxos de caixa, que possa ser mensurada com segurança. Os processos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas são provisionados quando as perdas são avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança, sendo registrados líquidos dos depósitos judiciais. Quando a expectativa de perda nestes processos é possível, uma descrição dos processos e montantes envolvidos é divulgada nas notas explicativas. Passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Os passivos contingentes de combinações de negócios são reconhecidos se forem decorrentes de uma obrigação presente que surgiu de eventos passados e se o seu valor justo puder ser mensurado com confiabilidade. São mensurados pelo maior valor entre:

- (i) o valor que seria reconhecido de acordo com a política contábil de provisões acima descrita; ou
- (ii) o valor inicialmente reconhecido, deduzido, quando for o caso, da receita reconhecida de acordo com a política de reconhecimento de receita de contrato com cliente.

#### **3.2.25. Provisão para desmobilização de ativos**

Compreende os custos para a desmobilização de células de aterro industrial e desativação dos ativos vinculados aos aterros. O reconhecimento inicial é um passivo de longo prazo em contrapartida ao ativo imobilizado vinculado e corresponde ao valor presente do fluxo de caixa dos pagamentos futuros descontado por uma taxa livre de risco ajustada. O passivo de longo prazo é atualizado financeiramente por uma taxa de desconto de longo prazo em contrapartida ao resultado financeiro. O ativo imobilizado vinculado é depreciado linearmente pela vida útil do bem principal em contrapartida à rubrica de custo de produto vendido na demonstração de resultado.

#### **3.2.26. Pagamento baseado em ações**

Os executivos e administradores da Companhia e suas controladas recebem parcela de sua remuneração por meio de planos de pagamento baseado em ações com liquidação em dinheiro e em ações, com alternativa de liquidação em dinheiro.

As despesas com os planos são reconhecidas no resultado em contrapartida a um passivo financeiro, durante o período de aquisição quando os serviços são recebidos. O passivo financeiro é mensurado pelo seu valor justo a cada data de balanço e sua variação é reconhecida na rubrica despesas administrativas, na demonstração de resultado.



**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

Na data de exercício da opção e na situação de tais opções serem exercidas pelo executivo para recebimento de ações da Suzano, o passivo financeiro é reclassificado para a rubrica opções de ações outorgadas no patrimônio líquido. No caso de exercício da opção em dinheiro, a Companhia e suas controladas liquidam o passivo financeiro em favor do executivo.

### **3.2.27. Benefícios a empregados**

A Companhia e suas controladas oferecem benefícios relativos à plano de aposentadoria suplementar de contribuição definida a todos os funcionários e assistência médica e seguro de vida para determinado grupo de ex-funcionários, sendo que para os dois últimos benefícios, anualmente, são elaborados estudos atuariais por profissional independente e são revisados pela Administração.

As mensurações, que compreendem os ganhos e perdas atuariais, são reconhecidos na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial quando incorridos. Os juros incorridos, decorrentes das alterações no valor presente do passivo atuarial são registrados na rubrica de despesas financeiras, na demonstração de resultado.

### **3.2.28. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes**

Um ativo é reconhecido somente quando for provável que seu benefício econômico futuro será gerado em favor da Companhia e suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

### **3.2.29. Subvenções e assistências governamentais**

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas a valor justo quando há razoável segurança de que as condições estabelecidas foram cumpridas e o benefício será recebido. São registradas como receita ou redução de despesa no resultado do exercício de fruição do benefício e, posteriormente, são reclassificadas de lucros acumulados para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.

### **3.2.30. Dividendos e juros sobre o capital próprio**

A distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio é reconhecida como um passivo, apurado com base na legislação societária, no estatuto social e na política de dividendos da Companhia e suas controladas, que estabelecem que o dividendo mínimo anual é o menor valor entre (i) 25% do lucro líquido ajustado ou (ii) da geração de caixa operacional consolidado no exercício e, desde que declarados antes do final do exercício. Qualquer parcela excedente dos dividendos mínimos obrigatórios, caso seja declarada após a data do balanço, deve ser registrada na rubrica dividendos adicionais propostos, no patrimônio líquido, até aprovação pelos acionistas, em assembleia geral. Após aprovação, é efetuada a reclassificação para o passivo circulante.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

### **3.2.31. Capital social**

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido da Companhia e suas controladas. Os custos de transação diretamente atribuíveis à oferta pública são registrados, de forma destacada, em conta redutora do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos fiscais.

Em 2019, a Suzano reclassificou os custos com emissão de ações da rubrica reserva de capital para a rubrica capital social.

### **3.2.32. Reconhecimento da receita**

As receitas de contratos com clientes são reconhecidas à medida em que ocorre a transferência de controle dos produtos aos clientes, representada pela capacidade de determinar o uso dos produtos e de obter substancialmente a totalidade dos benefícios restantes provenientes dos produtos.

Para isso, a Suzano utiliza o modelo de 5 etapas: (i) identificação dos contratos com os clientes (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos (iii) determinação do preço da transação (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

Para o segmento operacional Celulose, o reconhecimento da receita baseia-se nos parâmetros previstos pelo (i) Termos Internacionais de Comércio ("*Incoterms*") correspondente, quando destinado ao mercado externo e (ii) tempo de trânsito ("*lead time*"), quando destinado ao mercado interno.

Para os segmentos operacionais Papel e Bens de Consumo, o reconhecimento da receita, baseia-se nos parâmetros previstos pelo (i) Termos Internacionais de Comércio ("*Incoterms*") correspondente e (ii) no tempo de trânsito ("*lead time*") e são produtos destinados aos mercados externo e interno.

São mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos e reconhecida em conformidade com o regime contábil de competência, quando o valor é mensurado com segurança.

A experiência acumulada é usada para estimar e registrar as provisões para abatimentos e descontos por meio do método de valor estimado. A receita é reconhecida apenas na medida em que for altamente provável que não irá ocorrer uma reversão significativa. Um passivo de reembolso (incluído em contas a receber de clientes) é reconhecido para os abatimentos e descontos estimados a pagar a clientes com relação a vendas realizadas até o fim do exercício. As vendas são realizadas no curto prazo, portanto, não têm caráter de financiamento e não são descontadas ao valor presente.

### **3.2.33. Receitas e despesas financeiras**

Abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros, pela taxa efetiva de juros que inclui a amortização de custos de captação, ganhos e perdas nos instrumentos financeiros derivativos, juros sobre empréstimos e financiamentos, variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos e outros ativos e passivos financeiros e variações monetárias sobre outros ativos e passivos. As receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos.

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

### **3.2.34. Resultado básico por ação**

O cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação é efetuado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferencias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferencias disponíveis durante o exercício.

O cálculo do lucro (prejuízo) diluído por ação é efetuado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis, durante o exercício, somados à quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais diluidoras.

### **3.2.35. Participação dos funcionários e administradores no resultado**

Os funcionários têm direito a uma participação no resultado com base em determinadas metas acordadas anualmente. Já para os administradores são utilizadas como base as disposições estatutárias, propostas pelo Conselho de Administração e aprovadas pelos acionistas. As provisões para participação são reconhecidas na rubrica de despesa administrativa, durante o período em que as metas são atingidas.

### **3.2.36. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis relevantes**

Conforme divulgado na nota 2, a Administração utilizou-se de julgamentos, estimativas e premissas contábeis com relação ao futuro, cuja incerteza pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos, passivos, receitas e despesas em exercícios futuros, e são apresentados a seguir:

- controle, influência significativa e consolidação (nota 1.1);
- transações com pagamento baseado em ações (nota 22);
- transferência de controle para reconhecimento da receita (nota 28);
- valor justo de instrumentos financeiros (nota 4);
- análise anual do valor recuperável de ativos não financeiros (notas 15 e 16);
- perdas de crédito esperadas (nota 7);
- provisão para perdas nos estoques (nota 8);
- análise anual do valor recuperável de impostos (notas 9 e 12);
- valor justo dos ativos biológicos (nota 13);
- vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangíveis com vida útil definida (notas 15 e 16);
- análise anual do valor recuperável do ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) (nota 16);

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

- provisão para passivos judiciais (nota 20); e
- benefícios de aposentadoria (nota 21).

A Companhia e suas controladas revisam continuamente as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis e qualquer alteração, é reconhecida nas demonstrações financeiras no período em que tais revisões são efetuadas.

### **3.3. Novas normas, revisões e interpretações ainda não vigentes**

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas, estão descritas a seguir. A Companhia e suas controladas pretendem adotar essas novas normas, alterações e interpretações, se cabível, quando entrarem em vigor e não esperam ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

#### **3.3.1. Reforma da taxa de juros de referência – CPC 38/IAS 39 - CPC 40 (R1)/IFRS 7 e CPC 48/IFRS 9 – Fase 2 (Aplicável em/ou após 1 de janeiro de 2021, permitida adoção antecipada)**

Em continuidade ao divulgado na nota 3.1.6 sobre a fase 2, resume-se à:

- (i) mudanças nos fluxos de caixa contratuais: expediente prático que permite substituir, como consequência da reforma, a taxa de juros efetiva de um ativo financeiro ou passivo financeiro por uma nova taxa economicamente equivalente, sem desreconhecimento do contrato;
- (ii) requisitos de *hedge accounting*: fim das isenções para avaliação da efetividade dos relacionamentos de *hedge accounting* (Fase 1), e;
- (iii) divulgações: requerimentos sobre a divulgação dos riscos em que a Suzano está exposta pela reforma, o gerenciamento deste risco e da evolução da transição das IBORs.

A Suzano avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não espera ter impactos significativos em suas dívidas e derivativos atrelados a LIBOR (nota 4.4.2).

#### **3.3.2. CPC 25 / IAS 37 – Contratos onerosos: Custo para cumprir um contrato oneroso (Aplicável para períodos anuais em/ou após 1 de janeiro de 2022, permitido adoção antecipada)**

As alterações no CPC 25 / IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes esclarecem o que representam “custos para cumprir um contrato” quando se avalia se um contrato é oneroso. Algumas entidades que aplicam a abordagem do “custo incremental” podem ter o valor de suas provisões aumentadas, ou novas provisões reconhecidas para contratos onerosos em decorrência da nova definição.

A necessidade de esclarecimento foi provocada pela introdução da IFRS 15/CPC 47, que substituiu os requerimentos existentes relacionados a receita, inclusive orientações contidas no CPC 17 (R1)/IAS 11, que tratava de contratos de construção. Enquanto o CPC 17 (R1)/IAS 11 especificava quais custos eram incluídos como custos para cumprir um contrato, o IAS 37 não o fazia, gerando diversidade de prática. A alteração visa esclarecer quais custos devem ser incluídos na avaliação.

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

### **3.3.3. Imobilizado - CPC 27/IAS 16 – Receitas antes do uso pretendido (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1 de janeiro de 2022, permitida adoção antecipada)**

No processo de construir um item do ativo imobilizado para o uso pretendido, uma entidade pode paralelamente produzir e vender produtos gerados no processo de construção do item do imobilizado. Antes da alteração proposta pelo IASB, eram observadas, na prática, diversas formas de contabilização de tais receitas. O IASB alterou a norma para fornecer orientações sobre a contabilização de tais receitas e os custos de produção relacionados.

Com a nova proposta, a receita da venda não é mais deduzida do custo do imobilizado, mas sim reconhecida na demonstração do resultado juntamente com os custos de produção desses itens. A IAS 2/ CPC 17 Estoques deve ser aplicada na identificação e mensuração dos custos de produção.

### **3.3.4. Combinação de Negócios CPC 15/IFRS 3 – Referência à estrutura conceitual**

As alterações atualizam o CPC 15/IFRS 3 de modo que ela se refere à Estrutura Conceitual de 2018 em vez da Estrutura de 1989. Elas também incluem no CPC 15/IFRS 3 a exigência de que, para obrigações dentro do escopo do CPC 25/IAS 37, o comprador aplica o CPC 25/IAS 37 para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. Para um tributo dentro do escopo do ICPC 19/IFRIC 21 – Tributos, o comprador aplica o ICPC 19/IFRIC 21 para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição.

As alterações acrescentam uma declaração explícita de que o comprador não reconhece ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios.

As alterações são aplicáveis a combinações de negócios cuja data de aquisição ocorra em ou após o início do primeiro período de relatório iniciado em/ou após 1 de janeiro de 2022. A adoção antecipada é permitida se a entidade também adotar todas as outras referências atualizadas (publicada em conjunto com a Estrutura Conceitual atualizada) na mesma data ou antes.

### **3.3.5. Apresentação das demonstrações contábeis – CPC 26/IAS 1 – Classificação de passivos como circulante e não circulante (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1 de janeiro de 2023, permitida adoção antecipada)**

As alterações do CPC 26/IAS 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens.

As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de “liquidação” para esclarecer que se refere à transferência, para uma contraparte; um valor em caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

## **4. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos**

### **4.1. Gerenciamento de riscos financeiros**

#### **4.1.1. Visão geral**

As Políticas Financeiras da Suzano foram revisadas e aprovadas em reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de agosto de 2020. Nesta revisão, foi (i) elaborada uma nova Política de Gestão de Riscos Financeiros, que contempla conceitos, papéis e limites gerais aplicáveis a todas as demais políticas (ii) foi elaborada uma nova Política de Risco de Contrapartes e Emissores e (iii) foram revisadas as Políticas de Endividamento, de Gestão de Derivativos e de Gestão de Caixa. O objetivo dessa revisão foi aperfeiçoar a governança de temas financeiros e esclarecer o entendimento de conceitos e regras pelos diversos públicos destinatários dessas políticas.

Em decorrência de suas atividades, a Suzano é exposta a diversos riscos financeiros, sendo os principais fatores considerados pela Administração são:

- (i) liquidez;
- (ii) crédito;
- (iii) taxas de câmbio;
- (iv) taxas de juros;
- (v) oscilações de preços de *commodities*; e
- (vi) capital.

A Administração foca na geração de resultados consistentes e sustentáveis ao longo do tempo, entretanto, em decorrência dos fatores de riscos externos, níveis indesejados de volatilidade podem influenciar a geração de caixa e resultados da Suzano.

A Suzano dispõe de políticas e procedimentos para a gestão dos riscos financeiros, que visam:

- (i) reduzir, mitigar ou transferir exposições visando proteger o fluxo de caixa e o patrimônio da Suzano contra oscilações de preços de mercado de insumos e produtos, taxas de câmbio e de juros, índices de preços e de correção ("riscos de mercado") ou ainda outros ativos ou instrumentos negociados em mercados líquidos ou não ("riscos de liquidez") aos quais o valor dos ativos, passivos ou geração de caixa estejam expostos;
- (ii) estabelecer limites e instrumentos com o objetivo de alocar o caixa da Suzano dentro de parâmetros aceitáveis de exposição de risco de crédito de instituições financeiras; e,
- (iii) otimizar a contratação de instrumentos financeiros para proteção da exposição em risco, considerando e se beneficiando de *hedges* naturais e das correlações entre os preços de diferentes ativos e mercados, evitando o desperdício de recursos com a contratação de operações de modo ineficiente. As operações financeiras contratadas pela Suzano visam a proteção das exposições existentes, sendo vedada à assunção de novos riscos que não aqueles decorrentes de suas atividades operacionais.

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

Instrumentos de *hedge* são contratados exclusivamente visando proteção e são pautados nos seguintes termos:

- (i) proteção do fluxo de caixa contra descasamento de moedas;
- (ii) proteção do fluxo de receita para liquidação e juros de dívidas às oscilações de taxas de juros e moedas; e
- (iii) oscilações no preço da celulose ou outros insumos relacionados a produção.

A Tesouraria da Suzano é a responsável pela identificação, avaliação e busca de proteção contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração aprova as políticas financeiras que estabelecem os princípios e normas para a gestão de risco global, as áreas envolvidas nestas atividades, o uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e a alocação do excedente de caixa.

A Suzano utiliza os instrumentos financeiros de maior liquidez, e:

- (i) não contrata operações alavancadas ou com outras formas de opções embutidas que alterem sua finalidade de proteção (*hedge*);
- (ii) não possui dívida com duplo indexador ou outras formas de opções implícitas; e
- (iii) não tem operações que requeiram depósito de margem ou outras formas de garantia para o risco de crédito das contrapartes.

A Suzano não adota a modalidade de contabilização *hedge accounting*. Dessa forma, os ganhos e perdas mensurados nas operações com derivativos, estão integralmente reconhecidos na demonstração do resultado e divulgados na nota 27.

A Suzano manteve sua postura conservadora e posição robusta em caixa e aplicações financeiras, bem como sua política de *hedge*, durante a crise causada pela pandemia da COVID-19 e mesmo tendo havido reflexos no valor justo de seus instrumentos financeiros por conta dos efeitos em todas as economias globais, os impactos foram de acordo com os cenários de estresse cambial apresentados nas análises de sensibilidade divulgadas em relatórios anteriores, e medidas foram tomadas em relação aos riscos associados aos instrumentos financeiros, em especial aos riscos de liquidez, crédito e variação cambial, conforme serão descritos nos itens subsequentes.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

#### 4.1.2. Classificação

Todas as transações com instrumentos financeiros estão reconhecidas contabilmente e classificadas nas seguintes categorias:

		Consolidado		Controladora	
	Nota	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
<b>Ativos</b>					
<b>Custo amortizado</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	6.884.478	3.313.890	46.248	60.034
Contas a receber de clientes	7	2.918.390	3.035.817		
Outros ativos		974.692	567.680	181	293
		10.777.560	6.917.387	46.429	60.327
<b>Valor justo por meio de outros resultados abrangentes</b>					
Outros investimentos		26.338	20.048		
<b>Valor justo por meio do resultado</b>					
Instrumentos financeiros derivativos	4.5.1	1.341.420	1.098.972		
Aplicações financeiras	6	2.396.857	6.330.334		
		3.738.277	7.429.306		
		14.542.175	14.366.741	46.429	60.327
<b>Passivos</b>					
<b>Custo amortizado</b>					
Empréstimos, financiamentos e debênetures	18.1	72.899.882	63.684.326		
Contas a pagar de arrendamento	19.2	5.193.534	3.986.314	1.774	2.244
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	23	502.228	541.615		
Fornecedores	17	2.361.098	2.376.459		
Outros passivos		460.370	578.849	178	
		81.417.112	71.167.563	1.952	2.244
<b>Valor justo por meio do resultado</b>					
Instrumentos financeiros derivativos	4.5.1	8.117.400	2.917.913		
		89.534.512	74.085.476	1.952	2.244
		74.992.337	59.718.735	(44.477)	(58.083)

#### 4.1.3. Valor justo dos empréstimos e financiamentos

Os instrumentos financeiros são registrados pelos seus valores contratuais. Os contratos de instrumentos financeiros derivativos, utilizados exclusivamente com a finalidade de proteção, são mensurados ao valor justo.

Para determinação dos valores de mercado dos instrumentos financeiros negociados em mercados públicos e liquidados, foram utilizadas as cotações de mercado de fechamento nas datas dos balanços. O valor justo dos *swaps* de taxas de juros e índices é calculado com base no valor presente dos seus fluxos de caixa futuros, descontados às taxas de juros correntes disponíveis para as operações com condições e prazos de vencimento remanescentes similares. Este cálculo é feito com base nas cotações da B3 e ANBIMA para transações de taxas de juros em reais e da *British Bankers Association* e *Bloomberg* para transações de taxa *London Interbank Offered Rate* ("LIBOR"). O valor justo dos contratos futuros ou a termo de taxas de câmbio é determinado usando-se as taxas de câmbio *forward* prevalecentes nas datas dos balanços, de acordo com as cotações da B3.

Para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados de balcão ou sem liquidez, são utilizadas diversas premissas e métodos baseados nas condições normais de mercado e não para liquidação ou venda forçada, em cada data de balanço, incluindo a utilização de modelos de precificação de opções, como *Garman-Kohlhagen*, e estimativas de valores



**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

descontados de fluxos de caixa futuros. O valor justo dos contratos para fixação de preços de *bunker* de petróleo é obtido com base nas cotações do índice *Platts*.

O resultado da negociação de instrumentos financeiros é reconhecido nas datas de fechamento ou contratação das operações, onde a Suzano se compromete a comprar ou vender estes instrumentos. As obrigações decorrentes da contratação de instrumentos financeiros são eliminadas de nossas demonstrações financeiras apenas quando estes instrumentos expiram ou quando os riscos, obrigações e direitos deles decorrentes são transferidos.

Os valores justos estimados dos empréstimos e financiamentos, são apresentados a seguir:

		Consolidado	
	Curva de desconto / Metodologia	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Cotados no mercado secundário			
Em moeda estrangeira			
Bonds	Mercado secundário	43.703.482	30.066.087
Estimados ao valor presente			
Em moeda estrangeira			
Créditos de exportação ("Pré- pagamento")	LIBOR	20.546.778	17.213.963
Créditos de exportação ("ACC/ACE")	DDI		575.521
Em moeda nacional			
BNB - Financiamento Florestal	DI 1		193.646
BNDES - TJLP	DI 1	1.399.177	1.895.959
BNDES - TLP	DI 1	647.235	535.812
BNDES - Fixo	DI 1	76.732	113.979
BNDES - Selic ("Sistema Especial de Liquidação e de Custódia")	DI 1	960.215	693.969
BNDES - Cesta de moedas	DI 1	27.239	54.420
CRA ("Certificado de Recebíveis do Agronegócio")	DI 1/IPCA	3.286.792	6.039.983
Debêntures	DI 1	5.498.793	5.534.691
FINAME ("Agência Especial de Financiamento Industrial")	DI 1		14.168
FINEP ("Financiadora de Estudos e Projetos")	DI 1		5.138
NCE ("Notas de Crédito à Exportação")	DI 1	1.322.813	1.445.383
NCR ("Nota de Crédito Rural")	DI 1	283.702	288.122
Créditos de exportação ("Pré- pagamento")	DI 1	1.490.242	1.464.798
FDCO ("Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste")	DI 1		571.904
		79.243.200	66.707.543

A Administração da Suzano considera que para os demais passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, os seus valores contábeis se aproximam dos seus valores justos e por isso não está sendo apresentada a informação dos seus valores justos.

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

#### **4.2. Administração de risco de liquidez**

A Suzano tem como objetivo manter uma posição robusta em caixa e aplicações financeiras de forma a fazer frente aos seus compromissos financeiros e operacionais. O montante mantido em caixa tem como objetivo honrar os desembolsos previstos no curso normal de suas operações, enquanto o excedente é investido em aplicações financeiras de alta liquidez contratadas junto às instituições financeiras com alto grau de investimento de acordo com a Política de Gestão de Caixa.

O monitoramento da posição de caixa é acompanhado pela alta gestão da Suzano, por meio de relatórios gerenciais e participação em reuniões de desempenho com frequência determinada. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os impactos na posição de caixa e aplicações financeiras foram dentro do esperado e a Suzano acredita que, mesmo com o impacto da desvalorização do Real frente ao Dólar dos Estados Unidos da América causado pela pandemia da COVID-19, os pagamentos dos instrumentos derivativos que venceram neste período foram compensados por uma maior geração de caixa operacional.

Conforme fato relevante divulgado ao mercado em 14 de fevereiro de 2020, a Suzano decidiu liquidar antecipadamente o contrato de pré-pagamento de exportação no montante de US\$750.000 (equivalente na data da transação a R\$3.240.229), ao custo de LIBOR + 1,15% a.a., com prazo médio de 24 meses e vencimento previsto para 14 de fevereiro de 2023. Concomitantemente, a Suzano contratou uma nova operação de pré-pagamento de exportação no valor total de US\$850.000 (equivalente na data da transação a R\$3.672.259), ao mesmo custo de LIBOR + 1,15% a.a., mas com prazo médio de 60 meses e vencimento para 13 de fevereiro de 2026. Além disso, conforme fato relevante divulgado ao mercado em 28 de fevereiro de 2020, a Suzano, por meio de sua subsidiária integral Suzano Trading Ltd., decidiu exercer seu direito de resgatar a totalidade do saldo das *Senior Notes* 2021 por ela emitidas e garantidas pela Suzano com cupom de 5,875% ao ano e vencimento previsto para janeiro de 2021, no valor total de principal de US\$189.630.

Estas operações foram realizadas em condições de mercado, consideradas atrativas pela Suzano, e muito embora tenham sido concretizadas antes da crise causada pela pandemia da COVID-19, estavam em linha com a estratégia de gestão de endividamento pautada pela redução do custo e alongamento do prazo médio da carteira, reforçando assim, nossa posição de liquidez.

Em consonância com o comunicado ao mercado divulgado em 30 de março de 2020, a Suzano decidiu efetuar o saque de US\$500.000 (equivalente a R\$2.638.221 na data da transação) de sua linha de crédito rotativo (*revolving credit facility*) mantida junto a determinadas instituições financeiras, ao custo de LIBOR + 1,30%, com prazo médio de 47 meses e vencimento em fevereiro de 2024. A utilização desta linha de crédito foi uma das medidas preventivas que a Suzano tomou para mitigar eventuais impactos decorrentes da pandemia da COVID-19 para reforçar, preventivamente, sua posição de liquidez. Em 13 de agosto de 2020, a Suzano comunicou ao mercado que devolveu antecipadamente esta linha de crédito rotativo e que tais recursos voltaram a ficar integralmente disponíveis como fonte de liquidez adicional, em caso de necessidade.

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram contratados em mercado de balcão e não necessitam de depósito de margens de garantia.

Os vencimentos contratuais remanescentes dos passivos financeiros são apresentados na data do balanço. Os valores apresentados a seguir, representam os fluxos de caixa não descontados e incluem pagamentos de juros e variação cambial, portanto, não podem ser reconciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Consolidado	31 de dezembro de 2020					
	Valor contábil	Valor futuro	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
<b>Passivos</b>						
Fornecedores	2.361.098	2.361.098	2.361.098			
Empréstimo, financiamentos e debêntures <sup>(1)</sup>	72.899.882	101.540.320	4.034.595	6.619.518	36.751.023	54.135.184
Contas a pagar de arrendamento	5.193.534	9.553.849	620.762	807.211	2.198.957	5.926.919
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	502.228	573.920	116.376	112.155	253.419	91.970
Instrumentos financeiros derivativos <sup>(1)</sup>	8.117.400	10.868.858	1.999.811	1.296.199	4.133.320	3.439.528
Outros passivos	460.370	460.370	361.602	98.768		
	<b>89.534.512</b>	<b>125.358.415</b>	<b>9.494.244</b>	<b>8.933.851</b>	<b>43.336.719</b>	<b>63.593.601</b>

1) A variação é decorrente, principalmente, do aumento da taxa de câmbio em Dólar dos Estados Unidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Consolidado	31 de dezembro de 2019					
	Valor contábil	Valor futuro	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
<b>Passivos</b>						
Fornecedores	2.376.459	2.376.459	2.376.459			
Empréstimo, financiamentos e debêntures	63.684.326	89.708.210	8.501.278	5.692.149	29.088.292	46.426.491
Contas a pagar de arrendamento	3.986.314	7.113.063	560.351	1.426.837	1.187.831	3.938.044
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	541.615	618.910	103.132	101.149	315.989	98.640
Instrumentos financeiros derivativos	2.917.913	8.299.319	1.488.906	415.791	1.258.200	5.136.422
Outros passivos	578.849	578.849	457.126	121.723		
	<b>74.085.476</b>	<b>108.694.810</b>	<b>13.487.252</b>	<b>7.757.649</b>	<b>31.850.312</b>	<b>55.599.597</b>

#### 4.3. Administração de riscos de crédito

Está relacionado à possibilidade do não cumprimento do compromisso da contraparte em uma transação. O risco de crédito é administrado corporativamente e decorre de equivalentes de caixa, aplicações financeiras, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos, Certificados de Depósitos Bancários ("CDB"), *box* de renda fixa, operações compromissadas, cartas de crédito ("*Letters of Credit* – LC"), seguradoras, prazo para recebimento de clientes, adiantamentos à fornecedores para novos projetos, entre outros.

##### 4.3.1. Contas a receber de clientes e adiantamentos a fornecedores

Devido à crise causada pela COVID-19, a Suzano passou a receber pedidos de prorrogação de faturas de clientes, limitando essas postergações àquelas faturas próximas ao vencimento, com a devida cobrança de juros. Entretanto a partir de julho de 2020, a Suzano passou a receber pedidos esporádicos de prorrogações, voltando aos patamares anteriores à crise.

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

A maior parte dos clientes que solicitaram pedidos de prorrogações, são do mercado doméstico do segmento de papel e, não representam valor relevante em comparação às contas a receber total da Suzano.

As análises internas e as métricas de crédito permanecem não demonstrando que estes atrasos possam causar impactos significativos na posição de liquidez da Suzano. Também foi observado aumento dos atrasos na América Latina, porém, para essa região a Suzano possui apólices de seguro de crédito que mitigam grande parte dos riscos decorrentes da inadimplência de seus clientes.

A Suzano possui políticas comerciais e de crédito que visam mitigar eventuais riscos decorrentes da inadimplência de seus clientes, principalmente, por meio da contratação de apólices de seguro de crédito, garantias bancárias fornecidas por bancos de primeira linha e garantias reais avaliadas de acordo com a liquidez. Ademais, a carteira de clientes é objeto de análise de crédito interna que visa avaliar o risco em relação a performance de pagamento, tanto para exportações como para vendas no mercado interno.

Para a avaliação de crédito dos clientes, a Suzano utiliza uma matriz baseada na análise de aspectos qualitativos e quantitativos para determinar os limites individuais de crédito a cada cliente conforme o risco identificado. Cada análise é submetida à aprovação conforme hierarquia definida na política de crédito, respeitando os níveis de alçada e, se aplicável, à aprovação da diretoria em reunião e Comitê de Crédito.

A classificação de risco das contas a receber de clientes é apresentada a seguir:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31 de dezembro de 2020</b>	<b>31 de dezembro de 2019</b>
Baixo <sup>(1)</sup>	<b>2.813.038</b>	2.775.364
Médio <sup>(2)</sup>	<b>54.115</b>	168.836
Alto <sup>(3)</sup>	<b>89.942</b>	133.613
	<b>2.957.095</b>	3.077.813

1) Vincendo e em atraso até 30 dias.

2) Em atraso entre 30 e 90 dias

3) Em atraso acima de 90 dias.

Parte dos montantes acima não consideram o valor de perda estimada com crédito de liquidação duvidosa ("PECLD") calculada com base na matriz de provisão nos montantes de R\$41.889 e R\$41.996 em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente.

#### **4.3.2. Bancos e instituições financeiras**

A Suzano, com o objetivo de mitigar o risco de crédito, mantém suas operações financeiras diversificadas entre bancos, com principal concentração em instituições financeiras de primeira linha classificadas como high grade pelas principais agências de classificação de risco.

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição ao risco de crédito está apresentado a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Caixa e equivalentes de caixa	<b>6.881.305</b>	3.309.161	<b>46.248</b>	60.034
Aplicações financeiras	<b>2.396.857</b>	6.330.334		
Instrumentos financeiros derivativos	<b>986.526</b>	830.426		
	<b>10.264.688</b>	10.469.921	<b>46.248</b>	60.034

As contrapartes, substancialmente instituições financeiras, com as quais são realizadas operações que se enquadram em caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos ativos são classificados por agências avaliadoras conforme o risco apresentado a seguir:

	Consolidado			
	Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras		Instrumentos financeiros derivativos	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
<b>Classificação de risco <sup>(1)</sup></b>				
AAA		190.360	<b>17.412</b>	
AA-		56.388	<b>417.510</b>	
A+		606.757	<b>1.617</b>	27.363
A		188.458	<b>73.135</b>	165.851
A-		211.238	<b>130.546</b>	222.761
brAAA	<b>7.745.441</b>	7.207.954	<b>305.311</b>	404.693
brAA+	<b>163.955</b>	745.177	<b>32</b>	9.758
brAA	<b>836.546</b>	372.188	<b>40.963</b>	
brAA-	<b>278.712</b>	23.050		
brA	<b>240.382</b>	17.847		
Outros	<b>13.126</b>	20.078		
	<b>9.278.162</b>	9.639.495	<b>986.526</b>	830.426

1) Utilizamos o Brazilian Risk Rating e a classificação é concedida pelas agências Fitch Ratings, Standard & Poor's e Moody's.

#### **4.4. Administração de riscos de mercado**

A Suzano está exposta a uma série de riscos de mercados, principalmente, relacionados às variações de taxas de câmbio, taxas de juros, índices de correção e preço de *commodities* que podem afetar seus resultados e condições financeiras.

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

Para mitigar os impactos, a Suzano dispõe de processos para monitoramento das exposições e políticas que suportam a implementação da gestão de riscos.

As políticas estabelecem os limites e os instrumentos a serem implementados com o objetivo de:

- (i) proteção do fluxo de caixa devido ao descasamento de moedas;
- (ii) mitigação de exposições a taxas de juros;
- (iii) redução dos impactos da flutuação de preços de *commodities*; e
- (iv) troca de indexadores da dívida.

A gestão de riscos de mercado realiza a identificação, a avaliação e a implementação da estratégia, com a efetiva contratação dos instrumentos financeiros adequados.

#### **4.4.1. Administração de risco de taxas de câmbio**

A captação de financiamentos e a política de *hedge* cambial da Suzano são direcionadas considerando que parte substancial da receita líquida é proveniente de exportações com preços negociados em Dólares dos Estados Unidos da América e por outro lado, parte substancial dos custos de produção está atrelada ao Real. Esta exposição estrutural permite que a Suzano contrate financiamentos de exportação em Dólares dos Estados Unidos da América e concilie os pagamentos dos financiamentos com os fluxos de recebimento das vendas no mercado externo, utilizando o mercado internacional de dívida como parte importante de sua estrutura de capital e proporcionando um *hedge* natural de caixa para estes compromissos.

Além disso, a Suzano contrata operações de venda de Dólares dos Estados Unidos da América nos mercados futuros, incluindo estratégias com opções, como forma de assegurar níveis atraentes de margens operacionais para uma parcela da receita. Estas operações são limitadas a um percentual do excedente líquido de divisas no horizonte de 18 meses e, portanto, estão casadas à disponibilidade de câmbio pronto para venda no curto prazo.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

A exposição líquida de ativos e passivos em moeda estrangeira, a qual é substancialmente em Dólares dos Estados Unidos da América, está demonstrada a seguir:

		<b>Consolidado</b>
	<b>31 de dezembro de 2020</b>	<b>31 de dezembro de 2019</b>
<b>Ativos</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	<b>6.370.201</b>	2.527.834
Contas a receber de clientes	<b>1.938.614</b>	2.027.018
Instrumentos financeiros derivativos	<b>621.385</b>	9.440.141
	<b>8.930.200</b>	13.994.993
<b>Passivos</b>		
Fornecedores	<b>(492.617)</b>	(1.085.207)
Empréstimos e financiamentos	<b>(58.145.087)</b>	(45.460.138)
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	<b>(313.022)</b>	(288.172)
Instrumentos financeiros derivativos	<b>(6.994.363)</b>	(11.315.879)
	<b>(65.945.089)</b>	(58.149.396)
<b>Exposição passiva líquida</b>	<b>(57.014.889)</b>	(44.154.403)

#### 4.4.1.1. Análise de sensibilidade – exposição cambial – exceto instrumentos financeiros derivativos

Para a análise de risco do mercado, a Suzano utiliza cenários para avaliar conjuntamente as posições ativas e passivas indexadas em moeda estrangeira e os possíveis efeitos em seus resultados. O cenário provável representa os valores reconhecidos contabilmente, uma vez que refletem a conversão em Reais na data base do balanço patrimonial (R\$/US\$ = R\$5,1967).

Esta análise assume que todas as outras variáveis, em particular, as taxas de juros, permanecem constantes. Os demais cenários consideraram a apreciação/depreciação do Real em relação ao Dólar dos Estados Unidos em 25% e 50%, antes dos impostos.

A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários em valores absolutos:

	<b>Consolidado</b>		
	<b>31 de dezembro de 2020</b>		
	<b>Efeito no resultado e no patrimônio</b>		
	<b>Provável (valor base)</b>	<b>Possível (25%)</b>	<b>Remoto (50%)</b>
Caixa e equivalentes de caixa	<b>6.370.201</b>	<b>1.592.550</b>	<b>3.185.101</b>
Contas a receber de clientes	<b>1.938.614</b>	<b>484.654</b>	<b>969.307</b>
Fornecedores	<b>(492.617)</b>	<b>(123.154)</b>	<b>(246.309)</b>
Empréstimos e financiamentos	<b>(58.145.087)</b>	<b>(14.536.272)</b>	<b>(29.072.544)</b>
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	<b>(313.022)</b>	<b>(78.256)</b>	<b>(156.511)</b>

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

#### 4.4.1.2. Análise de sensibilidade – exposição cambial de instrumentos financeiros derivativos

A Suzano contrata operações de venda de Dólares dos Estados Unidos da América nos mercados futuros, incluindo estratégias com opções, visando assegurar níveis atraentes de margens operacionais para uma parcela da receita. Estas operações são limitadas a um percentual da exposição total em Dólares dos Estados Unidos da América no horizonte de 18 meses e, portanto, estão atreladas à disponibilidade de câmbio pronto para venda no curto prazo.

Devido a pandemia da COVID-19 e dos efeitos em todas as economias globais ao longo dos últimos 12 meses, os mercados financeiros sofreram grande volatilidade durante todo o período com o forte sentimento de aversão ao risco, o que causou uma grande desvalorização do Real frente ao Dólar dos Estados Unidos.

Para o cálculo da marcação à mercado ("MtM") é utilizada a PTAX do penúltimo dia útil do período em análise. Desta forma, o aumento no exercício compreendido entre 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020 foi de 29%, já que as cotações dos exercícios mencionados foram R\$4,0307 e R\$ 5,1967, respectivamente. Estes movimentos de mercado causaram impacto negativo na marcação a mercado da posição de *hedge* contratada.

A análise de sensibilidade abaixo, assume que todas as outras variáveis, em particular, as taxas de juros, permanecem constantes. Os demais cenários consideraram a apreciação/depreciação do Real em relação ao Dólar dos Estados Unidos da América em 25% e 50%, antes dos impostos, adicionando ao cenário provável do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

É importante ressaltar que o impacto causado pelas oscilações na taxa de câmbio, seja positivo ou negativo, incidirá também no ativo objeto do *hedge*. Portanto, mesmo tendo havido impacto negativo no valor justo das operações de derivativos no exercício em decorrência da pandemia da COVID-19, esse impacto foi parcialmente compensado pelo efeito positivo causado no fluxo de caixa da Suzano. Além disso, considerando que as contratações de *hedge* são limitadas pela política em no máximo 75% da exposição total em Dólares dos Estados Unidos, a desvalorização cambial sempre beneficiará, de forma líquida, a geração de caixa da Suzano ao longo do tempo.

A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários:

	Consolidado 31 de dezembro de 2020				
	Efeito no resultado e no patrimônio				
	Provável (valor base)	Possível (+25%)	Remoto (+50%)	Possível (-25%)	Remoto (-50%)
	5,1967	6,4959	7,7951	3,8975	2,5984
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>					
Derivativos <i>Non-deliverable forward</i> ("NDF")	7.948	(102.756)	(205.512)	102.756	205.512
Derivativos opções	(780.896)	(3.386.080)	(7.232.365)	3.253.805	7.301.982
Derivativos swaps	(6.503.859)	(4.436.537)	(8.873.083)	4.436.554	8.873.100



**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

#### **4.4.2. Administração de risco de taxas de juros**

As oscilações das taxas de juros podem implicar em efeitos de aumento ou redução do custo sobre os novos financiamentos e operações já contratadas.

A Suzano busca constantemente alternativas para a utilização de instrumentos financeiros a fim de evitar impactos negativos em seu fluxo de caixa.

Considerando a extinção da LIBOR no decorrer dos próximos anos, a Suzano está avaliando seus contratos com cláusulas que vislumbrem a descontinuação da taxa de juros. A maior parte dos contratos de dívidas atreladas à LIBOR, possui alguma cláusula de substituição desta taxa por um índice de referência ou taxa juro equivalente e, para os contratos que não possuem uma cláusula específica, será realizada uma renegociação entre as partes. Os contratos de derivativos atrelados a LIBOR, preveem uma negociação entre as partes para a definição de uma nova taxa ou será fornecida uma taxa equivalente pelo agente de cálculo.

É importante ressaltar que as cláusulas de mudança de indexadores dos contratos de dívida da Suzano indexados à LIBOR, estabelecem que, qualquer substituição de taxa de indexação nos contratos somente poderá ser avaliada em 2 (duas) circunstâncias (i) após comunicação de uma entidade oficial do governo com formalização da extinção e troca da taxa vigente do contrato, sendo que nessa comunicação deve estar definida a data exata em que LIBOR será extinta e/ou (ii) operações sindicalizadas comecem a ser executadas com taxa indexada à *Secured Overnight Financing Rate* ("SOFR"). Sendo assim, a negociação dos contratos de dívida e seus derivativos atrelados será iniciada após esses eventos.

A Suzano mapeou todos os seus contratos sujeitos à reforma da LIBOR que ainda não foram sujeitos à transição para uma taxa de referência alternativa e em 31 de dezembro de 2020, a Suzano tinha R\$20.118.831, relacionado aos contratos de empréstimos e financiamentos e R\$1.567.520, relacionado aos contratos de derivativos e, até o momento, aguarda o evento de oficialização da extinção da LIBOR para iniciar a negociação de seus contratos junto às contrapartes.

A Suzano entende que não será necessária alterar a estratégia de gestão de risco para em função da mudança dos indexadores dos contratos financeiros atrelados à LIBOR.

A Suzano acredita ser razoável assumir que a negociação dos indexadores de seus contratos, quando o gatilho oficial permitir, irá caminhar para a substituição da LIBOR pela SOFR, pois as informações disponíveis indicam que a SOFR será a nova taxa de juros adotada pelo mercado de capitais. Com base nas informações disponíveis até o momento, a Suzano não espera ter impactos significativos em suas dívidas e derivativos atrelados a LIBOR.

##### **4.4.2.1. Análise de sensibilidade – exposição a taxas de juros – exceto instrumentos financeiros derivativos**

Para a análise de risco do mercado, a Suzano utiliza cenários para avaliar a sensibilidade das variações das operações impactadas pelas taxas Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), a Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"), a Taxa Sistema Especial de Liquidação e Custódia ("SELIC") e *London Interbank Offered Rate* ("LIBOR") e que podem gerar impacto no resultado. O cenário provável representa os valores já contabilizados, pois refletem a melhor estimativa da Administração.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Esta análise pressupõe que todas as outras variáveis, em particular as taxas de câmbio, permanecem constantes. Os demais cenários consideraram a valorização/desvalorização de 25% e 50% nas taxas de juros de mercado.

A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários em valores absolutos:

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2020		
	Efeito no resultado e no patrimônio		
	Provável (valor base)	Possível (25%)	Remoto (50%)
<b>CDI/SELIC</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	115.032	546	1.093
Aplicações financeiras	2.396.857	11.385	22.770
Empréstimos e financiamentos	9.715.511	46.149	92.297
<b>TJLP</b>			
Empréstimos e financiamentos	1.553.635	17.673	35.345
<b>LIBOR</b>			
Empréstimos e financiamentos	18.923.543	11.277	22.555

#### 4.4.2.2. Análise de sensibilidade – exposição a taxas de juros de instrumentos financeiros derivativos

Esta análise pressupõe que todas as outras variáveis, permanecem constantes. Os demais cenários consideraram a valorização/desvalorização de 25% e 50% nas taxas de juros de mercado.

A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários:

	Consolidado				
	31 de dezembro de 2020				
	Efeito no resultado e no patrimônio				
	Provável (valor base)	Possível (+25%)	Remoto (+50%)	Possível (-25%)	Remoto (-50%)
<b>CDI</b>					
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>					
<b>Passivo</b>					
Derivativos NDF	7.948	(2.409)	(4.786)	2.442	4.916
Derivativos opções	(780.896)	(43.105)	(85.545)	43.800	88.323
Derivativos swaps	(6.503.859)	(22.941)	(45.441)	23.367	47.086
<b>Libor</b>					
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>					
<b>Passivo</b>					
Derivativos swaps	(6.503.859)	45.349	90.699	(45.364)	(90.726)

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

#### 4.4.2.3. Análise de sensibilidade para mudanças no índice de preços ao consumidor da economia norte-americana

Para a mensuração do cenário provável, foi considerado o índice de preços ao consumidor da economia norte-americana (*“United States Consumer Price Index - US-CPI”*) no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. O cenário provável foi extrapolado considerando uma valorização/desvalorização de 25% e 50% no *US-CPI* para definição dos cenários possível e remoto, respectivamente.

	Consolidado 31 de dezembro de 2020		
	Efeito no resultado		
	Provável (valor base)	Possível (25%)	Remoto (50%)
	2,16%	2,70%	3,24%
Derivativo embutido em contrato de parceria florestal e fornecimento de madeira em pé	354.900	(158.373)	(324.287)

#### 4.4.3. Administração de risco de preço de *commodities*

A Suzano está exposta a preços de commodities, principalmente no preço de venda da celulose no mercado internacional. A dinâmica de abertura e fechamento de capacidades de produção no mercado global e as condições macroeconômicas podem impactar os resultados operacionais da Suzano.

A Suzano possui equipe especializada que monitora o preço da celulose e analisa as tendências futuras, ajustando as projeções que visam auxiliar na tomada de medidas preventivas para conduzir de maneira adequada os distintos cenários. Não existe mercado financeiro com liquidez para mitigar suficientemente o risco de parte relevante das operações da Suzano. As operações de proteção de preço da celulose disponíveis no mercado têm baixa liquidez e volume e grande distorção na formação do preço. Não foi observado nenhuma mudança relevante em relação aos preços de celulose e mercados futuros relacionado a este índice por conta da crise causada pela pandemia da COVID-19.

A Suzano também está exposta ao preço internacional do petróleo, refletido nos custos logísticos de comercialização para o mercado externo. Neste caso, a Suzano avalia a contratação de instrumentos financeiros derivativos para fixar o preço do combustível marítimo. A crise causada pela pandemia da COVID-19 impactou significativamente a demanda global por petróleo e seus derivados, o que causou uma grande desvalorização dos preços destes ativos nos mercados à vista e futuro, durante os primeiros trimestres de 2020. Dentro deste contexto, e considerando condições de mercado atrativas, a Suzano aumentou sua posição de *hedge* de combustível marítimo em linha com sua estratégia e políticas de *hedge* e fixou boa parte de sua exposição em níveis abaixo dos patamares de preço estimados para o orçamento de 2020.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a posição contratada para proteção do custo logístico era comprada no montante de US\$37.757 (US\$0,365 em 31 de dezembro de 2019).

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

#### 4.4.3.1. Análise de sensibilidade - preço de *commodities*

Esta análise pressupõe que todas as outras variáveis, exceto os preços, permanecem constantes. Os demais cenários consideraram a valorização/desvalorização de 25% e 50% do preço do petróleo.

A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários:

	Consolidado		
	31 de		
	dezembro		
	de 2020		
	Impacto da alta/redução do US-CPI no valor justo		
	valores absolutos		
	Provável	Possível	Remoto
	(valor base)	(25%)	(50%)
Derivativo VLSFO/Brent	15.759	43.614	87.227

#### 4.5. Instrumentos financeiros derivativos

A Suzano determina o valor justo dos contratos de derivativos, o qual pode divergir dos valores realizados em caso de liquidação antecipada por conta dos *spreads* bancários e fatores de mercado no momento da cotação. Os valores apresentados pela Suzano baseiam-se em uma estimativa utilizando fatores de mercado e utilizam dados fornecidos por terceiros, mensurados internamente e confrontados com cálculos realizados por consultoria externa.

O valor justo não representa a obrigação de desembolso imediato ou recebimento de caixa, uma vez que tal efeito somente ocorrerá nas datas de verificação contratual ou de vencimento de cada operação, quando será apurado o resultado conforme o caso e as condições de mercado nas referidas datas.

Para cada um dos instrumentos, descreve-se a seguir um resumo do procedimento utilizado para a obtenção dos valores justos:

- (i) *Swap*: o valor futuro da ponta ativa e da ponta passiva são estimados pelos fluxos de caixa projetados pela taxa de juros de mercado da moeda em que a ponta do *swap* é denominada. O valor presente na ponta denominada em US\$ é mensurado por meio do desconto utilizando a curva do cupom cambial (a remuneração, em Dólares dos Estados Unidos da América, dos Reais investidos no Brasil) e no caso da ponta denominada em BRL, o desconto é feito utilizando a curva de juros do Brasil, sendo a curva futura do DI, considerando tanto o risco de crédito da Suzano e da contraparte. A exceção são os contratos pré fixados x US\$ onde o valor presente na ponta denominada em US\$ é mensurado por meio do desconto utilizando a curva da LIBOR, divulgada pela *Bloomberg*. O valor justo do contrato é a diferença entre essas duas pontas. As curvas de taxas de juros foram obtidas da B3.
- (ii) Opções (*"Zero Cost Collar"*): para o cálculo do valor justo das opções foi utilizado o modelo de *Garman Kohlhagen*, considerando o risco de crédito da Suzano e da contraparte. Os dados de volatilidades e taxas de juros são observáveis e foram obtidos da B3 para apuração dos valores justos.

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

- (iii) *Non-deliverable forward* ("NDF"): é efetuada uma projeção da cotação futura da moeda, utilizando-se das curvas de cupom cambial e a curva futura do DI para cada vencimento. A seguir, verifica-se qual a diferença entre esta cotação obtida e a taxa que foi contratada a operação, considerando-se o risco de crédito da Suzano e da contraparte. Esta diferença é multiplicada pelo valor nominal de cada contrato e trazida a valor presente pela curva futura do DI. As curvas de taxas de juros foram obtidas da B3.
- (iv) *Swap de US-CPI*: os fluxos de caixa da ponta passiva são projetados pela curva de inflação norte-americana US-CPI, obtida pelas taxas implícitas aos títulos americanos indexados à inflação ("Tesouro Protegido contra a Inflação – TIPS"), divulgada pela Bloomberg. Os fluxos de caixa da ponta ativa são projetados pela taxa fixa implícita no derivativo embutido. O valor justo do derivativo embutido é a diferença entre as duas pontas, trazida a valor presente pela curva do cupom cambial obtida da B3.
- (v) *Swap VLSFO/Brent* (combustível marítimo): é efetuada uma projeção futura do preço do ativo, utilizando-se a curva futura de preço divulgada pela Bloomberg. A seguir, verifica-se qual a diferença entre esta projeção obtida e a taxa que foi contratada a operação, considerando o risco de crédito da Suzano e da contraparte. Esta diferença é multiplicada pelo valor nominal de cada contrato e trazida a valor presente pela curva da LIBOR divulgada pela Bloomberg.

As curvas utilizadas para o cálculo do valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 estão apresentadas a seguir:

Prazo	Curva de juros		Cupom de dólar sujo
	Brasil	Estados Unidos da América	
1M	1,92% a.a.	0,14% a.a.	4,95% a.a.
6M	2,11% a.a.	0,20% a.a.	1,56% a.a.
1ª ano	2,86% a.a.	0,19% a.a.	1,20% a.a.
2ª ano	4,19% a.a.	0,20% a.a.	1,01% a.a.
3ª ano	5,08% a.a.	0,25% a.a.	0,99% a.a.
5ª ano	6,05% a.a.	0,44% a.a.	1,16% a.a.
10ª ano	7,20% a.a.	0,95% a.a.	1,56% a.a.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

#### 4.5.1. Derivativos em aberto por tipo de contrato, inclusive derivativos embutidos

As posições de derivativos em aberto estão apresentadas a seguir:

Tipo do derivativo	Valor de referência (nacional) - em US\$		Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
<b>Instrumentos contratados com estratégia de proteção</b>				
<b>Hedge operacional</b>				
Zero Cost Collar <sup>(1)</sup>	3.212.250	3.425.000	(780.457)	67.078
NDF (R\$ x US\$)	80.000		7.948	
<b>Hedge de dívida</b>				
<b>Hedge de taxa de juros</b>				
Swap LIBOR para Fixed (US\$) <sup>(1)</sup>	3.683.333	2.750.000	(1.059.192)	(444.910)
Swap IPCA para CDI (nacional em Reais)	843.845	843.845	285.533	233.255
Swap IPCA para Fixed (US\$)	121.003	121.003	(114.834)	30.544
Swap CDI x Fixed (US\$) <sup>(1)</sup>	2.267.057	3.115.614	(4.977.309)	(1.940.352)
Swap Pré Fixada para US\$	350.000	350.000	(508.328)	(33.011)
<b>Hedge de commodities</b>				
Swap do US-CPI (madeira em pé) <sup>(2)</sup>	646.068	679.485	354.900	268.547
Swap VLSFO/Brent	37.757	365	15.759	(92)
			<b>(6.775.980)</b>	<b>(1.818.941)</b>
Ativo circulante			484.043	260.273
Ativo não circulante			857.377	838.699
Passivo circulante			(1.991.118)	(893.413)
Passivo não circulante			<b>(6.126.282)</b>	<b>(2.024.500)</b>
			<b>(6.775.980)</b>	<b>(1.818.941)</b>

1) A variação é decorrente, principalmente, do aumento da taxa de câmbio em Dólar dos Estados Unidos da América no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

2) O derivativo embutido refere-se aos contratos de swap de venda das variações do US-CPI no prazo dos contratos de parceria florestal e de fornecimento de madeira em pé.

A seguir são descritos cada um dos contratos vigentes e os respectivos riscos protegidos:

- (i) *Swap* CDI x *Fixed* US\$: posições em swaps convencionais trocando a variação da taxa de Depósitos Interbancários ("DI") por taxa prefixada em Dólares dos Estados Unidos da América ("US\$"). O objetivo é alterar o indexador de dívidas em Reais para US\$, alinhando-se com a exposição natural dos recebíveis em US\$ da Suzano.
- (ii) *Swap* IPCA x CDI: posições em swaps convencionais trocando variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") por taxa de DI. O objetivo é alterar o indexador de dívidas em Reais, alinhando-se com a posição de caixa em Reais da Suzano, que também é indexada a DI.
- (iii) *Swap* IPCA x *Fixed* US\$: posições em swaps convencionais trocando variação do IPCA por taxa pré-fixada em US\$. O objetivo é alterar o indexador de dívidas em Reais para US\$, alinhando-se com a exposição natural dos recebíveis em US\$ da Suzano.

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

- (iv) *Swap LIBOR x Fixed US\$*: posições em swaps convencionais trocando taxa pós-fixada (LIBOR) por taxa prefixada em US\$. O objetivo é proteger o fluxo de caixa de variações na taxa de juros norte-americana.
- (v) *Swap Pré Fixed R\$ x Fixed US\$*: posições em swaps convencionais trocando taxa prefixada em Reais por taxa prefixada em US\$. O objetivo é alterar a exposição de dívidas em Reais para US\$, alinhando-se com a exposição natural dos recebíveis em US\$ da Suzano.
- (vi) *Zero-Cost Collar*: posições em instrumento que consiste na combinação simultânea de compra de opções de venda (*put*) e venda de opções de compra (*call*) de US\$, com mesmo valor de principal e vencimento, com o objetivo de proteger o fluxo de caixa das exportações. Nesta estratégia é estabelecido um intervalo onde não há depósito ou recebimento de margem financeira sobre os ajustes de posição. O objetivo é proteger o fluxo de caixa das exportações contra queda do Real.
- (vii) *NDF - Non Deliverable Forward*: Posições vendidas em contratos futuros de US\$ com o objetivo de proteger o fluxo de caixa das exportações contra queda do Real.
- (viii) *Swap Very Low Sulphur Fuel Oil ("VLSFO")/Brent* (petróleo): posições compradas de petróleo, com o objetivo de proteger custos logísticos relacionados aos contratos de frete marítimo, contra o aumento do preço de petróleo.
- (ix) *Swap US-CPI*: O derivativo embutido refere-se aos contratos de swap de venda das variações do *US-CPI* no prazo dos contratos de parceria florestal e de fornecimento de madeira em pé.

A pandemia da COVID-19 impactou negativamente os mercados financeiros e consequentemente, causou aumento da volatilidade durante todo o exercício, levando à uma desvalorização do Real frente ao Dólar dos Estados Unidos de 40%, conforme anteriormente mencionado. A variação do valor justo dos derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 em comparação com o valor justo mensurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 é explicada substancialmente por esta significativa desvalorização da moeda local. Houve também impactos menos significativos causados pela variação nas curvas Pré, Cupom Cambial e LIBOR nas operações.

Importante destacar que, os contratos em aberto no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, são operações de mercado de balcão, sem nenhum tipo de margem de garantia ou cláusula de liquidação antecipada forçada por variações provenientes de marcação a mercado, inclusive por possíveis variações causadas pela pandemia da COVID-19.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

#### 4.5.2. Cronograma de vencimentos do valor justo

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
2020		(633.644)
2021	(1.507.075)	98.850
2022	(918.030)	(154.734)
2023	(433.195)	185.209
2024	(705.859)	(197.718)
2025	(1.684.124)	(606.827)
2026 em diante	(1.527.697)	(510.077)
	<b>(6.775.980)</b>	<b>(1.818.941)</b>

#### 4.5.3. Posição ativa e passiva dos derivativos em aberto

As posições de derivativos em aberto estão apresentadas a seguir:

		Valor nominal		Consolidado	
		31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Moeda					
<b>Hedge de dívida</b>					
<b>Ativos</b>					
Swap CDI x Fixed (US\$)	R\$	8.594.225	11.498.565	719	11.673.117
Swap Pré Fixada para (US\$)	R\$	1.317.226	1.317.226	136.192	1.478.336
Swap Libor x Fixed (US\$)	US\$	3.683.333	2.750.000	61.120	11.063.970
Swap IPCA para CDI	IPCA	974.102	933.842	285.533	1.093.067
Swap IPCA para US\$	IPCA	520.973	499.441		579.307
				483.564	25.887.797
<b>Passivos</b>					
Swap CDI x Fixed (US\$)	US\$	2.267.057	3.115.614	(4.978.028)	(13.613.469)
Swap Pré Fixada para (US\$)	US\$	350.000	350.000	(644.520)	(1.511.347)
Swap Libor x Fixed (US\$)	US\$	3.683.333	2.750.000	(1.120.312)	(11.508.880)
Swap IPCA para CDI	R\$	843.845	843.845		(859.812)
Swap IPCA para US\$	US\$	121.003	121.003	(114.834)	(548.763)
				(6.857.694)	(28.042.271)
				(6.374.130)	(2.154.474)
<b>Hedge operacional</b>					
Zero cost collar (US\$ x R\$)	US\$	3.212.250	3.425.000	(780.457)	67.078
NDF (R\$ x US\$)	US\$	80.000		7.948	
				(772.509)	67.078
<b>Hedge de commodities</b>					
Swap US-CPI (madeira em pé)	US\$	646.068	679.485	354.900	268.547
Swap VLSFO/Brent	US\$	37.757	365	15.759	(92)
				370.659	268.455
				(6.775.980)	(1.818.941)



(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

#### 4.5.4. Valores justos liquidados

As posições de derivativos liquidados estão apresentadas a seguir:

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
<b>Hedge operacional</b>		
Zero cost collar (R\$ x US\$)	(2.268.158)	(104.040)
NDF (R\$ x US\$)	(60.815)	63.571
	<u>(2.328.973)</u>	<u>(40.469)</u>
<b>Hedge de commodities</b>		
Swap Bunker (petróleo)	(85.468)	3.804
	<u>(85.468)</u>	<u>3.804</u>
<b>Hedge de dívida</b>		
Swap CDI x Fixed (US\$)	(1.888.906)	(68.362)
Swap IPCA x CDI	10.601	23.024
Swap IPCA x USD	10.054	
Swap pré fixada para (US\$)	59.351	(26.358)
Swap Libor x Fixed (US\$)	(242.299)	(27.088)
	<u>(2.051.199)</u>	<u>(98.784)</u>
	<u>(4.465.640)</u>	<u>(135.449)</u>

#### 4.6. Hierarquia do valor justo

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não houve alteração entre os três níveis de hierarquia e não houve transferência entre os níveis 1, 2 e 3.

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2020		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
<b>Ativos</b>			
<b>Valor justo por meio do resultado</b>			
Instrumentos financeiros derivativos		1.341.420	1.341.420
Aplicações financeiras	444.712	1.952.145	2.396.857
	<u>444.712</u>	<u>3.293.565</u>	<u>3.738.277</u>
<b>Valor justo por meio de outros resultados abrangentes</b>			
Outros investimentos – CelluForce			26.338
			<u>26.338</u>
Ativo biológico			11.161.210
			<u>11.161.210</u>
<b>Total do ativo</b>	<u>444.712</u>	<u>3.293.565</u>	<u>11.187.548</u>
<b>Passivo</b>			
<b>Valor justo por meio do resultado</b>			
Instrumentos financeiros derivativos		8.117.400	8.117.400
		<u>8.117.400</u>	<u>8.117.400</u>
<b>Total do passivo</b>		<u>8.117.400</u>	<u>8.117.400</u>

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

	Consolidado		
	31 de		
	dezembro		
	de 2019		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
	Total		
<b>Ativos</b>			
<b>Valor justo por meio do resultado</b>			
Instrumentos financeiros derivativos		1.098.972	1.098.972
Aplicações financeiras	1.631.319	4.699.015	6.330.334
	1.631.319	5.797.987	7.429.306
<b>Valor justo por meio de outros resultados abrangentes</b>			
Outros investimentos – CelluForce			20.048
			20.048
Ativo biológico			10.571.499
			10.571.499
<b>Total do ativo</b>	<b>1.631.319</b>	<b>5.797.987</b>	<b>18.020.853</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Valor justo por meio do resultado</b>			
Instrumentos financeiros derivativos		2.917.913	2.917.913
		2.917.913	2.917.913
<b>Total do passivo</b>		<b>2.917.913</b>	<b>2.917.913</b>

#### 4.7. Gestão do capital

O principal objetivo é fortalecer a estrutura de capital da Suzano, buscando manter um nível de alavancagem financeira adequado, além de mitigar os riscos que podem afetar a disponibilidade de capital no desenvolvimento de negócios.

A Suzano monitora constantemente indicadores significativos, tais como o Índice consolidado de alavancagem financeira, que é a dívida líquida total dividida pelo Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização ajustado ("LAJIDA Ajustado"), equivalente ao termo em inglês EBITDA Ajustado ("*Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization Adjusted*").

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

## 5. Caixa e equivalentes de caixa

	Taxa média % a.a.	Consolidado		Controladora	
		31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
<b>Caixa e bancos</b>	0,41	<b>6.213.074</b>	2.465.122	<b>35</b>	304
<b>Equivalentes de caixa</b>					
<b>Em moeda nacional</b>					
Depósito a prazo fixo (1)	70,45 do CDI	<b>163.697</b>	693.813	<b>46.213</b>	59.730
<b>Em moeda estrangeira</b>					
Depósito a prazo fixo (1)	0,42	<b>507.707</b>	154.955		
		<b>6.884.478</b>	3.313.890	<b>46.248</b>	60.034

- 1) Refere-se a aplicações em *Time Deposit* e *Sweep Account*, com vencimento até 90 dias.  
*Time Deposit*: é um depósito bancário remunerado com um período específico de vencimento.  
*Sweep Account*: é uma conta remunerada, cujo saldo é aplicado e disponibilizado automática e diariamente.

## 6. Aplicações financeiras – consolidado

	Taxa média % a.a.	Consolidado	
		31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
<b>Em moeda nacional</b>			
Fundos de investimentos	133,36 do CDI	<b>6.445</b>	6.683
Fundos exclusivos	157,67 do CDI	<b>175.317</b>	1.431.303
Títulos públicos mensurados ao valor justo por meio do resultado	157,67 do CDI	<b>444.712</b>	1.631.319
Títulos privados (Compromissadas)	102,42 do CDI	<b>1.585.605</b>	3.081.326
Títulos privados (Compromissadas) – <i>Escrow</i> <i>Account</i> (1)	102,00 do CDI	<b>184.778</b>	179.703
		<b>2.396.857</b>	6.330.334
<b>Circulante</b>		<b>2.212.079</b>	6.150.631
<b>Não circulante</b>		<b>184.778</b>	179.703

- 1) Refere-se à conta caução que será liberada somente após a obtenção das aprovações governamentais aplicáveis e ao cumprimento pela Suzano, das condições precedentes para a conclusão do Projeto Losango previstas no acordo firmado com a empresa CMPC Celulose Riograndense S.A. ("CMPC"). O Projeto Losango foi uma transação de compra e venda de terras e florestas, assinado em dezembro de 2012.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

## 7. Contas a receber de clientes – consolidado

### 7.1. Composição dos saldos

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
<b>Clientes no país</b>		
Terceiros	973.980	1.027.034
Partes relacionadas (1)	47.685	23.761
<b>Clientes no exterior</b>		
Terceiros	1.938.614	2.027.018
(-) PECLD	(41.889)	(41.996)
	<u>2.918.390</u>	<u>3.035.817</u>
<b>Circulante</b>	<b>2.915.483</b>	
<b>Não Circulante</b>	<b>2.907</b>	

(1) O saldo consolidado refere-se a transações com Ibema, entidade que não é consolidada pela Suzano.

A Suzano realiza cessões de crédito de certos clientes com a transferência à contraparte de, substancialmente, todos os riscos e benefícios associados aos ativos, de forma que esses títulos são desreconhecidos do saldo de contas a receber de clientes. Esta transação se refere a uma oportunidade de geração adicional de caixa, podendo ser descontinuada a qualquer momento, sem impactos significativos na operação da Suzano e assim, é classificada como ativo financeiro mensurado ao custo amortizado. O impacto dessas cessões de crédito sobre o saldo de contas a receber de clientes no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 é de R\$5.388.370 (31 de dezembro de 2019 é de R\$3.544.625).

### 7.2. Análise dos vencimentos

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
<b>Valores a vencer</b>	<b>2.606.413</b>	2.552.459
<b>Valores vencidos</b>		
até 30 dias	209.210	180.909
31 e 60 dias	51.420	148.388
61 e 90 dias	2.062	20.448
91 e 120 dias	6.665	20.680
121 e 180 dias	8.618	17.899
Acima de 180 dias	34.002	95.034
	<u>2.918.390</u>	<u>3.035.817</u>

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

### 7.3. Movimentação da PECLD

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>(41.996)</b>	(37.179)
Combinação de negócios e incorporação <sup>(1)</sup>		(5.947)
Adição	<b>(9.350)</b>	(18.650)
Reversão	<b>3.328</b>	6.364
Baixa	<b>7.737</b>	13.383
Variação cambial	<b>(1.608)</b>	33
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>(41.889)</b>	(41.996)

1) O saldo apresentado em 2020, refere-se à incorporação da entidade legal Facepa (nota 1.1) e o saldo apresentado em 2019, refere-se à combinação de negócios com a Fibria.

A Suzano mantém garantias para títulos vencidos em suas operações comerciais, através de apólices de seguro de crédito, cartas de crédito e outras garantias. Essas garantias evitam a necessidade de parte do reconhecimento de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa, de acordo com a política de crédito da Suzano.

### 7.4. Informações sobre os principais clientes

A Suzano não possui clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total oriunda do segmento operacional celulose e/ou papel no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2019, apenas 1 (um) cliente era responsável por 10% da receita líquida total oriunda do segmento operacional celulose.

## 8. Estoques – consolidado

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Produtos acabados		
Celulose		
No Brasil	<b>553.229</b>	575.335
No exterior	<b>1.102.994</b>	2.229.206
Papel		
No Brasil	<b>225.058</b>	199.635
No exterior	<b>87.638</b>	70.199
Produtos em elaboração	<b>81.465</b>	75.377
Matérias-primas	<b>1.450.507</b>	1.047.433
Materiais de almoxarifado e outros	<b>510.873</b>	488.410
	<b>4.011.764</b>	4.685.595

Os estoques estão apresentados líquidos da provisão para perdas.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

## 8.1. Movimentação da provisão para perdas

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31 de dezembro de 2020</b>	<b>31 de dezembro de 2019</b>
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>(106.713)</b>	(33.195)
Combinação de negócios e incorporação <sup>(1)</sup>		(11.117)
Adição <sup>(2)</sup>	<b>(77.173)</b>	(111.077)
Reversão	<b>11.498</b>	9.734
Baixa <sup>(3)</sup>	<b>92.503</b>	38.942
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>(79.885)</b>	<b>(106.713)</b>

- 1) O saldo apresentado em 2020, refere-se à incorporação da entidade legal Facepa (nota 1.1) e o saldo apresentado em 2019, refere-se à combinação de negócios com a Fibria.
- 2) A adição de estoque, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, refere-se, substancialmente, a matéria-prima no montante de R\$56.305 no consolidado (R\$57.384 no consolidado em 31 de dezembro de 2019).
- 3) A baixa do estoque, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, refere-se, substancialmente aos montantes de (i) produto acabado de celulose de R\$32.018 no consolidado (R\$666 no consolidado em 31 de dezembro de 2019) e (ii) matéria-prima de R\$49.550 no consolidado (R\$26.083 no consolidado em 31 de dezembro de 2019).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não há estoques oferecidos em garantia

## 9. Tributos a recuperar

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>31 de dezembro de 2020</b>	<b>31 de dezembro de 2019</b>	<b>31 de dezembro de 2020</b>	<b>31 de dezembro de 2019</b>
IRPJ e CSLL - antecipações e impostos retidos	<b>224.036</b>	576.131	<b>252</b>	718
PIS/COFINS - sobre aquisição de imobilizado <sup>(1)</sup>	<b>126.990</b>	61.376		
PIS/COFINS - operações	<b>287.206</b>	507.919		
PIS/COFINS - exclusão de ICMS <sup>(2)</sup>	<b>128.115</b>	128.115		
ICMS - sobre aquisição de imobilizado <sup>(3)</sup>	<b>112.672</b>	115.560		
ICMS - operações <sup>(4)</sup>	<b>1.393.260</b>	1.515.840		
Programa Reintegra <sup>(5)</sup>	<b>110.121</b>	108.657		
Outros impostos, contribuições	<b>24.089</b>	18.758		
Provisão para perda de créditos de ICMS <sup>(6)</sup>	<b>(1.164.782)</b>	(1.304.329)		
Provisão para perda de créditos de PIS/COFINS		(21.132)		
	<b>1.241.707</b>	1.706.895	<b>252</b>	718
Circulante	<b>407.132</b>	997.981	<b>252</b>	718
Não circulante	<b>834.575</b>	708.914		

- 1) Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"): Créditos cuja realização está atrelada ao período de depreciação do ativo correspondente.
- 2) A Suzano e suas incorporadas ajuizaram ações para discutir os seus direitos à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições ao PIS e COFINS, abrangendo, em algumas dessas ações, períodos desde março de 1992.

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

Em relação a essa matéria, o Supremo Tribunal Federal ("STF") definiu em julgamento realizado em 15 de março de 2017, a princípio sem a possibilidade de reversão de entendimento quanto ao mérito, que o ICMS não integra a base de cálculo das referidas contribuições. A União opôs Embargos de Declaração em outubro de 2017 buscando, entre outros pedidos, a modulação de efeitos da referida decisão a partir do julgamento dos referidos embargos de declaração, os quais ainda estão pendentes de julgamento.

Com base na decisão do STF e nas opiniões legais de nossos consultores jurídicos, a Suzano entende que é remota a alteração do resultado de julgamento do STF quanto ao mérito, razão pela qual a Suzano iniciou a exclusão do ICMS da base de cálculo das referidas contribuições a partir do mês de apuração de agosto de 2018, uma prática também suportada por decisões e jurisprudência.

Quanto aos créditos passados de PIS e COFINS a recuperar, a Suzano obteve decisões favoráveis transitadas em julgado em ações propostas por suas incorporadas. O saldo registrado, em contrapartida a outros resultados operacionais, é referente aos períodos de apuração de 2006 a 2018. A Suzano calculou o montante relativo a este período com base na melhor estimativa e nos documentos fiscais disponíveis, sendo que tal montante envolvido está sujeito a ajustes a serem efetuados pela Administração em períodos futuros.

A Suzano ainda possui outras ações sobre o assunto que ainda estão pendentes de julgamento, para os quais nenhum ativo ou ganho foi reconhecido (nota 20.3.1).

- 3) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS"): Os créditos de entrada de bens destinados ao imobilizado na Suzano são reconhecidos na proporção de 1/48 da entrada e mensalmente, conforme escrituração do ICMS Controle do ativo Imobilizado ("CIAP").
- 4) Créditos de ICMS acumulados em função do volume de exportações e crédito gerado em operações de entrada de produtos: Os créditos estão concentrados nos Estados do Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Bahia, onde a Suzano busca sua realização através da venda a terceiros, após aprovação da Secretaria da Fazenda de cada Estado. Os créditos também estão sendo realizados através do consumo em suas operações de bens e consumo (tissue) no mercado interno, no Maranhão.
- 5) Regime Especial de restituições de impostos para empresas exportadoras ("Reintegra"): Trata-se de um programa que visa restituir os custos residuais dos impostos pagos ao longo da cadeia de exportação aos contribuintes, a fim de torná-los mais competitivos nos mercados internacionais.
- 6) Inclui a provisão para desconto sobre venda à terceiros do crédito acumulado de ICMS no Maranhão e a provisão para perda integral do montante com baixa probabilidade de realização, das unidades do Espírito Santo, do Mato Grosso do Sul e Bahia devido à dificuldade de sua realização.

### 9.1. Movimentação da provisão para perda

	Consolidado		
	ICMS	PIS/COFINS	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>(10.792)</b>		<b>(10.792)</b>
Combinação de negócios com a Fibria	(1.211.109)		(1.211.109)
Adição	(82.428)	(21.132)	(103.560)
<b>Saldo 31 de dezembro de 2019</b>	<b>(1.304.329)</b>	<b>(21.132)</b>	<b>(1.325.461)</b>
Adição	(64.107)		(64.107)
Baixa	57.254	21.132	78.386
Reversão <sup>(1)</sup>	146.400		146.400
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>(1.164.782)</b>		<b>(1.164.782)</b>

- 1) Refere-se a reversão da provisão para perda de R\$146.400 decorrente da recuperação dos créditos de ICMS do Estado do Espírito Santo mediante venda à terceiros.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

## 9.2. Período estimado de realização

A realização dos créditos relativos aos impostos a recuperar ocorrerá de acordo com a projeção orçamentária anual aprovada pela Administração, conforme demonstrado a seguir:

	<b>Consolidado</b>
2021	<b>406.850</b>
2022	<b>107.131</b>
2023	<b>81.047</b>
2024	<b>80.000</b>
2025 em diante	<b>566.397</b>
	<b>1.241.425</b>

## 10. Adiantamento a Fornecedores

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31 de dezembro de 2020</b>	<b>31 de dezembro de 2019</b>
Programa de fomento florestal	<b>1.015.115</b>	1.087.149
Adiantamento a fornecedores	<b>43.162</b>	170.481
	<b>1.058.277</b>	<b>1.257.630</b>
<b>Circulante</b>	<b>43.162</b>	170.481
<b>Não circulante</b>	<b>1.015.115</b>	1.087.149

O programa de fomento florestal consiste em um sistema de parceria incentivada à produção florestal regional, onde produtores independentes plantam eucalipto em suas próprias terras para o fornecimento do produto agrícola madeira à Suzano. A Suzano fornece mudas de eucalipto, subsídio em insumos, além de adiantamento em dinheiro, não estando estes últimos sujeitos a avaliação pelo valor presente uma vez que serão liquidados, preferencialmente, em florestas. Adicionalmente, a Suzano apoia os produtores por meio de assessoria técnica em manejo florestal, porém não tem controle conjunto nas decisões efetivamente implementadas. Ao final dos ciclos de produção, a Suzano tem assegurado contratualmente o direito de realizar uma oferta de compra da floresta e/ou da madeira por valores em bases de mercado, entretanto, este direito não impede que os produtores negociem a floresta e/ou madeira com outros participantes do mercado, desde que, os valores incentivados sejam quitados integralmente

## 11. Partes relacionadas

As operações comerciais e financeiras da Companhia e suas controladas com acionistas controladores, subsidiárias, controladas e empresas pertencentes a Companhia ("Grupo Suzano") foram efetuadas a preços e condições usuais de mercado, bem como as práticas de governança corporativa adotadas e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não houve alterações relevantes nas condições dos contratos, acordos e transações celebradas, bem como não houve novas contratações,



(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

acordos ou transações de naturezas distintas celebradas entre a Companhia e suas partes relacionadas.

### 11.1. Saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e transações no exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Partes relacionadas	Natureza da Principal Operação	Ativo		Passivo		Resultado
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Receitas (despesas)
<b>Com partes relacionadas</b>						
Mabex Representações e Participações Ltda.	Serviço de aviação					(50)
Instituto Ecofuturo - Futuro para o Desenvolvimento Sustentável	Serviços sociais	1				(4.168)
Ibema Companhia Brasileira de Papel	Venda de celulose	47.685				117.305
Ibema Companhia Brasileira de Papel	Venda de outros produtos	695				
Ibema Companhia Brasileira de Papel	Compra de produtos			2.834		(5.464)
Ibema Companhia Brasileira de Papel	Dividendos a receber	6.415				
Ibema Companhia Brasileira de Papel	Juros Capital Proprio	1.218				
Ensyn Corporation	Empréstimos	2.829				689
Lazam MDS Corretora e Adm. Seguros S.A.	Venda de Papel					3
Bexma Comercial Ltda.	Compartilhamento de despesas	1				3.827
Ficus Empreendimentos e Participacoes S.A.	Outras despesas			23		(655)
Empreendimentos Imobiliários BVF Ltda.	Outras despesas			23		
Empreendimentos Imobiliários Imofors Ltda.	Outras despesas			45		
Empreendimentos Imobiliários Lenar Ltda.	Outras receitas			22		
SPLF Investimentos e Participações Ltda.	Compartilhamento de despesas					3.021
BS Participações S.A.	Compartilhamento de despesas					675
HiperStream Sistemas e Tecnologia da Informação Ltda.	Compartilhamento de despesas					781
Bizma Investimentos Ltda.	Compartilhamento de despesas	1				554
Fundação Arymax	Compartilhamento de despesas					2
IPLF Holding S.A.	Adiantamento para futuro aumento de capital				42	
	Mútuo concedido		2500			
	Reembolso de despesas					5
Administradores	Reembolso de despesas			5		(392)
		<u>58.845</u>	<u>2.500</u>	<u>2.952</u>	<u>42</u>	<u>116.133</u>
<b>Com empresas controladas diretas</b>						
Suzano S.A.	Concessão de fianças e compartilhamento de despesas			3		5.029
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	Adiantamento para futuro aumento de capital		208			
	Compartilhamento de despesas e consultoria imobiliária					583
Premesa S.A.	Compartilhamento de despesas					273
	Dividendos a receber	816				
		<u>816</u>	<u>208</u>	<u>3</u>		<u>5.885</u>

### 11.2. Saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e transações no exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Partes relacionadas	Natureza da Principal Operação	Ativo		Passivo	Resultado
		Circulante	Não circulante	Circulante	Receitas (despesas)
<b>Com partes relacionadas</b>					
Mabex Representações e Participações Ltda.	Serviço de aviação				(110)
Instituto Ecofuturo	Serviços sociais			9	(5.272)
Lazam	Venda de papel				7
Ibema Companhia Brasileira de Papel	Venda e compra de papel e celulose	23.755		2.467	103.581
Bexma Comercial Ltda.	Compartilhamento e reembolso de despesas	1			4.843
Ficus Empreendimentos e Participacoes S.A.	Outras despesas			27	
Empreendimentos Imobiliários BVF Ltda.	Outras despesas			26	
Empreendimentos Imobiliários Imofors Ltda.	Outras despesas			52	
Empreendimentos Imobiliários Lenar Ltda.	Outras receitas	11			
SPLF Investimentos e Participações Ltda.	Compartilhamento de despesas				2.269
BS Participações S.A.	Compartilhamento de despesas				765
HiperStream Sistemas e Tecnologia da Informação Ltda.	Compartilhamento de despesas				642
Bizma Investimentos Ltda.	Compartilhamento e reembolso de despesas	1			478
IPLF Holding S.A.	Adiantamento para futuro aumento de capital			42	4
Administradores	Reembolso de despesas			1	(9.178)
		<u>23.768</u>		<u>2.624</u>	<u>98.029</u>
<b>Com empresas controladas diretas</b>					
Suzano S.A.	Concessão de fianças e compartilhamento de despesas			3	5.945
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	Adiantamento para futuro aumento de capital e		208		
	Compartilhamento de despesas				1.115
Premesa S.A.	Compartilhamento de despesas				299
			<u>208</u>	<u>3</u>	<u>7.359</u>

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

### 11.3. Remunerações dos administradores

As despesas relacionadas à remuneração do pessoal-chave da Administração, incluindo o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva Estatutária, reconhecidas no resultado do exercício, estão apresentadas no quadro a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
<b>Benefícios de Curto Prazo</b>				
Salário ou Pró-Labore	49.389	42.225	2.300	2.766
Benefícios Direto ou Indireto	1.232	2.063	380	316
Bônus	13.790	8.007	2.464	2.458
	<u>64.411</u>	<u>52.295</u>	<u>5.144</u>	<u>5.540</u>
<b>Benefícios de Longo Prazo</b>				
Plano de Remuneração baseado em Ações	75.022	53.137		7.397
	<u>139.433</u>	<u>105.432</u>	<u>5.144</u>	<u>12.937</u>

Os benefícios de curto prazo incluem remuneração fixa (salários e honorários, férias, gratificação obrigatória e 13º salário), encargos sociais (contribuições para seguridade social - INSS parte empresa) e remuneração variável como participação nos lucros, bônus e benefícios (veículo, assistência médica, vale-refeição, vale-alimentação, seguro de vida e plano de previdência privada).

Os benefícios de longo prazo incluem o plano de opção de compra de ações e ações fantasmas para executivos e membros-chave da Administração, de acordo com as regulamentações específicas, conforme divulgado na nota 22.

## 12. Imposto de renda ("IRPJ") e contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL")

A Companhia e suas controladas integrais sediadas no Brasil, são sujeitas ao regime de tributação com base no lucro real e no lucro presumido. As subsidiárias integrais sediadas no exterior, são sujeitas à tributação de acordo com as legislações fiscais de cada país.

No Brasil, a Lei nº. 12.973/14 revogou o artigo 74 da Medida Provisória nº. 2.158/01 e determina que a parcela do ajuste do valor do investimento em controlada, direta ou indireta, domiciliada no exterior, equivalente aos lucros por ela auferidos antes do imposto sobre a renda, excetuando a variação cambial, deverá ser computada na determinação do lucro real e na base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido da pessoa jurídica controladora domiciliada no Brasil, ao fim de cada ano.

A Administração da Companhia e de suas controladas acreditam na validade das previsões dos tratados internacionais assinados pelo Brasil para evitar a dupla tributação. De modo a garantir seu direito à não bitributação, a Suzano ingressou em abril de 2019 com ação judicial, que tem por objetivo a não tributação, no Brasil, do lucro auferido por sua subsidiária integral situada na Áustria, de acordo com a Lei nº. 12.973/14. Em razão da decisão liminar concedida em favor da Suzano nos autos da referida ação judicial, a Suzano decidiu por não adicionar o lucro da Suzano International

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Trading GmbH, sediada na Áustria, na determinação do lucro real e na base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido da Suzano para o exercício findo 31 de dezembro de 2020. Não há provisão quanto ao imposto relativo ao lucro da referida subsidiária em 2020.

## 12.1 Composição do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos

	Consolidado		Controladora	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Prejuízo Fiscal	1.013.008	604.025		3.776
Base negativa da contribuição social	329.412	147.705		1.359
<b>Diferenças temporárias ativas</b>				
Provisão para passivos judiciais	233.100	274.815		9.244
Provisões operacionais e para perdas diversas	1.052.671	936.612	1.564	2.760
Variação Cambial (1)	6.112.906	2.001.942		
Perdas com derivativos ("MtM") (1)	2.303.833	618.427		
Amortização da mais valia oriunda em combinação de negócios	718.645	713.656		
Lucro não realizado nos estoques	176.847	293.322		
Arrendamento	287.066	2.922		
Provisão dos impostos diferidos sobre resultado de subsidiárias no exterior	33.893			
Demais diferenças temporárias (3)	158.172			
	<b>12.419.553</b>	<b>5.593.426</b>	<b>1.564</b>	<b>17.139</b>
<b>Diferenças temporárias passivas</b>				
Agio - Aproveitamento fiscal sobre ágio não amortizado contabilmente	469.875	216.857		
Imobilizado - custo atribuído	1.385.642	1.506.220		
Depreciação acelerada incentivada	1.025.136	1.113.200		
Custo de transação	110.036	104.549		
Valor justo dos ativos biológicos	237.879	53.502		
Provisão dos impostos diferidos sobre o resultado de subsidiárias do exterior (2)	-	463.850		
Imposto de renda e contribuição social diferido sobre mais/menos valia alocado, líquido	469.419	502.347		
Creditos sobre exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS	43.559	43.559		
Demais diferenças temporárias	167	17.004		
	<b>3.741.713</b>	<b>4.021.088</b>		
<b>Ativo não circulante</b>	<b>8.678.577</b>	<b>2.151.213</b>	<b>1.564</b>	<b>17.139</b>
<b>Passivo não circulante</b>	<b>737</b>	<b>578.875</b>		

- 1) A variação é decorrente do aumento da taxa de câmbio no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.
- 2) Montante revertido em decorrência de sentença favorável concedida à Suzano, que assegurou o direito de apurar e pagar o IRPJ e a CSLL devidos no Brasil sem adicionar a sua base de cálculo o lucro auferido a partir de janeiro de 2019 pela subsidiária integral Suzano International Trade GmbH (anteriormente denominada Fibria International Trade GmbH), em conformidade com os termos do Tratado Brasil-Áustria, seja no que se refere à incorporada Fibria Celulose S.A. (subsidiária integral incorporada em 1 de abril de 2019) relativamente ao período-base do 1º trimestre de 2019 antecipadamente encerrado em razão do ato de incorporação, seja no que tange aos períodos-base de apuração posteriores em que Suzano International Trade GmbH já figurava como controlada da Suzano.
- 3) Em 29 de dezembro de 2020, com o trânsito em julgado da aprovação do CADE relacionado ao acordo de compra e venda de imóveis rurais (nota 1.2.2), há o entendimento da Administração e consultores jurídicos de que todas as condições suspensivas foram implementadas, cabendo o reconhecimento tributário do ganho de capital, nos termos do art. 117 do Código de Tributação Nacional ("CTN"). Como o reconhecimento contábil se dará apenas no *Closing* da Transação, em 5 de janeiro de 2021 (nota 33.1) com o cumprimento da obrigação de desempenho e entrega da posse das propriedades ao cliente, houve a necessidade da constituição do tributo diferido ativo sobre esta diferença temporária, no montante de R\$175.202.

Exceto os prejuízos fiscais, a base negativa da contribuição social e a depreciação acelerada incentivada que é alcançada somente pelo IRPJ, as demais bases tributáveis foram sujeitas a ambos impostos.

A composição do prejuízo fiscal acumulado e da base negativa da contribuição social da Companhia e suas controladas está apresentada a seguir:

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

	Consolidado		Controladora	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Prejuízo fiscal a compensar	4.125.242	2.432.940	55.861	15.104
Base negativa da contribuição social a compensar	3.712.780	1.654.802	38.483	15.104

A movimentação do saldo líquido das contas de impostos diferidos é apresentada a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
<b>No início do exercício</b>	<b>1.572.338</b>	(1.012.806)	<b>17.139</b>	16.274
Prejuízo fiscal	408.983	271.065	(3.776)	506
Base negativa da contribuição social	181.707	139.901	(1.359)	182
(Reversão) provisão para passivos judiciais	(42.803)	31.262	(10.332)	
Provisão (reversão) operacionais e para perdas diversas	136.400	(21.601)		177
Variação cambial <sup>(1)</sup>	4.110.964	552.421		
Perdas com derivativos ("MtM") <sup>(1)</sup>	1.685.406	319.860		
Amortização da mais valia oriunda da combinação de negócios	37.917	699.527		
Lucro não realizado nos estoques	(116.475)	65.492		
Arrendamento	265.022	(3.274)		
Aproveitamento fiscal sobre ágio não amortizado contabilmente	(253.018)	(203.696)		
Imobilizado - custo atribuído	120.578	46.359		
Depreciação acelerada incentivada	88.064	82.982		
Custo de transação	(5.487)	44.727		
Valor justo do ativo biológico	(184.377)	(60.778)		
Reversão (provisão) dos impostos diferidos sobre o resultado de subsidiárias no exterior <sup>(2)</sup>	497.743	(351.485)		
Combinação de negócios e incorporação		1.034.842		
Créditos sobre exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS		(43.559)		
Demais diferenças temporárias	174.878	(18.901)	(108)	
<b>No final do exercício <sup>(3)</sup></b>	<b>8.677.840</b>	<b>1.572.338</b>	<b>1.564</b>	<b>17.139</b>

- 1) A variação é decorrente, principalmente, do aumento da taxa de câmbio em Dólar dos Estados Unidos da América no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.
- 2) Em 29 de dezembro de 2020, com o trânsito em julgado da aprovação do CADE relacionado ao acordo de compra e venda de imóveis rurais (nota 1.2.2), há o entendimento da Administração e consultores jurídicos de que todas as condições suspensivas foram implementadas, cabendo o reconhecimento tributário do ganho de capital, nos termos do art. 117 do Código de Tributação Nacional ("CTN"). Como o reconhecimento contábil se dará apenas no *Closing* da Transação, em 5 de janeiro de 2021 (nota 33.1) com o cumprimento da obrigação de desempenho e entrega da posse das propriedades ao cliente, houve a necessidade da constituição do tributo diferido ativo sobre esta diferença temporária, no montante de R\$175.202.
- 3) O valor de R\$8.677.840 inclui o valor de R\$8.677.002 referente aos impostos diferidos da controlada Suzano.

## 12.2. Período estimado de realização

A projeção de realização dos impostos diferidos de natureza ativa foi preparada com base nas melhores estimativas da Administração que são baseadas em premissas significativas, como preço de venda médio líquido da celulose e do papel e preço de transferência com sua subsidiária na Áustria. Todavia, há outras premissas que não estão sob o controle da Companhia e suas controladas, como índices de inflação, câmbio, preços de celulose praticados no mercado internacional e demais incertezas econômicas do Brasil, os resultados futuros podem divergir daqueles considerados na preparação da projeção consolidada, conforme apresentado a seguir

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

	<b>Consolidado</b>
2021	1.857.028
2022	1.596.057
2023	2.182.187
2024	722.035
2025	862.906
2026	1.215.869
2027 a 2029	2.209.023
2030	1.774.448
	<b>12.419.553</b>

### 12.3. Conciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o resultado líquido

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>31 de dezembro de 2020</b>	<b>31 de dezembro de 2019</b>	<b>31 de dezembro de 2020</b>	<b>31 de dezembro de 2019</b>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o prejuízo do exercício	(17.643.072)	(4.100.796)	(2.923.287)	(771.231)
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal de 34%	5.998.646	1.394.271	993.918	262.219
<b>Efeito tributário sobre diferenças permanentes</b>				
Tributação (diferença) de resultado de controladas no exterior (1)	1.373.845	(24.933)		
Resultado de equivalência patrimonial	12.288	10.878	(992.060)	(261.221)
Tributação em transações com controladas ("Subcapitalização") (2)	(675.356)	(95.003)		
Crédito Programa Reintegra	6.278	4.515		
Incentivos fiscais aplicáveis ao imposto de renda (3)	10.668	18.919		
Gratificações dos Diretores	(7.677)	(43.913)		
Compensação de imposto de renda de controladas no exterior	72.890	-		
Incorporação de controladas (4)	67.311	-		
Creditos Fiscais não constituídos sobre prejuízo fiscal e base negativa	(17.429)	-	(17.429)	-
Doações/Multas e Outros	69.864	18.468	(5)	(133)
	<b>6.911.328</b>	<b>1.283.202</b>	<b>(15.576)</b>	<b>865</b>
<b>Imposto de renda</b>				
Corrente	(173.387)	(220.382)		
Diferido	5.212.929	1.093.820	(12.603)	636
	<b>5.039.542</b>	<b>873.438</b>	<b>(12.603)</b>	<b>636</b>
<b>Contribuição social</b>				
Corrente	(8.639)	(25.832)		
Diferido	1.880.425	435.596	(2.973)	229
	<b>1.871.786</b>	<b>409.764</b>	<b>(2.973)</b>	<b>229</b>
Resultado com imposto de renda e contribuição social nos períodos	<b>6.911.328</b>	<b>1.283.202</b>	<b>(15.576)</b>	<b>865</b>
Alíquota efetiva da despesa com IRPJ e CSLL	<b>39,2%</b>	<b>31,3%</b>	<b>-0,5%</b>	<b>0,1%</b>

- 1) O efeito da diferença de tributação de empresas controladas deve-se, substancialmente, à diferença entre as alíquotas nominais do Brasil e subsidiárias no exterior.
- 2) As regras brasileiras de subcapitalização ("thin capitalization") estabelecem que os juros pagos ou creditados por uma entidade brasileira a uma parte relacionada no exterior só podem ser deduzidos para fins de imposto de renda e para contribuição social, se a despesa de juros for vista como necessária para as atividades da entidade local e quando determinados limites e requisitos forem atendidos. Em 31 de dezembro de 2020, a Suzano não atendia a todos os limites e requisitos para a dedutibilidade, desta forma foi constituída uma provisão para pagamento dos referidos impostos.
- 3) Valor dos incentivos fiscais aplicáveis ao ICMS, o qual é deduzido da base de cálculo de IRPJ e CSLL.
- 4) Entidades legais incorporadas (nota 1.1).

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

#### 12.4. Incentivos fiscais

A Suzano possui incentivo fiscal de redução parcial do imposto de renda obtido pelas operações conduzidas em áreas da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE") nas regiões de Mucuri (BA), Eunápolis - Veracel (BA) e Imperatriz (MA). O incentivo de redução do IRPJ é calculado com base no lucro da atividade (lucro da exploração) e considera a alocação do lucro operacional pelos níveis de produção incentivada para cada produto. O incentivo das linhas 1 e 2 da unidade de Mucuri (BA) expiram, respectivamente, em 2024 e 2027 e da unidade de Imperatriz (MA) expira em 2024 e Eunápolis – Veracel (BA) expira em 2025.

#### 13. Ativos biológicos

A movimentação dos ativos biológicos está demonstrada a seguir:

	<b>Consolidado</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>4.935.905</b>
Combinação de negócios e incorporação	4.579.526
Adição	2.849.039
Exaustão	(1.905.118)
Ganho na atualização do valor justo	185.399
Alienação	(23.764)
Outras baixas	(49.488)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>10.571.499</b>
Adição	3.392.975
Exaustão	(3.094.742)
Transferência <sup>(2)</sup>	(23.471)
Ganho na atualização do valor justo	466.484
Alienação	(93.847)
Outras baixas	(57.688)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>11.161.210</b>

1) Entidades legais incorporadas (nota 1.1).

2) Inclui a transferência para a rubrica de ativos mantidos para a venda conforme divulgado na nota 1.2.2.

O cálculo do valor justo dos ativos biológicos se enquadra no nível 3 da hierarquia estabelecida no CPC 46/IFRS 13 – Mensurações do Valor Justo, devido à complexidade e estrutura do cálculo.

As principais premissas Incremento Médio Anual ("IMA"), taxa de desconto e preço bruto médio de venda do eucalipto, destacam-se como sendo as de maior sensibilidade, onde aumentos ou reduções geram ganhos ou perdas relevantes na mensuração do valor justo.

As premissas utilizadas na mensuração do valor justo dos ativos biológicos foram:

- i) Ciclo médio de formação florestal de 6 e 7 anos;
- ii) Áreas úteis plantadas de florestas a partir do 3º ano de plantio;

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

- iii) O IMA que consiste no volume estimado de madeira com casca em m<sup>3</sup> por hectare, apurado com base no material genético aplicado em cada região, práticas silviculturais e de manejo florestal, potencial produtivo, fatores climáticos e de condições do solo;
- iv) O custo-padrão médio por hectare estimado contempla gastos com silvicultura e manejo florestal aplicados a cada ano de formação do ciclo biológico das florestas, acrescidos do custo dos contratos de arrendamento de terras e do custo de oportunidade das terras próprias;
- v) Os preços brutos médios de venda do eucalipto, foram baseados em pesquisas especializadas em transações realizadas pela Suzano com terceiros independentes; e,
- vi) A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa é calculada com base em estrutura de capital e demais premissas econômicas para um participante de mercado independente de comercialização de madeira em pé (florestas).

A tabela abaixo apresenta a mensuração das premissas utilizadas:

	<b>31 de dezembro de 2020</b>	<b>31 de dezembro de 2019</b>
Área útil plantada (hectare)	<b>1.020.176</b>	988.720
Ativos maduros	<b>111.866</b>	86.352
Ativos imaturos	<b>908.310</b>	902.368
Incremento médio anual (IMA) - m <sup>3</sup> /hectare/ano	<b>38,43</b>	38,34
Preço médio de venda do eucalipto - R\$/m <sup>3</sup>	<b>70,22</b>	66,81
Taxa de desconto - %	<b>8,9%</b>	8,4%

O modelo de precificação considera os fluxos de caixa líquidos, após a dedução dos tributos sobre o lucro com base nas alíquotas vigentes.

A variação do valor justo dos ativos biológicos justificada pela variação dos indicadores acima mencionados, que combinados, resultaram em uma variação positiva de R\$466.484, reconhecida na rubrica outras receitas (despesas) operacionais, líquidas.

	<b>31 de dezembro de 2020</b>	<b>31 de dezembro de 2019</b>
Mudanças físicas	<b>156.906</b>	(347.409)
Preço	<b>309.578</b>	532.808
	<b>466.484</b>	185.399

A Suzano administra os riscos financeiros relacionados com a atividade agrícola de forma preventiva. Para redução dos riscos decorrentes de fatores edafoclimáticos, é realizado monitoramento através de estações meteorológicas e, nos casos de ocorrência de pragas e doenças, o Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento Florestal, uma área especializada em fisiologia e fitossanidade da Suzano, adota procedimentos para diagnóstico e ações rápidas contra as possíveis ocorrências e perdas.

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

Em 31 de dezembro de 2020, a Suzano possui R\$140.142 de ativos biológicos em formação dados em garantia, relacionados a venda de florestas para a Bracell, conforme divulgado nas notas 1.2.2 e 33.1. Não havia ativos biológicos oferecidos em garantia em 31 de dezembro de 2019.

## 14. Investimentos

### 14.1 Composição dos investimentos

Posição e movimentação dos investimentos em controladas :

	Suzano S.A. (1)	Premesa S.A.	Nemonorte Imóveis e Part. Ltda.	Total
a) Participação no capital em 31 de dezembro de 2020				
Quantidade de ações ou cotas possuídas				
Ações ordinárias	367.612.329	20.970		
Cotas			368.332	
Capital votante / total (2)	27,25%	99,17%	83,33%	
b) Informações das controladas em 31 de dezembro de 2020				
Ativo	101.800.748	11.144	445	
Passivo	94.463.370	1.364	452	
Patrimônio líquido	7.231.822	9.780	(7)	
Capital social	9.235.546	5.300	442	
Resultado do período	(10.724.828)	3.463	(531)	
c) Investimentos				
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.037.142	7.276	(765)	4.043.653
Equivalência patrimonial	(767.342)	(197)	(757)	(768.296)
Participação no ajuste de avaliação patrimonial (3)	(12.928)			(12.928)
Ganho na variação de participação em controlada (4)	1.802.307			1.802.307
Ajuste dos dividendos de 2018	221			221
Dividendos recebidos (5)	(162.532)			(162.532)
Aquisição	2			2
Aumento de capital			1.583	1.583
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<b>4.896.870</b>	<b>7.079</b>	<b>61</b>	<b>4.904.010</b>
Equivalência patrimonial	<b>(2.920.818)</b>	<b>3.436</b>	<b>(442)</b>	<b>(2.917.824)</b>
Participação no ajuste de avaliação patrimonial (3)	<b>(5.652)</b>			<b>(5.652)</b>
Aumento de capital			376	376
Dividendos recebidos (5)		<b>(816)</b>		<b>(816)</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<b>1.970.400</b>	<b>9.699</b>	<b>(5)</b>	<b>1.980.094</b>

(1) Última cotação em bolsa por ação ordinária – R\$ 58,54 em 30 de dezembro de 2020, o valor de mercado desse investimento naquela data era de R\$ 21.520.026;

(2) Em 28 de setembro de 2017 David Feffer, Daniel Feffer, Jorge Feffer, Ruben Feffer e Suzano Holding S.A. celebraram Acordo de Voto para regular, dentre outras avenças, o exercício do direito de voto relacionado às ações de emissão da Suzano de sua titularidade e vinculadas ao referido Acordo de Voto, as quais representavam, em conjunto, naquela data, 50,035% do capital social da Suzano, nos termos previsto no Acordo de Voto.

A contraprestação paga para a aquisição do controle da Fibria se deu parte em dinheiro e parte em ações da Suzano. Com a emissão de novas ações da Suzano em favor dos então acionistas da Fibria, houve diluição da participação da Companhia na Suzano, fazendo com que ela caísse para abaixo de 50%, mesmo considerando o Acordo de Voto descrito no parágrafo acima. Essa situação requer que a administração avalie se o controle é mantido, especialmente quando perdendo a condição de acionista majoritário. A administração avaliou os fatos e circunstâncias mais relevantes, quantitativa e qualitativamente, incluindo a dispersão acionária, e concluiu, apoiada em opinião de assessores externos, pela existência do de facto control i.e. a Companhia tem a habilidade prática de controlar a Suzano. Por consequência, concluiu pela manutenção da consolidação da Suzano, mesmo após a conclusão da aquisição da Fibria.

(3) Participação no ajuste de avaliação patrimonial, decorrente de alterações de participação acionária, ganho atuarial e variação cambial reconhecida pela controlada;



(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

- (4) Ganho na variação de participação, decorrente do aumento de capital na Suzano com emissão de ações ordinárias.
- (5) Dividendos classificados no fluxo de caixa como atividade de investimentos;

## 15. Imobilizado – consolidado

	Consolidado					
	Terrenos	Imóveis	Máquinas, equipamentos e instalações	Imobilizado em andamento	Outros (*)	Total
Taxa de depreciação média anual %		3	5		10 à 20	
<b>Custo</b>						
Saldos em 31 de dezembro de 2018	5.104.725	3.058.553	16.441.031	466.156	332.603	25.403.068
Adições	337.932	1.943	136.855	1.477.420	47.814	2.001.964
Baixas	(92.705)	(36.276)	(172.458)	(1.462)	(34.858)	(337.759)
Combinação de negócios	2.151.338	3.918.552	20.255.811	425.868	454.759	27.206.328
Mais/menos valia Fibria	2.637.671	1.502.021	5.109.939		195.684	9.445.315
Mais/menos valia Facepa			3.072	(883)	(111)	2.078
Mais/menos valia Ibema			5.448			5.448
Transferências e outros (2)	182.621	323.029	740.879	(1.397.398)	(61.761)	(212.630)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	10.321.582	8.767.822	42.520.577	969.701	934.130	63.513.812
Adições	2.274	2.825	194.086	1.289.738	14.481	1.503.404
Baixas	(213.399)	(26.564)	(92.915)	(18.853)	(25.189)	(376.920)
Transferências e outros (2)	(198.144)	459.084	562.747	(1.357.202)	137.126	(396.389)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	9.912.313	9.203.167	43.184.495	883.384	1.060.548	64.243.907
<b>Depreciação</b>						
Saldos em 31 de dezembro de 2018		(906.649)	(7.248.143)		(227.799)	(8.382.591)
Adições		(255.888)	(2.123.193)		(91.214)	(2.470.295)
Baixas		26.886	115.732		13.944	156.562
Combinação de negócios		(1.804.967)	(9.552.825)		(249.087)	(11.606.879)
Mais/menos valia Fibria		(63.495)	(543.468)		(17.364)	(624.327)
Mais/menos valia Facepa		(5.742)	(6.481)		(95)	(12.318)
Mais/menos valia Ibema			(593)			(593)
Transferências e outros (2)		29.906	508.585		9.547	548.038
Saldos em 31 de dezembro de 2019		(2.979.949)	(18.850.386)		(562.068)	(22.392.403)
Adições		(291.862)	(2.390.583)		(110.069)	(2.792.514)
Baixas		25.992	64.397		8.067	98.456
Saldos em 31 de dezembro de 2020		(3.245.819)	(21.176.572)		(664.070)	(25.086.461)
<b>Valor residual</b>						
Saldos em 31 de dezembro de 2019	10.321.582	5.787.873	23.670.191	969.701	372.062	41.121.409
Saldos em 31 de dezembro de 2020	9.912.313	5.957.348	22.007.923	883.384	396.478	39.157.446

- 1) Inclui veículos, móveis e utensílios e equipamentos de informática.
- 2) Contempla a transferência realizada entre as rubricas de ativo imobilizado, intangível, estoques e ativos não circulantes mantidos para a venda, conforme divulgado na nota 1.2.2. (inclui direito de uso em 31 de dezembro de 2019).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas não identificaram nenhum evento que indicasse a redução do valor recuperável (*impairment*) do ativo imobilizado.

### 15.1. Bens oferecidos em garantia

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os bens do ativo imobilizado que foram oferecidos em garantia em operações de empréstimos e processos judiciais, composto substancialmente pelas unidades de Imperatriz, Limeira, Mucuri, Suzano e Três Lagoas totalizava R\$20.903.151 (R\$24.985.741 composto substancialmente pelas unidades de Aracruz, Imperatriz, Limeira, Mucuri, Suzano e Três Lagoas em 31 de dezembro de 2019).

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

## 15.2. Custos capitalizados

O montante dos custos de empréstimos capitalizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$10.636 no consolidado (R\$4.213 no consolidado em 31 de dezembro de 2019). A taxa média ponderada utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo passíveis de capitalização foi 9,06 % a.a. no consolidado (9,50 % a.a. no consolidado em 31 de dezembro de 2019).

## 16. Intangível - consolidado

### 16.1. Ativos intangíveis com vida útil indefinida

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Vale Florestar <sup>(1)</sup>		45.435
Facepa <sup>(2)</sup>	119.332	119.332
Fibria <sup>(3)</sup>	7.897.051	7.897.051
Outros <sup>(4)</sup>	1.196	1.196
	<b>8.017.579</b>	<b>8.063.014</b>

1) A Vale Florestar tinha como principal ativo florestas de eucalipto plantadas em áreas arrendadas, no Estado do Pará, que foram adquiridos para fins de abastecimento de madeira à Unidade Maranhão. Em 31 de dezembro de 2020, a Suzano testou o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) oriundo da combinação de negócios com a Vale Florestar e constatou que houve redução ao valor recuperável (*impairment*) no valor total de R\$45.435 reconhecido em outros resultados operacionais.

2) Na Suzano, o montante é oriundo do investimento devido à incorporação (nota 1.1).

3) Montante oriundo da combinação de negócios com a Fibria, realizada em 3 de janeiro de 2019, quando a Suzano adquiriu os ativos líquidos da Fibria pelo valor de R\$37.235.854 (nota 1.3.1).

4) Referem-se a outros ativos intangíveis com vida útil indefinida, tais como servidão de passagem de estrada e energia elétrica.

Os ágios apresentados acima estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, suportados por laudos de avaliações, após alocação dos ativos identificados.

O valor do ágio por expectativa de rentabilidade futura foi alocado às unidades geradoras de caixa estão divulgados na nota 29.4.

O teste de recuperabilidade dos ativos é efetuado anualmente com base no método de fluxo de caixa descontado. Em 2020, foram utilizados como base, o planejamento orçamentário, estratégico e financeiro da Suzano com projeções de crescimento até o ano de 2025 e perpetuidade média da unidade geradora de caixa considerando uma taxa nominal de 3,27% a.a. a partir desta data, baseados no histórico dos últimos anos, bem como as projeções econômico-financeiras de cada mercado em que a Suzano atua, além de informações oficiais de instituições independentes e governamentais.

A taxa de desconto nominal, depois dos impostos, utilizada pela Administração para a elaboração do fluxo de caixa descontado foi de 9,19% a.a., sendo calculada com base no custo médio ponderado de capital (*“Weighted Average Cost of Capital – WACC”*). As premissas apresentadas na tabela abaixo também foram adotadas:

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

	2021	2022	2023	2024	2025
<b>Preço líquido médio da celulose – Mercado externo (USD/tonelada)</b>					
Ásia	495,0	651,7	457,5	492,5	502,4
Europa	490,5	640,1	504,7	505,9	516,1
América do Norte	535,9	647,9	510,9	512,0	522,4
América Latina	511,3	637,6	502,8	503,9	514,1
<b>Preço líquido médio da celulose – Mercado interno (USD/tonelada)</b>	421,6	641,4	505,7	506,9	517,1
<b>Taxa de câmbio médio (R\$/U.S.\$)</b>	5,01	4,82	4,81	4,82	4,88
<b>Taxa de desconto (depois dos impostos)</b>	9,19% a.a.	9,19% a.a.	9,19% a.a.	9,19% a.a.	9,19% a.a.
<b>Taxa de desconto (antes dos impostos)</b>	13,0% a.a.	13,0% a.a.	13,0% a.a.	13,0% a.a.	13,0% a.a.

Com base nas análises da Administração, efetuadas em 2020, o valor recuperável é superior ao valor contábil e consequentemente, não foi identificado ajuste para redução dos saldos dos ativos ao valor recuperável (*impairment*).

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

## 16.2. Ativos intangíveis com vida útil definida

		Consolidado	
		31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
<b>No início do exercício</b>		<b>9.649.789</b>	180.311
<b>Combinação de negócios e incorporação <sup>(1)</sup></b>			308.681
<b>Adições</b>		<b>2.307</b>	17.715
<b>Mais valia</b>			702
<b>Amortização</b>		<b>(980.385)</b>	(74.332)
Ajuste a valor justo da combinação de negócios			10.159.550
Concessão portos			54.470
Contratos arrendamentos			44.371
Contratos de fornecedores			172.094
Contratos serviços portuários			694.590
Cultivares			142.744
Relacionamento com clientes			9.030.779
Software			20.502
Ajuste a valor justo da combinação de negócios – Amortização			(956.577)
Concessão de portos			(2.147)
Contratos arrendamentos			(7.499)
Contratos de fornecedores			(72.097)
Contratos serviços portuários			(29.362)
Cultivares			(20.392)
Relacionamento de clientes			(820.980)
Software			(4.100)
Amortização da mais valia			(15.454)
Variação cambial			2.930
Transferências e outros		<b>70.238</b>	26.263
<b>No final do exercício</b>		<b>8.741.949</b>	<b>9.649.789</b>
	<b>Taxa média a.a.%</b>		
<b>Representados por</b>			
Acordo de não competição	46,1 e 5	<b>5.706</b>	2.150
Acordo de pesquisa e desenvolvimento	5,4	<b>66.272</b>	74.643
Concessão de portos	4,3	<b>209.506</b>	219.256
Contratos arrendamentos	16,9	<b>29.373</b>	36.871
Contratos de fornecedores	12,9	<b>85.182</b>	99.997
Contratos serviços portuários	4,2	<b>639.275</b>	665.228
Cultivares	14,3	<b>101.960</b>	122.352
Desenvolvimento e implantação de sistemas	11,2	<b>1.392</b>	1.687
Marcas e patentes	10,0	<b>16.627</b>	20.649
Relacionamento com clientes	9,1	<b>7.388.820</b>	8.217.192
Relacionamento com fornecedor	17,6	<b>41.250</b>	51.562
Softwares	20,0	<b>123.788</b>	135.668
Outros	5,0	<b>32.798</b>	2.534
		<b>8.741.949</b>	<b>9.649.789</b>

- 1) O saldo apresentado em 2020, refere-se à incorporação da entidade legal Facepa e Futuragene (nota 1.1) e o saldo apresentado em 2019, refere-se à combinação de negócios com a Fibria.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

## 17. Fornecedores – consolidado

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
<b>Em moeda nacional</b>		
Partes relacionadas (nota 11) <sup>(1)</sup>	2.849	2.477
Terceiros	1.865.632	1.288.775
<b>Em moeda estrangeira</b>		
Terceiros <sup>(2)</sup>	492.617	1.085.207
	<b>2.361.098</b>	<b>2.376.459</b>

1) O saldo consolidado refere-se às transações com a Ibema, entidade que não é consolidada pela Suzano.

2) A Suzano possuía um contrato de fornecimento (*take or pay*) com a empresa Klabin S.A., e seguindo as exigências impostas pela autoridade concorrencial da União Europeia, este contrato teve seu término antecipado para o mês de julho de 2019. Em 31 de dezembro de 2019, o valor de R\$936.887 no consolidado, refere-se às compras de celulose da Klabin.

## 18. Empréstimos, financiamentos e debêntures – consolidado

### 18.1. Abertura por modalidade

Modalidade	Indexador	Encargos anuais médios - %	Consolidado					
			Circulante		Não circulante		Total	
			30 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	30 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	30 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
<b>Em moeda estrangeira</b>								
BNDES	UMBNDDES	4,84	2.506	26.307	24.486	27.620	26.992	53.927
Bonds <sup>(1)</sup>	Fixo	5,33	779.046	640.177	37.232.554	27.375.673	38.011.600	28.015.850
Créditos de exportação ("Pré-pagamento / ACC / ACE")	LIBOR/Fixo	1,64	718.623	1.994.868	19.400.208	15.431.478	20.118.831	17.426.346
Outros			2.516	3.481			2.516	3.481
			<b>1.502.691</b>	<b>2.664.833</b>	<b>56.657.248</b>	<b>42.834.771</b>	<b>58.159.939</b>	<b>45.499.604</b>
<b>Em moeda nacional</b>								
BNDES	TJLP	6,77	276.441	283.658	1.254.222	1.517.649	1.530.663	1.801.307
BNDES	TLP	10,04	25.535	18.404	522.367	441.233	547.902	459.637
BNDES	Fixo	4,94	29.115	39.325	47.177	77.333	76.292	116.658
BNDES	SELIC	5,5	98.531	78.458	1.068.959	718.017	1.167.490	796.475
FINAME	TJLP/Fixo			4.781		9.564		14.345
BNB	Fixo			37.815		156.904		194.719
CRA ("Certificado de Recebíveis do Agronegócio")	CDI/IPCA	7,59	32.156	2.860.938	3.025.527	2.952.451	3.057.683	5.813.389
NCE ("Nota de crédito à exportação")	CDI	5,52	15.184	131.914	1.275.045	1.270.065	1.290.229	1.401.979
Cédula de produtor rural	CDI	7,81	2.738	5.840	273.578	273.303	276.316	279.143
Créditos de exportação ("Pré-pagamento")	Fixo	7,62	77.570	77.694	1.313.661	1.312.586	1.391.231	1.390.280
FLUX (Fundo Fundo-Cesta), FLUX (Fundo de Resgate) e FIC (Fundo de Investimento em Capital de Risco)	Fixo			76.596		475.905		552.501
Debêntures	CDI	6,12	7.590	9.997	5.415.061	5.412.035	5.422.651	5.422.032
Outros (Capital de giro, FDI e menos valia de combinação de negócios)	Fixo	0,4	(24.165)	(62.302)	3.651	4.559	(20.514)	(57.743)
			<b>540.695</b>	<b>3.563.118</b>	<b>14.199.248</b>	<b>14.621.604</b>	<b>14.739.943</b>	<b>18.184.722</b>
			<b>2.043.386</b>	<b>6.227.951</b>	<b>70.856.496</b>	<b>57.456.375</b>	<b>72.899.882</b>	<b>63.684.326</b>
Juros sobre financiamento			935.010	886.886		136.799	935.010	1.023.685
Financiamentos captados a longo prazo			1.108.376	5.341.065	70.856.496	57.319.576	71.964.872	62.660.641
			<b>2.043.386</b>	<b>6.227.951</b>	<b>70.856.496</b>	<b>57.456.375</b>	<b>72.899.882</b>	<b>63.684.326</b>

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

## 18.2. Movimentação dos empréstimos e financiamentos e debêntures

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
<b>No início do exercício</b>	<b>63.684.326</b>	35.737.509
Combinação de negócios e incorporação <sup>(1)</sup>		20.667.096
Reclassificação para contas a pagar de arrendamento		(18.225)
Captações líquidas de custo de transação, ágio e deságio	<b>14.761.796</b>	18.993.837
Juros apropriados	<b>3.286.254</b>	3.362.250
Prêmio sobre a recompra de <i>bonds</i>	<b>391.390</b>	
Variação cambial, líquida	<b>13.365.471</b>	1.781.562
Liquidação de principal	<b>(19.092.810)</b>	(13.994.708)
Liquidação de juros	<b>(3.244.949)</b>	(2.977.957)
Liquidação de prêmio sobre a recompra de <i>bonds</i>	<b>(378.381)</b>	
Amortização de custo de transação, ágio e deságio	<b>87.959</b>	185.807
Outras	<b>38.826</b>	(52.845)
<b>No fim do exercício</b>	<b>72.899.882</b>	<b>63.684.326</b>

- 1) O saldo apresentado em 2020, refere-se à incorporação das entidades legais Facepa e Futuragene Brasil Tecnologia (nota 1.1) e o saldo apresentado em 2019, refere-se à combinação de negócios com a Fibria.

## 18.3. Cronograma de vencimentos – não circulante

	Consolidado					
	2022	2023	2024	2025	2026	2027 em diante
<b>Em moeda estrangeira</b>						
BNDES - cesta de moedas	13.356	11.130				24.486
<i>Bonds</i>			1.823.773	1.741.909	2.707.642	30.959.230
Créditos de exportação ("Pré-pagamento / ACC / ACE")	1.576.020	9.549.933	4.555.079	3.250.602	468.574	
	<b>1.589.376</b>	<b>9.561.063</b>	<b>6.378.852</b>	<b>4.992.511</b>	<b>3.176.216</b>	<b>30.959.230</b>
<b>Em moeda nacional</b>						
BNDES – TJLP	269.029	268.272	240.281	292.870	169.102	14.668
BNDES – TLP	18.866	18.866	18.866	17.618	21.161	426.990
BNDES – Fixo	24.558	18.606	4.013			
BNDES – Selic	97.511	121.202	113.061	238.538	200.697	297.950
CRA ("Certificado de Recebíveis do Agronegócio")	1.512.680	1.512.847				
NCE ("Nota de crédito à exportação")				640.800	634.245	
Crédito de produtor rural				137.500	136.078	
Créditos de exportação			1.313.661			
Debêntures				2.340.550	2.327.011	747.500
Outros (Custos Revolving, Capital de giro, FDI e mais valia de combinação de negócios)	3.651					
	<b>1.926.295</b>	<b>1.939.793</b>	<b>1.689.882</b>	<b>3.667.876</b>	<b>3.488.294</b>	<b>1.487.108</b>
	<b>3.515.671</b>	<b>11.500.856</b>	<b>8.068.734</b>	<b>8.660.387</b>	<b>6.664.510</b>	<b>32.446.338</b>
						<b>70.856.496</b>

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

#### 18.4. Abertura por moeda

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Real	14.727.803	18.170.261
Dólar dos Estados Unidos da América	58.145.087	45.460.138
Cesta de moedas	26.992	53.927
	<b>72.899.882</b>	<b>63.684.326</b>

#### 18.5. Custos de captação

O custo de captação é amortizado com base nas vigências dos contratos e taxa de juros efetiva.

Modalidade	Custo	Amortização	Consolidado	
			Saldo a amortizar	
			31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Bonds	390.104	151.536	238.568	201.467
CRA e NCE	125.222	92.848	32.374	47.443
Créditos de exportação ("Pré-pagamento / ACC / ACE")	102.769	46.741	56.028	40.382
Debêntures	24.467	8.428	16.039	19.065
BNDES ("IOF") <sup>(1)</sup>	62.658	22.047	40.611	38.447
Outros	18.147	16.725	1.422	4.590
	<b>723.367</b>	<b>338.325</b>	<b>385.042</b>	<b>351.394</b>

1) Imposto sobre operações financeiras.

#### 18.6. Operações relevantes contratadas no exercício

##### 18.6.1. Pré-pagamento de exportação ("PPE")

Em 14 de fevereiro de 2020, a Suzano, por meio de suas subsidiárias integrais Suzano Pulp and Paper Europe S.A., Suzano Austria GmbH e Fibria Overseas Finance Ltd., celebrou um contrato de pré-pagamento de exportação sindicalizado no montante de US\$850.000 (equivalente na data da transação à R\$3.672.259) com prazo de 6 anos e vencimento em fevereiro de 2026, carência de 4 anos, pagamentos de juros trimestrais de 1,15% a.a. acrescida de LIBOR 3M. Esta operação é garantida integralmente pela Suzano.

Em 17 de dezembro de 2020, a Suzano, por meio de sua subsidiária integral Suzano International Trade GmbH, celebrou um contrato de pré-pagamento de exportação bilateral com o banco Santander, no montante de US\$100.000 (equivalente na data da transação a R\$517.402) com prazo de um ano, com taxa de juros de 1,3825% a.a.

Em 23 de dezembro de 2020, a Suzano, por meio de sua subsidiária integral Suzano Pulp and Paper Europe S.A., celebrou um contrato de pré-pagamento de exportação bilateral com o banco Rabobank no montante de US\$140.000 (equivalente na data da transação a R\$709.444) com prazo de um ano e taxa de juros de 1,35% a.a.

Todas as operações acima são garantidas integralmente pela Suzano.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

#### **18.6.2. Revolving credit facility**

Em 02 de Abril de 2020, a Suzano, por meio de sua controlada Suzano Pulp and Paper Europe S.A., efetuou o saque de US\$500.000 (equivalente na data da transação a R\$2.638.221) de sua linha de crédito rotativo (*revolving credit facility*) mantida junto a determinadas instituições financeiras, com pagamentos trimestrais ao custo de LIBOR + 1,30%, com prazo médio de 47 meses e vencimento em fevereiro de 2024.

#### **18.6.3. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES")**

Em 29 de junho de 2020, a Suzano captou junto ao BNDES o valor de R\$400.000 indexados pela taxa de juros Selic, mais juros fixos de 1,96% a.a., com prazo médio de 124 meses, vencimento em fevereiro de 2040. Essa captação segue em linha com a estratégia da Suzano de alongamento do prazo médio de suas obrigações e eficiência do serviço da sua dívida (custo da dívida).

Em 22 de dezembro de 2020, a Suzano captou junto ao BNDES o valor de R\$131.774 sendo R\$100.000 referentes uma segunda liberação do contrato captado acima e R\$31.774 indexados pela taxa de juros de longo prazo ("TLP"), mais juros fixos de 1,77% a.a., com prazo médio de 121 meses, vencimento em novembro de 2034.

#### **18.6.4. Emissão de Sustainability-linked Notes 2031 ("Notes 2031")**

Em 14 de setembro de 2020, a Suzano, por meio de sua subsidiária integral Suzano Austria GmbH ("Suzano Austria"), emitiu *Senior Notes* valor total de US\$750.000 (equivalente a R\$3.973.831 na data da transação) com cupom (juros) de 3,750% a.a. (*yield to maturity* de 3,950% a.a.), a serem pagos semestralmente a partir de 15 de janeiro de 2021 e com vencimento do principal em 15 de janeiro de 2031.

As *Senior Notes* possuem indicadores de performance ambientais associados a uma meta de redução de emissões de gases de efeito estufa pela Suzano até 2025, evidenciando o compromisso da Suzano como parte da solução perante a crise climática global e em convergência à implementação de sua meta de longo prazo. Nos termos da emissão da *Senior Notes* 2031, se a Suzano não cumprir a meta de redução e fornecer a confirmação do mesmo ao agente fiduciário, juntamente com uma confirmação emitida pelo especialista externo pelo menos 30 dias antes de 16 de julho de 2026, a taxa de juros a pagar será aumentada em 25 *basis point* a partir de 16 de julho de 2026 até a data de vencimento. Além disso, de acordo com o *Sustainability-Linked Securities Framework*, a Suzano compromete-se a publicar anualmente no Relatório Anual de Sustentabilidade da Suzano, juntamente com um relatório de verificação emitido por especialista externo. Estas *Senior Notes* caracterizam-se como *sustainability-linked bonds* de acordo com os princípios promulgados pela *International Capital Markets Association*.

#### **18.6.5. Reabertura da Emissão de Sustainability-linked Notes 2031 ("Notes 2031")**

Em 19 de novembro de 2020, a Suzano, por meio de sua subsidiária integral Suzano Austria GmbH ("Suzano Austria"), efetuou emissão adicional de títulos de dívida no âmbito da *Senior Notes* 2031, no valor principal de US\$500.000 (equivalente a R\$2.666.484 na data da transação) cupom (juros) de 3,750% a.a. (*yield to maturity* de 3,100% a.a.), a serem pagos semestralmente, a partir de 15 de janeiro de 2021, e com vencimento do principal em 15 de janeiro de 2031.



(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

## **18.7. Operações relevantes liquidadas no exercício**

### **18.7.1. Pré-pagamento de exportação (“PPE”)**

Em 14 de fevereiro de 2020, a Suzano, por meio de sua controlada Suzano Pulp and Paper Europe S.A., liquidou antecipadamente o contrato de pré-pagamento de exportação no montante total US\$755.864 (equivalente na data da transação a R\$3.240.229), com vencimento original em fevereiro de 2023 e taxa de juros trimestrais de 1,15% a.a. acrescida da LIBOR trimestral.

Em 07 de dezembro de 2020, a Suzano, por meio de sua controlada Suzano Pulp and Paper Europe S.A., liquidou parcialmente o contrato de pré-pagamento de exportação no montante total US\$300.000 (equivalente na data da transação a R\$1.355.362), com vencimento original em dezembro de 2023 e taxa de juros trimestrais de 1,15% a.a. acrescida da LIBOR trimestral.

### **18.7.2. Resgate total *Senior Notes* (“Notes 2021”)**

Em 31 de março de 2020, a Suzano, por meio de sua controlada Suzano Trading Ltd., subsidiária integral da Suzano, efetuou o resgate total (“*make-whole*”) das *Senior Notes* 2021 no montante total de US\$199.864 (equivalente na data da transação a R\$1.039.032) considerando o preço de resgate de 104,287% acrescido de juros proporcionais ao período.

### **18.7.3. Certificado de Recebíveis do Agronegócio (“CRA”)**

Em 13 de abril de 2020, a Suzano desembolsou o montante total de R\$612.779, R\$600.000 para o pagamento de principal e R\$12.779 para pagamento de juros, do CRA emitido em abril de 2016, com encargos de 98% do CDI. Esse desembolso seguiu o cronograma previsto contratualmente.

Em 22 de junho de 2020, venceu a parcela única de principal do CRA no valor de R\$880.155, emitido em junho de 2016, com juros de 97% do CDI. A Suzano desembolsou o valor R\$895.655, sendo R\$880.155 para o pagamento do principal e R\$15.500 para o pagamento dos juros.

Em 14 de novembro de 2020, venceu a parcela única de principal do CRA no valor de R\$1.000.000, emitido em novembro de 2016, com juros de 96% do CDI. A Suzano desembolsou o valor R\$1.009.068, considerando a última parcela de juros da operação.

### **18.7.4. *Revolving credit facility***

Em 13 de agosto de 2020, em consonância com o Comunicado ao Mercado realizado no dia 30 de março de 2020, a Suzano comunicou a devolução antecipada da linha de crédito rotativo (*revolving credit facility*) no valor de US\$500.000 (equivalente na data da transação a R\$2.638.221) sacada em 01 de abril de 2020, com custo de LIBOR + 1,30% a.a., com prazo médio de 47 meses e vencimento final em fevereiro de 2024. A liquidação ocorreu em 20 de agosto de 2020 no valor de R\$2.848.097 (principal e juros) e, uma vez realizada, tais recursos tornaram a ficar integralmente disponíveis como fonte de liquidez adicional para a Suzano, em caso de necessidade.

### **18.7.5. Recompra parcial *Senior Notes* (“Notes 2024, 2025 e 2026”)**

Os recursos obtidos com a emissão das Notes 2031, detalhado na nota 18.6.4., foram utilizados para a recompra parcial das *Senior Notes* emitidas pela Fibria Overseas Finance Ltd. e pela Suzano Austria GmbH., subsidiárias integrais da Suzano, conforme segue (i) liquidação parcial de US\$247.207 (equivalente na data da transação a R\$1.303.473) ao preço de 110,8% do valor de

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

emissão mais os juros proporcional das *Senior Notes* emitidas pela Fibria Overseas atualmente em circulação com cupom (juros) de 5,25% a.a. e vencimento em maio de 2024 ("Notes 2024"); (ii) liquidação parcial de US\$260.348 (equivalente na data da transação a R\$1.372.763) ao preço de 106,6% do valor de emissão mais os juros proporcional das *Senior Notes* emitidas pela Fibria Overseas atualmente em circulação com cupom (juros) de 4,00% a.a. e vencimento em janeiro de 2025 ("Notes 2025"); e (iii) liquidação parcial de US\$183.419 (equivalente na data da transação a R\$967.138) ao preço de 115,2% do valor de emissão mais os juros proporcional das *Senior Notes* emitidas pela Suzano Austria, com cupom (juros) de 5,75% a.a. e vencimento em julho de 2026 ("Notes 2026").

Na execução da recompra parcial, foram efetuados pagamentos de prêmio nos montantes de US\$26.698 (equivalente na data da transação a R\$140.775), US\$17.183 (equivalente na data da transação a R\$90.602) e US\$25.506 (equivalente na data da transação a R\$134.488) aos *bondholders* dos *Notes* 2024, 2025 e 2026, respectivamente, reconhecidos no resultado financeiro.

Na recompra parcial dos *Notes* 2026, a Suzano determinou que não houve mudança substancial nos termos dos *bonds* existentes, portanto, essa transação foi contabilizada como uma modificação do passivo financeiro. O valor de US\$2.374 (equivalente na data da transação a R\$12.518) pago pela troca será amortizado pelo prazo do *Notes* 2031, conforme os requerimentos do CPC 48/IFRS 9.

A conclusão do processo de recompra ocorreu em 15 de setembro de 2020.

#### **18.7.6. Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste ("FDCO")**

Em 28 de dezembro de 2020, a Suzano liquidou antecipadamente o contrato de crédito de financiamento captado junto ao FDCO no montante de R\$512.012, com vencimento original em dezembro de 2027 e taxa de juros semestrais de 8,00% a.a.

#### **18.8. Garantias**

Alguns contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas de garantia, nas quais são oferecidos os próprios equipamentos financiados ou outros ativos imobilizados são indicados pela Suzano, conforme divulgado na nota 15.1.

A Suzano não possui contratos com cláusulas restritivas financeiras (*covenants* financeiros) a serem cumpridos.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

## 19. Arrendamento

### 19.1. Direito de uso

A movimentação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 é apresentada abaixo:

	Terras e terrenos	Máquinas e equipamentos	Imóveis	Navios e embarcações	Consolidado		Controladora
					Veículos	Total	Imóveis
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>							
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	1.762.943	143.685	44.105	1.408.640	1.012	3.360.385	2.535
Adições	260.982	1.529	39.794	612.022		914.327	
Depreciações (1)	(254.280)	(15.163)	(35.943)	(116.207)	(925)	(422.518)	(578)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>1.769.645</b>	<b>130.051</b>	<b>47.956</b>	<b>1.904.455</b>	<b>87</b>	<b>3.852.194</b>	<b>1.957</b>
Adições	858.085	45.624	90.616	95.768	2.675	1.092.768	
Depreciações (1)	(265.091)	(18.078)	(44.383)	(122.904)	(313)	(450.769)	(480)
Baixas (2)	(74.578)	(72.332)	(1.728)			(148.638)	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>2.288.061</b>	<b>85.265</b>	<b>92.461</b>	<b>1.877.319</b>	<b>2.449</b>	<b>4.345.555</b>	<b>1.477</b>

- 1) Em 31 de dezembro de 2020, o montante de R\$263.613 (R\$264.480 em 31 de dezembro de 2019) relativo às terras e terrenos foi reclassificado para a rubrica de ativos biológicos para composição do custo de formação.
- 2) Terras e terrenos, baixa decorrente da incorporação de entidades legais (nota 1.1) e máquinas e equipamentos, baixa decorrente de cancelamento de contratos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas não estão comprometidas com contrato de arrendamento ainda não iniciado.

### 19.2. Contas a pagar de arrendamento

O saldo de contas a pagar de arrendamento no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, mensurados a valor presente e descontados pelas respectivas taxas de descontos são apresentados a seguir:

Natureza dos contratos	Taxa média de desconto % a.a. (1)	Vencimento final (2)	Consolidado
			Valor presente do passivo
Terras e terrenos	11,45	Julho/2048	2.361.538
Máquinas e equipamentos	10,62	Julho/2032	189.061
Imóveis	9,80	Dezembro/2030	82.918
Navios e embarcações	11,39	Fevereiro/2039	2.557.824
Veículos	10,04	Outubro/2023	2.193
			<b>5.193.534</b>

- 1) Para determinação das taxas de desconto, foram obtidas cotações junto a instituições financeiras para contratos com características e prazos médios semelhantes aos contratos de arrendamento.
- 2) Referem-se aos vencimentos originais dos contratos e, portanto, não consideram eventuais cláusulas de renovação.

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

Em 12 de março e em 12 de abril de 2020, por um período de 10 meses, 2 (dois) dos navios arrendados pela Suzano, foram disponibilizados para afretamento de terceiros, no montante de US\$7.500 (equivalente na data da transação a R\$35.841). No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, esta transação está vigente. Adicionalmente, a Suzano está avaliando a renovação desta transação pelas mesmas condições anteriores, efetuando apenas a substituição dos navios, dada a necessidade de manutenção operacional prevista.

Abaixo a movimentação dos saldos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	<b>Consolidado</b>	<b>Controladora</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>		
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	3.431.265	2.368
Adições	914.423	96
Pagamentos	(646.783)	(296)
Apropriação de encargos financeiros	275.480	76
Variação cambial	11.929	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>3.986.314</b>	<b>2.244</b>
<b>Adições</b>	<b>1.092.837</b>	<b>69</b>
<b>Baixas</b>	<b>(148.656)</b>	<b>(18)</b>
<b>Pagamentos</b>	<b>(825.045)</b>	<b>(800)</b>
<b>Apropriação de encargos financeiros <sup>(1)</sup></b>	<b>486.565</b>	<b>279</b>
<b>Variação cambial</b>	<b>601.519</b>	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>5.193.534</b>	<b>1.774</b>
<b>Circulante</b>	<b>620.762</b>	<b>585</b>
<b>Não circulante</b>	<b>4.572.772</b>	<b>1.189</b>

1) Em 31 de dezembro, o montante de R\$88.540 no consolidado (R\$50.795 no consolidado em 31 de dezembro de 2019), foi reclassificado para a rubrica de ativos biológicos para a composição do custo de formação.

O cronograma de desembolsos futuros não descontados a valor presente, relativos ao passivo de arrendamento, está divulgado na nota 4.2.

#### **19.2.1. Valores reconhecidos no resultado do exercício**

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, foram reconhecidos os valores:

	<b>Consolidado</b>
	<b>31 de dezembro de 2020</b>
	<b>31 de dezembro de 2019</b>
Ativos de curto prazo	7.365
Ativos de baixo valor	12.182
	19.547

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

### 19.2.2. Fluxo projetado com inflação

Os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal são apresentados abaixo:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31 de</b>	<b>31 de</b>
	<b>dezembro de</b>	<b>dezembro de</b>
	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Fluxo real</b>		
Direito de uso	<b>4.345.555</b>	3.852.194
Passivo de arrendamento	<b>9.554.137</b>	7.112.777
Encargos financeiros	<b>(4.360.603)</b>	(3.126.463)
	<b>5.193.534</b>	3.986.314
<b>Fluxo inflacionado</b>		
Direito de uso	<b>4.731.743</b>	4.654.510
Passivo de arrendamento	<b>10.549.511</b>	7.113.070
Encargos financeiros	<b>(4.924.698)</b>	(2.327.582)
	<b>5.624.813</b>	4.785.488

### 19.2.3. Direito potencial de PIS/COFINS a recuperar

O quadro a seguir demonstra o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

	<b>Consolidado</b>			
	<b>31 de</b>		<b>31 de</b>	
	<b>dezembro</b>		<b>dezembro</b>	
	<b>de 2020</b>		<b>de 2019</b>	
	<b>Nominal</b>	<b>Ajustado a</b>	<b>Nominal</b>	<b>Ajustado a</b>
<b>Fluxos de caixa</b>		<b>valor presente</b>		<b>valor presente</b>
Contraprestação a pagar	<b>9.554.137</b>	<b>5.193.534</b>	7.112.777	3.986.368
PIS/COFINS potencial (9,25%) <sup>(1)</sup>	<b>290.541</b>	<b>127.187</b>	264.856	141.325

1) Incidente sobre os contratos firmados com pessoas jurídicas.

## 20. Provisão para passivos judiciais

A Suzano está envolvida em determinados assuntos legais decorrentes do curso normal de seus negócios, que incluem processos tributários, previdenciários, trabalhistas, cíveis e ambientais.

A Suzano classifica o risco de perda dos processos legais, com base na análise de seus assessores jurídicos, as quais refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas.

A Administração da Suzano acredita que, com base nos elementos existentes na data base destas demonstrações financeiras, a provisão para riscos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas,

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

constituída de acordo com o CPC 25/IAS 37, é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado a seguir:

## 20.1. Saldo da provisão dos processos com risco de perda provável, líquido dos depósitos judiciais

Natureza dos processos	Consolidado			Controladora
	Depósitos judiciais	Provisão	31 de dezembro de 2020 Provisão líquida	31 de dezembro de 2020 Provisão
Tributários	(135.641)	2.984.230	2.848.589	
Trabalhistas	(57.780)	217.180	159.400	
Cíveis e ambientais	(3.495)	251.461	247.966	
	<b>(196.916)</b>	<b>3.452.871</b>	<b>3.255.955</b>	

  

Natureza dos processos	Consolidado			Controladora
	Depósitos judiciais	Provisão	31 de dezembro de 2019 Provisão líquida	31 de dezembro de 2019 Provisão
Tributários	(124.133)	3.210.109	3.085.976	33.606
Trabalhistas	(50.464)	227.139	176.675	
Cíveis e ambientais	273	283.159	283.432	
	<b>(174.324)</b>	<b>3.720.407</b>	<b>3.546.083</b>	<b>33.606</b>

### 20.1.1. Movimentação da provisão por natureza dos processos com risco de perda provável

	Consolidado				
	31 de dezembro de 2020				
	Tributários	Trabalhistas	Cíveis e Ambientais	Passivos contingentes (1) (2)	Total
Saldo no início do exercício	526.019	227.139	64.897	2.902.352	3.720.407
Pagamento	(23.162)	(43.783)	(14.618)		(81.563)
Reversão	(56.712)	(52.333)	(25.223)	(193.099)	(327.367)
Adição	20.560	64.053	17.337		101.950
Atualização monetária	9.365	22.104	7.975		39.444
Saldo no final do exercício	<b>476.070</b>	<b>217.180</b>	<b>50.368</b>	<b>2.709.253</b>	<b>3.452.871</b>

1) Montantes oriundos de processos com probabilidade de perda possível e remoto de naturezas tributária no montante de R\$2.508.162 e cível no montante de R\$201.091, mensurados e registrados pelo valor justo estimado resultante da combinação de negócios com Fibria, em conformidade com o parágrafo 23 do CPC 15/IFRS 3.

2) Reversão decorrente de mudança de prognóstico e/ou encerramento de processos.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

	Consolidado			
	31 de dezembro de 2019			
	Cíveis e		Passivos	Total
	Tributários	Trabalhistas	Ambientais contingentes (1)	
<b>Saldo no início do exercício</b>	330.475	50.869	3.532	384.876
Combinação de negócio	139.462	185.157	64.974	389.593
Pagamento	(34)	(34.794)	(5.532)	(40.360)
Reversão	(3.875)	(55.730)	(13.434)	(73.039)
Adição	46.603	50.521	10.100	2.902.352
Atualização monetária	13.388	31.116	5.257	49.761
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>526.019</b>	<b>227.139</b>	<b>64.897</b>	<b>2.902.352</b>
				<b>3.720.407</b>

1) Montantes oriundos de processos com probabilidade de perda possível e remoto, mensurados e registrados pelo valor justo estimado resultante da combinação de negócios com Fibria, em conformidade com o parágrafo 23 do CPC 15/IFRS 3.

### 20.1.2. Tributários e previdenciários

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Suzano figura no polo passivo em 51 (cinquenta e um) processos administrativos e judiciais de natureza tributária e previdenciária, nos quais são discutidas matérias relativas diversos tributos, tais como Imposto de Renda para Pessoas Jurídicas ("IRPJ"), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL", Programas de Integração Social ("PIS"), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), Contribuição Previdenciária, Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ("ICMS"), entre outros, cujos valores são provisionados quando a probabilidade de perda é considerada provável pela assessoria jurídica externa da Suzano e pela Administração.

### 20.1.3. Trabalhistas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Suzano figura no polo passivo em 1.010 (um mil e dez) processos de natureza trabalhista.

Em geral, os processos trabalhistas provisionados estão relacionados, principalmente, a questões frequentemente contestadas por empregados de empresas agroindustriais, como certas verbas salariais e/ou rescisórias, além de ações propostas por empregados de empresas contratadas para prestação de serviços para a Suzano

### 20.1.4. Cíveis e ambientais

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Suzano figura no polo passivo em 58 (cinquenta e oito) processos cíveis e ambientais.

Os processos cíveis provisionados estão relacionados, principalmente, a matérias de natureza indenizatória, inclusive decorrentes de obrigações contratuais, acidente de trânsito, ações possessórias, obrigações de restauração ambiental, dentre outras.

## 20.2. Processos com risco de perda possível

A Suzano possui contingências de natureza tributária, cível e trabalhista, cuja expectativa de perda avaliada pela Administração e suportada pelos assessores jurídicos está classificada como possível e, portanto, nenhuma provisão foi constituída:

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31 de dezembro de 2020</b>	<b>31 de dezembro de 2019</b>
Tributários e previdenciários <sup>(1)</sup>	<b>7.145.147</b>	7.504.398
Trabalhistas	<b>263.971</b>	279.934
Cíveis e ambientais <sup>(1)</sup>	<b>3.068.884</b>	2.995.576
	<b>10.478.002</b>	10.779.908

- 1) Valores líquidos do saldo de menos valia alocado aos processos com probabilidade de perda possível no montante de R\$2.677.970 no consolidado, que foram registradas pelo valor justo resultante das combinações de negócios com Fibria, em conformidade com o parágrafo 23 do CPC15/IFRS 3, conforme apresentado na nota 20.1.1 acima.

### **20.2.1. Tributários e previdenciários**

A Suzano figura no polo passivo em 782 (setecentos e oitenta e dois) processos tributários cuja probabilidade de perda é considerada possível, no montante total de R\$7.145.147, para os quais não há provisão registrada.

Os demais processos tributários e previdenciários referem-se a diversos tributos, tais como Imposto de Renda para Pessoas Jurídicas ("IRPJ"), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), Programa de Integração Social ("PIS"), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), Contribuição Previdenciária, Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ("ICMS"), Imposto Sobre Serviço ("ISS"), Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), principalmente devido a divergências na interpretação das normas tributárias aplicáveis e informações fornecidas em obrigações acessórias.

Apresentam-se abaixo as contingências mais relevantes referentes às seguintes matérias:

- (i) Auto de infração - IRPJ/CSLL - permuta de ativos industriais e florestais: em dezembro de 2012, a Suzano foi autuada pela Receita Federal do Brasil para cobrança de Imposto de Renda para Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") sob a suposta alegação de existência de ganho de capital não tributado, em fevereiro de 2007, data de fechamento da operação onde a Suzano efetuou uma permuta de ativos industriais e florestais com a International Paper.

Em 19 de janeiro de 2016, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF") julgou improcedente, por voto de qualidade do Presidente do CARF, o recurso apresentado pela Suzano no processo administrativo. A Suzano foi intimada da decisão em 25 de maio de 2016, de forma que, tendo em vista a impossibilidade de novos recursos e o consequente encerramento do caso na esfera administrativa, decidiu prosseguir com a discussão perante o Poder Judiciário, que está devidamente garantida. A ação judicial ainda aguarda julgamento em primeira instância. Foi mantido o posicionamento de não constituir provisão para contingências, uma vez que em seu entendimento e de seus assessores jurídicos externos a probabilidade de perda da causa é possível. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 o montante é de R\$2.296.032 (R\$2.251.462 em 31 de dezembro de 2019).



**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

- (ii) Auto de infração - IRPJ/CSLL – glosa da depreciação, amortização e exaustão – período 2010: em dezembro de 2015, a Suzano foi autuada para cobrança de Imposto de Renda para Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) sob a suposta alegação de indedutibilidade das despesas de depreciação, amortização e exaustão utilizadas pela Suzano em sua apuração no ano-calendário de 2010. A Suzano apresentou Impugnação administrativa, julgada parcialmente procedente. Referida decisão foi objeto de recurso voluntário, apresentado pela Suzano em novembro de 2017. Em 16 de outubro de 2018, o julgamento foi convertido em diligência, por meio da Resolução nº 1402-000.723. Atualmente, aguarda-se a conclusão da diligência determinada pelo CARF. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 o montante é de R\$712.531 (R\$695.679 em 31 de dezembro de 2019).
- (iii) IRPJ/CSLL - homologação parcial – período 1997: a Suzano deu entrada em processo de compensação de créditos oriundos de saldo negativo apurado no ano de 1997 com débitos devidos à Receita Federal do Brasil (“RFB”). Em março de 2009, a RFB homologou apenas R\$83.000, gerando uma diferença de R\$51.000. A Suzano aguarda ainda conclusão da análise dos créditos discutidos em esfera administrativa após decisão favorável do CARF em agosto de 2019, que deu provimento ao recurso voluntário interposto pela Suzano. Para outra parte do crédito, a Suzano ajuizou ação para discutir a exigibilidade do saldo devedor, a qual aguarda julgamento em segunda instância do seu Recurso de Apelação, interposto após sentença de julgamento improcedente a ação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 o montante é de R\$104.873 (R\$254.081 em 31 de dezembro de 2019).
- (iv) Incentivos fiscais - Agência de Desenvolvimento do Nordeste (“ADENE”): em 2002, a Suzano pleiteou e teve reconhecido pela Secretaria da Receita Federal (SRF), sob a condição de realizar novos investimentos em suas unidades localizadas na área de abrangência da ADENE, o direito de usufruir do benefício da redução do IRPJ e adicionais, não restituíveis, apurados sobre o lucro da exploração, para as fábricas A e B (período de 2003 a 2013) e fábrica C (período de 2003 a 2012), todas da unidade Aracruz, depois de ter aprovado com a SUDENE os devidos laudos constitutivos.

Em 2004, a Suzano recebeu ofício do inventariante extrajudicial da extinta Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (“SUDENE”), informando que o direito à fruição do benefício anteriormente concedido foi julgado improcedente, de forma que providenciaria a sua revogação. Em 2005, foi lavrado auto de infração exigindo supostos valores relativos ao incentivo fiscal até então usufruído. Após discussão administrativa, o auto de infração foi julgado parcialmente procedente no sentido de reconhecer o direito da Suzano de usufruir do incentivo fiscal devido até o ano de 2003.

A Administração da Suzano, assessorada por seus consultores jurídicos, acredita que a decisão de cancelamento dos referidos benefícios fiscais é equivocada e não deve prevalecer, seja com respeito aos benefícios já usufruídos, seja em relação aos benefícios não usufruídos até os respectivos prazos finais.

Atualmente a contingência é discutida na esfera judicial, onde se aguarda julgamento definitivo dos Embargos à Execução apresentados pela Suzano. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 o montante é de R\$127.391 (R\$125.191 em 31 de dezembro de 2019).

- (v) PIS/COFINS – Bens e Serviços – 2009 a 2011: em dezembro de 2013, a Suzano foi autuada pela Receita Federal do Brasil exigindo a cobrança de créditos de PIS e COFINS glosados por não estarem supostamente vinculadas às suas atividades operacionais. Em primeira

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

instância, a impugnação apresentada pela Suzano foi julgada improcedente. Interposto o Recurso Voluntário, este foi provido parcialmente em abril de 2016. Desta decisão, a Fazenda Nacional interpôs Recurso Especial à Câmara Superior e a Suzano opôs Embargos de Declaração, os quais ainda aguardam julgamento. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 o montante é de R\$166.355 (R\$162.750 em 31 de dezembro de 2019).

- (vi) **Compensação – IRRF – período 2000:** a Suzano deu entrada em processo de compensação de créditos oriundos de IRRF apurados no exercício findo em 31 de dezembro de 2000 com débitos devidos à Receita Federal do Brasil. Em abril de 2008, a Receita Federal do Brasil reconheceu parcialmente o crédito em favor da Suzano. Desta decisão, a Suzano interpôs Recurso Voluntário ao CARF, o qual aguarda julgamento. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 o montante é de R\$109.903 (R\$108.320 em 31 de dezembro de 2019).
- (vii) **Auto de infração – Créditos de IRPJ e CSLL:** em 05 de outubro de 2020, a Suzano foi notificada acerca do Auto de Infração lavrado pela Receita Federal do Brasil (“RFB”) visando a cobrança de créditos de IRPJ e CSLL, decorrentes da reapuração dos lucros de sua subsidiária integral Suzano Trading Ltd nos anos de 2014, 2015 e 2016. Além da Suzano, também foram incluídos como corresponsáveis solidários pelas referidas apurações, os Diretores Estatutários da referida subsidiária integral nos anos autuados. Os assessores jurídicos contratados para apresentação da defesa classificam o prognóstico como perda possível quanto à alegação referente à Suzano e possível com viés de remoto quanto à responsabilidade dos Diretores Estatutários indicados. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 o montante é de R\$454.898.
- (viii) **Auto de Infração – tributação em bases universais – ano 2015:** em 3 de novembro de 2020, a Suzano foi notificada acerca do Auto de Infração lavrado pela Receita Federal do Brasil (“RFB”) sob a acusação de que teria deixado de recolher IRPJ e CSLL, no ano-calendário 2015, em razão da falta de adição, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, de lucros auferidos pelas controladas no exterior. Os assessores jurídicos contratados pela Suzano para apresentação da defesa classificam o prognóstico como perda possível. Atualmente, aguarda-se julgamento da defesa apresentada na esfera administrativa. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 o montante é de R\$145.026.

#### **20.2.2. Trabalhistas**

Em 31 de dezembro de 2020, a Suzano, figura no polo passivo em 1.653 (mil seiscentos e cinquenta e três) processos de natureza trabalhista, totalizando o valor de R\$263.971.

A Suzano possui ainda diversos processos em que figuram como parte os sindicatos dos trabalhadores nos Estados da Bahia, Espírito Santo, Maranhão, São Paulo e Mato Grosso do Sul.

#### **20.2.3. Cíveis e ambientais**

Em 31 de dezembro de 2020, a Suzano figura no polo passivo em 324 (trezentos e vinte e quatro) processos de natureza cível e ambiental, totalizando o valor de R\$3.068.884. Os processos cíveis, em sua maioria, consistem em pedidos de indenização em decorrência de rescisão de contratos comerciais, de ex-funcionários ou terceiros, por supostas doenças ocupacionais e acidentes de trabalho, ações de cobrança e habilitações de crédito em falência ajuizadas pela Suzano, ressarcimento de recursos financeiros movidas contra produtores rurais inadimplentes e ações possessórias ajuizadas com o objetivo de proteger o patrimônio imobiliário da Suzano. A Suzano

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

tem apólice de seguro de responsabilidade cível geral que cobre, nos limites fixados, eventuais condenações a título de danos materiais referentes aos pedidos de indenização na esfera cível.

Dentre os processos cíveis, destacam-se 2 (duas) Ações Cíveis Públicas (“ACPs”) movidas pelo Ministério Público Federal (“MPF”) em que requer (i) liminarmente, que os caminhões da Suzano deixem de transportar madeira em rodovias federais acima de restrições legais de peso, (ii) o aumento da multa por excesso de peso a ser aplicada à Suzano e (iii) indenização por danos materiais causados às rodovias federais, meio ambiente e ordem econômica e indenização por danos morais. Uma das ACPs foi julgada procedente e a Suzano apresentou apelação ao tribunal competente com pedido de efeito suspensivo dos efeitos da sentença, o qual ainda está pendente de apreciação. A outra ACP ainda não foi julgada em 1ª instância.

A Suzano ainda figura como ré em 2 (“duas”) ACPs, movidas pelo MPF, referente a imóveis adquiridos pela Suzano nos municípios de São Mateus e Conceição da Barra, ambos localizados na região norte do estado do Espírito Santo. Na 1ª ACP, o MPF requereu a (i) nulidade destas aquisições (ii) indenização por danos morais e (iii) suspensão do financiamento das operações da Suzano nos municípios mencionados. Uma liminar foi concedida e bloqueou cerca de 6.000 hectares de terras da Suzano nestes municípios e suspendeu qualquer financiamento à Suzano pelo BNDES para produção ou plantio de celulose de eucalipto nas propriedades relacionadas na ação. Na 2ª ACP, o MPF requereu a nulidade das aquisições de outras propriedades adquiridas na região norte do estado do Espírito Santo. Uma liminar foi concedida e bloqueou cerca de 5.601 hectares das terras da Companhia nos municípios mencionados. A Suzano apresentou defesa judicial e recurso contra essa liminar, que ainda está pendente de decisão. Ambos os casos estão pendentes de decisão pelo Tribunal Regional Federal (“TRF”) e permanecem em fase instrutória. A Suzano acredita que há boas chances de defesa, uma vez que a aquisição das terras discutidas em ambas as ACPs, foi realizada de acordo com as leis e práticas aplicáveis no momento da aquisição.

Dentre os processos ambientais, destacam-se 3 (“três”) ACPs ajuizadas pelo MPF na região nordeste do Brasil, desafiando a jurisdição do órgão ambiental do estado para conceder licenças ambientais. O MPF alega que os procedimentos de licenciamento ambiental relacionados à formação e instalação florestal e à nossa planta industrial no estado do Maranhão devem ser realizados pela Agência Federal do Meio Ambiente (“IBAMA”). Os riscos envolvidos são atrasos em nosso cronograma de plantio e a suspensão das atividades da unidade industrial do Maranhão até a emissão de nova licença. Embora tenha sido proferida liminar em uma destas ações suspendendo a formação florestal em uma determinada região do estado do Maranhão, acreditamos que há boas chances de defesa nestes casos, uma vez que o IBAMA não reconhece ter competência para executar o processo de licenciamento e não existe nenhum fundamento legal claro para sustentar tal jurisdição. O Superior Tribunal de Justiça (“STF”) ainda está decidindo sobre o recurso contra a liminar concedida contra a Suzano e as demais ACPs ainda estão pendentes de uma decisão do juiz.

Além disso, estamos envolvidos em uma disputa relacionada a possíveis danos ambientais na cidade de Cubatão localizada no estado de São Paulo, supostamente causada pela Companhia Santista, empresa adquirida pela Ripasa, que por sua vez foi adquirida pela Suzano em 2008. Este processo está em andamento há mais de 30 (trinta) anos e envolve mais de 20 (vinte) outras empresas. O processo busca reparação pelos danos ambientais supostamente causados em área de proteção ambiental do Parque Estadual da Serra do Mar por várias empresas que mantiveram atividades no distrito industrial de Cubatão até os anos 90. Em setembro de 2017, o processo foi julgado favorável ao Ministério Público, condenando as empresas demandadas a recuperar os danos alegadamente causados ou, caso o ambiente já estivesse recuperado, a pagar uma indenização de igual valor do custo da recuperação. Essa compensação deve ser alocada para

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

expandir o Parque Estadual da Serra do Mar. A decisão, no entanto, não determinou o valor que deveria ser pago como compensação, deixando a definição desse valor para uma 2ª etapa processual. Esta decisão foi contestada pelas empresas em um recurso e uma decisão do Tribunal Estadual ainda está pendente.

### **20.3. Ativos Contingentes**

#### **20.3.1. Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS**

A Suzano e suas controladas ajuizaram ações para discutir os seus direitos à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições ao PIS e COFINS, abrangendo períodos desde março de 1992 e, inclusive, eventuais modificações na legislação aplicável após a edição da Lei nº 12.973/2014.

Em relação a essa matéria, o Supremo Tribunal Federal ("STF") definiu em julgamento realizado em 15 de março de 2017, a princípio sem a possibilidade de reversão de entendimento quanto ao mérito, que o ICMS não integra a base de cálculo das referidas contribuições. A União opôs embargos de declaração em outubro de 2017 buscando, entre outros pedidos, a modulação de efeitos da referida decisão a partir do julgamento dos referidos embargos de declaração, os quais ainda estão pendentes de julgamento.

Com base na decisão do STF e nas opiniões legais de seus consultores jurídicos, a Suzano entende que não é provável a alteração do resultado do julgamento do STF quanto ao mérito. Dessa forma, iniciou a exclusão do ICMS da base de cálculo das referidas contribuições a partir do mês de apuração de agosto de 2018, com base em decisão favorável proferida em ação judicial proposta pela Suzano, ainda pendente de julgamento definitivo. O processo em nome da Suzano ainda não transitou em julgado.

## **21. Planos de benefícios a empregados**

A Companhia e a Suzano oferecem a seus funcionários planos suplementares de aposentadoria de contribuição definida e planos de benefícios definidos, tais como assistência médica e seguro de vida, os quais são detalhados a seguir.

### **21.1. Planos de aposentadoria suplementar – Contribuição definida**

A Companhia possui um plano e a Suzano possui dois planos de aposentadoria suplementar vigentes, conforme detalhado abaixo.

#### **21.1.1. Suzano Prev**

Em 2005, a Companhia e a Suzano instituíram o plano de previdência Suzano Prev administrado pela BrasilPrev, entidade aberta de previdência complementar, que atende a empregados de empresas da Companhia, no modelo de contribuição definida.

Nos termos do contrato do plano de benefícios, para os colaboradores que possuem o salário acima das 10 URS's, além da contribuição de 0,5%, as contribuições da parte empresa acompanham as contribuições dos empregados e incidem sobre a parcela do salário que excede as 10 URS's, podendo variar de 1% a 6% do salário nominal. Este plano é denominado Contribuição Básica 1.

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

As contribuições da Companhia e da Suzano ao colaborador são de 0,5% do salário nominal que não exceder a 10 unidades de referência Suzano ("URS"), mesmo não havendo contrapartida de contribuição por parte do colaborador. Este plano é denominado Contribuição Básica 2.

A partir de agosto de 2020, para os colaboradores que possuem salário menor que as 10 URS's, poderão investir 0,5 ou 1,0% do salário nominal e a Companhia e a Suzano acompanharão as contribuições do colaborador. O colaborador poderá livremente optar por investir até 12% do salário na previdência Suzano Prev, sendo que o excedente da Contribuição Básica 1 ou 2 poderá ser investido na contribuição suplementar, onde não há contrapartida da Companhia e da Suzano e o colaborador deverá considerar as duas contribuições para limitar a 12% do salário.

As contribuições realizadas pela Companhia e Suzano, para plano de previdência Suzano Prev administrado pela BrasilPrev, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 totalizaram R\$9.469 reconhecidos nas rubricas custo dos produtos vendidos, despesas com vendas e gerais e administrativas (R\$6.005 em 31 de dezembro de 2019).

#### **21.1.2. Fundação Senador José Ermírio de Moraes ("FUNSEJEM")**

As entidades oriundas da combinação de negócios com a Fibria, patrocinam um plano de pensão, administrado por entidade fechada de previdência privada, que provê a seus empregados benefícios previdenciários definido no modelo de contribuição definida. Nesse tipo de plano, participantes e patrocinadora contribuem para a formação de uma poupança individual. Em 2000, a Suzano aderiu à Fundação Senador José Ermírio de Moraes ("FUNSEJEM"), entidade de previdência complementar sem fins lucrativos, que atende a empregados de empresas do Grupo Votorantim. Nos termos do regulamento do plano de benefícios, as contribuições à FUNSEJEM acompanham as contribuições dos empregados, podendo variar de 0,5% a 6% do salário nominal.

As contribuições pela Suzano, para o plano de previdência Fundação Senador José Ermírio de Moraes ("FUNSEJEM"), no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 totalizaram R\$5.071 reconhecidos nas rubricas custo dos produtos vendidos, despesas com vendas e gerais e administrativas (R\$9.920 em 31 de dezembro de 2019).

Em julho de 2020, a Suzano, encerrou o seu vínculo com a FUNSEJEM. Na ocasião em que os montantes aportados pelos colaboradores forem liberados pela FUNSEJEM, os colaboradores poderão optar pela portabilidade para o plano de previdência Suzano Prev, para plano de previdência privado ou solicitar o resgate total do saldo constituído. Este movimento ainda é oriundo do processo de harmonização de práticas decorrente da combinação de negócios com a Fibria.

### **21.2. Planos de benefícios definidos**

A Companhia e a Suzano tem como política de recursos humanos oferecer os seguintes benefícios, adicionalmente ao plano de aposentadoria complementar de contribuição definida, sendo os valores apurados por meio de cálculo atuarial e reconhecidos nas demonstrações financeiras.

#### **21.2.1. Assistência médica**

A Companhia e a Suzano garantem cobertura de custos com programa de assistência médica para determinado grupo de ex-funcionários que se aposentaram até 1998 e até 2003 nas unidades de Suzano, escritório administrativo de São Paulo e Limeira e até 2007 na unidade Jacareí, bem como para seus cônjuges e dependentes até completar a maioridade.

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

Para outro determinado grupo de ex-funcionários que, excepcionalmente por critério e deliberação da Companhia e da Suzano, ou segundo critérios e direitos associados ao cumprimento da legislação pertinente, a Companhia e a Suzano asseguram o programa de assistência médica.

Os principais riscos atuariais associados são: (i) redução da taxa de juros (ii) sobrevida superior ao previsto nas tábuas de mortalidade (iii) rotatividade superior à esperada e (iv) crescimento dos custos médicos acima do esperado.

### **21.2.2. Seguro de vida**

A Companhia e a Suzano oferecem o benefício do seguro de vida para determinado grupo de ex-funcionários que se aposentaram até 2005 nas unidades de Suzano e escritório administrativo de São Paulo e que não optaram pelo plano de aposentadoria complementar.

Os principais riscos atuariais relacionados são: (i) redução da taxa de juros e (ii) mortalidade superior à esperada.

### **21.2.3. Movimentação do passivo atuarial**

As movimentações das obrigações atuariais preparadas com base em laudo atuarial, estão apresentadas a seguir:

	<b>Consolidado</b>
Saldo final em 31 de dezembro de 2018	430.427
Combinação de negócios e incorporação	147.877
Juros sobre passivo atuarial	44.496
Perda atuarial	147.640
Benefícios pagos	(34.261)
<b>Saldo final em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>736.179</b>
Juros sobre passivo atuarial	53.092
Perda atuarial	33.843
Contribuição funcionários	(88)
Variação cambial	487
Benefícios pagos	(38.468)
<b>Saldo final em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>785.045</b>

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

#### 21.2.4. Hipóteses atuariais econômicas e biométricas

As principais hipóteses e dados biométricos utilizados na elaboração dos cálculos atuariais são apresentados a seguir:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
<b>Econômicas</b>		
Taxa de desconto – plano médico e seguro de vida	4,39% a.a.	3,56% a.a.
Taxa de crescimento dos custos médicos	3,25% a.a.	3,25% a.a.
Inflação econômica	3,25% a.a.	3,50% a.a.
Fator de envelhecimento	0 a 24 anos: 1,50% a.a. 25 a 54 anos: 2,50% a.a. 55 a 79 anos: 4,50% a.a. Acima de 80 anos: 2,50% a.a.	0 a 24 anos: 1,50% a.a. 25 a 54 anos: 2,50% a.a. 55 a 79 anos: 4,50% a.a. Acima de 80 anos: 2,50% a.a.
<b>Biométricas</b>		
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB 57	IAPB 57
Tábua de entrada em invalidez	Mercer Disability	Mercer Disability
Rotatividade	1,00% a.a.	1,00% a.a.
<b>Outras</b>		
Idade de aposentadoria	65 anos	65 anos
	90% casados	90% casados
Composição familiar	Homem 4 anos + velho	Homem 4 anos + velho
Permanência no plano	100%	100%

#### 21.2.5. Análise de sensibilidade

A Suzano efetuou as análises de sensibilidade quantitativas em relação às hipóteses significativas para os seguintes benefícios no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, conforme demonstrado a seguir:

Hipóteses significativas	Mudança na premissa	Aumento no valor presente líquido	Redução no valor presente líquido
Taxa de desconto	0,50%	Redução para R\$729.203	Aumento para R\$824.894
Taxa de crescimento dos custos médicos	1,00%	Aumento para R\$876.554	Redução para R\$689.324

#### 21.2.6. Previsão de pagamentos e duração média das obrigações

Os valores a seguir representam os pagamentos de benefícios esperados para os exercícios futuros (10 anos) a partir da obrigação dos benefícios concedidos, bem como a duração média destas:

Pagamentos	Assistência médica e seguro de vida
2021	35.658
2022	38.228
2023	40.886
2024	43.640
2025	46.409
2026 em diante	274.822

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

## 22. Plano de remuneração baseada em ações

Em 31 de outubro de 2020 a Companhia encerrou o seu plano de remuneração de longo prazo baseado em ações, Plano de SAR (Share Appreciation Rights), quando ocorreram os últimos resgates.

Em 31 de dezembro de 2020, a Suzano tem 3 (três) planos de remuneração de longo prazo baseados em ações, sendo (i) Plano de ações fantasmas ("*Phantom Shares - PS*") e (ii) Plano de apreciação do valor das ações ("*Share Appreciation Rights - SAR*"), ambos liquidados em moeda corrente e (iii) opções de compra de ações ordinárias, liquidado em ações.

### 22.1. Plano de remuneração de longo prazo ("PS e SAR")

Determinados executivos e membros chave da Administração da Suzano, possuem plano de remuneração de longo prazo atrelado ao preço da ação com pagamento em dinheiro.

Ao longo do ano de 2020, a Suzano outorgou os planos SAR ("*Share Appreciation Rights*") de opções de ações fantasmas. Nestes planos, o beneficiário deverá investir 5% (cinco) do valor total correspondente ao número de opções de ações fantasmas no momento da outorga e 20% (vinte) após 3 (três) anos para efetivar a aquisição da opção. Também outorgamos planos de remuneração de longo prazo para membros chaves da Suzano como forma de retenção. Neste plano, o beneficiário não faz investimento.

O prazo de carência e de vencimento das opções podem variar de 3 (três) até 5 (cinco) anos, a partir da data de outorga, de acordo com as características de cada plano.

O valor da ação é calculado com base na média da cotação das ações dos últimos 90 pregões a partir do fechamento do último dia útil de pregão do mês anterior ao mês da outorga. As parcelas destes planos são reajustadas com base na variação da cotação das ações SUZB3 na B3, entre a data de outorga e a data de pagamento. Nas datas em que não ocorra negociação das ações SUZB3, prevalecerá o valor da última negociação.

As opções de ações fantasmas somente serão pagas, caso o beneficiário mantenha o vínculo empregatício na data do pagamento. No caso de rescisão, seja por iniciativa da Suzano ou do beneficiário, antes de completar o prazo de carência, o beneficiário perde o direito ao recebimento de todos os valores, exceto, quando estabelecido de outra forma em contrato.

A movimentação está apresentada abaixo:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
<b>Quantidade de opções em aberto no início do exercício</b>	<b>5.996.437</b>	5.045.357
Outorgadas	1.770.384	2.413.038
Exercidas <sup>(1)</sup>	(1.789.413)	(827.065)
Exercidas por desligamento <sup>(1)</sup>	(21.253)	(106.983)
Abandonadas / prescritas por desligamento	(183.799)	(527.910)
<b>Quantidade de opções em aberto no final do exercício</b>	<b>5.772.356</b>	5.996.437

1) O preço médio das ações exercidas e exercidas por desligamento, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$43,14 (quarenta e três Reais e quatorze centavos) (R\$31,75 (trinta e um Reais e setenta e cinco centavos) em 31 de dezembro de 2019).



(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a posição consolidada dos planos de opções de ações fantasmas em aberto na Suzano estão apresentadas a seguir:

				31 de dezembro de 2020
Programa	Data da outorga	Data da carência	Valor justo na outorga <sup>(1)</sup>	Quantidade de opções outorgadas em aberto
SAR 2016	01/04/2016	01/04/2021	15,96	6.972
PLUS 2016	01/04/2016	01/04/2021	15,96	4.177
SAR 2017	03/04/2017	03/04/2022	13,30	121.555
PLUS 2017	03/04/2017	03/04/2022	13,30	25.061
ILP 2017 - 48	03/04/2017	03/04/2021	13,30	304.512
ILP 2017 - 60	03/04/2017	03/04/2022	13,30	304.512
Diferimento 2017	01/03/2018	01/03/2021	19,88	162.887
Diferimento 2017	01/03/2018	01/03/2022	19,88	162.887
SAR 2018	02/04/2018	02/04/2023	21,45	677.627
PLUS 2018	02/04/2018	02/04/2023	21,45	74.592
ILP 2019 - 24	01/03/2019	01/03/2024	41,10	520.000
ILP 2019 - 36	01/03/2019	01/03/2024	41,10	520.000
Diferimento 2018	01/03/2019	01/03/2022	41,10	88.632
Diferimento 2018	01/03/2019	01/03/2023	41,10	88.632
ILP 2019 - 36 H	25/03/2019	25/03/2024	42,19	7.500
48 H	25/03/2019	25/03/2024	42,19	7.500
ILP 2019 - 24 Abr	01/04/2019	01/04/2024	42,81	20.000
ILP 2019 - 36 Abr	01/04/2019	01/04/2024	42,81	20.000
SAR 2019	01/04/2019	01/04/2024	42,81	747.848
PLUS 2019	01/04/2019	01/04/2024	42,81	15.572
ILP - Retenção 2019 - 24	01/10/2019	01/10/2021	31,86	93.518
ILP 2019 - 24 Out	01/10/2019	01/10/2021	31,75	7.800
ILP 2019 - 36 Out	01/10/2019	01/10/2022	31,75	19.500
ILP 2019 - 48 Out	01/10/2019	01/10/2023	31,75	11.700
ILP 2020 - 36 Abr	01/04/2020	01/04/2023	38,50	43.705
ILP 2020 - 12 Abr	01/04/2020	01/04/2021	38,50	25.500
ILP 2020 - 24 Abr	01/04/2020	01/04/2022	38,50	21.250
SAR 2020	01/04/2020	01/04/2025	38,50	729.421
ILP 2020 - 36 Abr	01/04/2020	01/04/2023	38,50	38.961
ILP 2020 - 12 JUL	01/07/2020	01/07/2021	37,74	1.060
ILP 2020- 48 Condição A	01/05/2020	30/04/2024	38,34	595.000
ILP 2020- 48 Condição B	01/05/2020	30/04/2024	38,34	127.500
ILP 2020- 48 Condição C	01/05/2020	30/04/2024	38,34	127.500
ILP - Retenção 2020 - 36 OUT 1	01/10/2020	01/10/2023	38,79	36.650
ILP - Retenção 2020 - 36 OUT 2	01/10/2020	01/10/2023	43,14	5.871
ILP Hiring/Retention Bônus 2020 - 36 Out	01/10/2020	01/10/2023	43,14	6.954
				<b>5.772.356</b>

1) Valores expressos em Reais

## 22.2. Plano de opções de compra de ações ordinárias

Adicionalmente, em 2020 a Suzano estabeleceu um plano de ações restritas baseado na performance da Suzano (Programa 6). Este plano associa a quantidade de ações restritas outorgada ao desempenho da Suzano em relação à meta de geração de caixa operacional. A quantidade de ações restritas é definida em termos financeiros, sendo posteriormente convertido em ações com base nos últimos 60 pregões antecedentes a 31 de dezembro de 2020 da SUZB3 na B3.

Após a medição da geração de caixa operacional de 2020, as ações estritas serão outorgadas imediatamente, pois não possuem período de carência (*vesting period*). No entanto, os beneficiários da outorga devem atender ao período de *lockup* de 36 (trinta e seis) meses, durante o qual não poderão comercializar as ações.

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

Caso os beneficiários deixem a Suzano antes do término do exercício fiscal de referência para a medição da geração de caixa operacional, os mesmos perderão direito à outorga de ações restritas.

A posição do plano de opções de compra de ações ordinárias é apresentada abaixo:

<b>Programa</b>	<b>Data de outorga</b>	<b>Prazo para que as opções se tornem exercíveis</b>	<b>Preço na data de outorga</b>	<b>Ações outorgadas</b>	<b>Prazo de restrição à transferência das ações</b>
Programa 4	02/01/2018	02/01/2019	R\$39,10	130.435	02/01/2022

### **22.3. Premissas de mensuração**

Os planos de opções de ações fantasmas, por serem liquidados em caixa, tem o seu valor justo mensurado ao término de cada período, com base no método Monte Carlo ("MMC"). O valor justo é multiplicado pelo *Total Shareholder Return* ("TSR") observado no período, o qual varia entre 75% e 125% e depende do desempenho da ação SUZB3 em relação às ações de empresas do mesmo setor no Brasil.

O plano de opções de ações ordinárias considera as seguintes premissas:

- (i) a expectativa de volatilidade foi calculada para cada data de exercício, considerando o tempo remanescente para completar o período de aquisição e a volatilidade histórica dos retornos, utilizando o modelo GARCH de cálculo de volatilidade;
- (ii) a expectativa de vida média das ações fantasmas e opções de ação foi definida pelo prazo remanescente até a data limite de exercício;
- (iii) a expectativa de dividendos foi definida com base no lucro por ação histórico da Suzano; e
- (iv) a taxa de juros média ponderada livre de risco utilizada foi a curva pré de juros em Reais (expectativa do DI) observada no mercado aberto, que é a melhor base para comparação com a taxa de juros livre de risco do mercado brasileiro. A taxa usada para cada data de exercício altera de acordo com o período de aquisição.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Os valores correspondentes aos serviços recebidos e reconhecidos estão apresentados abaixo:

	Consolidado			
	Passivo e Patrimônio líquido		Resultado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
<b>Passivo não circulante</b>				
Provisão com plano de ações fantasma	195.135	140.908	(152.726)	(47.588)
<b>Patrimônio líquido</b>				
Opção de ações outorgadas	10.612	5.979	(4.632)	(879)
<b>Total das despesas gerais e administrativas provenientes de transações com base em ações</b>			<b>(157.358)</b>	<b>(48.467)</b>

## 23. Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas - consolidado

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
<b>Aquisição de terras e florestas</b>		
Certificado de Recebíveis Imobiliários ("CRI") <sup>(1)</sup>	37.104	78.345
	<b>37.104</b>	<b>78.345</b>
<b>Combinação de negócios</b>		
Facepa <sup>(2)</sup>	41.721	42.533
Vale Florestar Fundo de Investimento em Participações ("VFFIP") <sup>(3)</sup>	423.403	420.737
	<b>465.124</b>	<b>463.270</b>
	<b>502.228</b>	<b>541.615</b>
<b>Circulante</b>	<b>101.515</b>	<b>94.414</b>
<b>Não circulante</b>	<b>400.713</b>	<b>447.201</b>

- 1) Refere-se as contas a pagar relacionadas com a aquisição de terrenos, fazendas, reflorestamento e casas construídas no Maranhão, atualizada pelo IPCA.
- 2) Adquirido em março de 2018, pelo montante de R\$307.876, mediante pagamento de R\$267.876 e o saldo remanescente atualizado pelo IPCA, ajustado pelas possíveis perdas incorridas até a data de pagamento, com vencimentos em março de 2023 e março de 2028.
- 3) Em agosto de 2014, a Suzano adquiriu a Vale Florestar S.A. através do VFFIP, pelo montante de R\$528.941, mediante pagamento de R\$44.998 e saldo remanescente com vencimentos até agosto de 2029. As liquidações mensais estão sujeitas a juros e atualizadas pela variação da taxa de câmbio do Dólar dos Estados Unidos da América e parcialmente atualizada pelo IPCA.

## 24. Compromissos de longo prazo - consolidado

No curso normal de seus negócios, a Suzano celebra contratos de longo prazo na modalidade *take or pay* com fornecedores de produtos químicos, energia elétrica, transporte e gás natural. Os contratos preveem cláusulas de rescisão e suspensão de fornecimento por motivos de descumprimento de obrigações essenciais. Geralmente, é adquirido o mínimo acordado contratualmente e por essa razão não existem passivos registrados em adição ao montante que é

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

reconhecido mensalmente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, esses compromissos de longo prazo totalizam R\$12.429.229 por ano (R\$7.335.609 por ano em 31 de dezembro de 2019).

## **25. Patrimônio líquido**

### **25.1. Capital social**

Em 31 de dezembro de 2020 o capital social da Companhia era de R\$ 1.975.670, integralmente realizado e dividido em 172.927.303 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 75.034.146 ações ordinárias com direito a voto, 68.572.827 ações preferenciais de classe A e 29.320.330 ações preferenciais de classe B sem direito a voto.

### **25.2. Dividendos**

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Aos detentores das ações preferenciais é assegurado um dividendo de 10% superior ao das ações ordinárias.

Em 26 de maio de 2020 a Assembleia Geral Ordinária da Companhia aprovou a distribuição de dividendos do saldo de reservas de lucros, no montante de R\$ 4.970, correspondendo a R\$ 0,0272 por ação ordinária e R\$ 0,02992 por ação preferencial classe A e B, pagos em 04 de junho de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não foram distribuídos dividendos, em decorrência do prejuízo apurado em ambos os exercícios.

### **25.3. Reservas**

#### **25.3.1. Reservas de lucros**

São constituídas pela apropriação de lucros da Companhia, após a destinação para pagamentos dos dividendos mínimos obrigatórios e após a destinação para as diversas reservas de lucros, conforme apresentado a seguir:

- i) Legal: constituída na base de 5% do lucro líquido do exercício nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76 e limitado a 20% do capital social. A utilização desta reserva está restrita à compensação de prejuízos e ao aumento de capital social e visa assegurar a integridade do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a reserva de R\$127.406 foi absorvida integralmente pelo prejuízo do exercício.
- ii) Para aumento de capital: constituída na base de até 90% do saldo remanescente do lucro líquido do exercício e limitado a 80% do capital social, nos termos do Estatuto Social da Companhia, após a destinação à reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios. A constituição desta reserva visa assegurar à Companhia adequadas condições operacionais. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o valor de R\$36.969 foi absorvido pelo prejuízo do exercício.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

- iii) Estatutária especial: o saldo remanescente do lucro líquido do exercício e objetiva garantir a continuidade da distribuição de dividendos, até atingir o limite de 20% do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não havia saldo nessa reserva devido a sua absorção integral em 31 de dezembro de 2019.
- iv) Incentivos fiscais reflexa: são às subvenções governamentais concedidas à Suzano, na forma de incentivos fiscais, reconhecidas de maneira reflexa pela Companhia na proporção de sua participação no Capital Social da controlada. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a reserva de R\$161.647 foi absorvida integralmente pelo prejuízo do exercício.

### 25.3.2. Reservas de capital

A Reserva de capital é composta pelos saldos das reservas de incentivos fiscais, anterior a lei 11.638/07, e ganhos de variação de participação em controlada.

### 25.4. Ajuste de avaliação patrimonial

A Companhia registrou nesta rubrica do balanço as contrapartidas dos ajustes do custo atribuído quando da adoção das IFRS em 1º de janeiro de 2009 na Suzano. A movimentação desta rubrica ocorre pela realização dos itens do imobilizado, bem como, demais contrapartidas decorrentes da aplicação das IFRS. Adicionalmente, nesta rubrica são registradas as variações cambiais de controladas no exterior, o ganho (perda) com a atualização dos passivos atuariais e o resultado com a conversão das debêntures da 5ª emissão em ações com Partes Relacionadas, líquidos do imposto de renda e contribuições sociais diferidos da Suzano.

## 26. Resultado por ação

### 26.1. Básico

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais emitidas durante o período.

durante o período.

31 de dezembro de 2020				
Ordinárias	Preferenciais Classe A	Preferenciais Classe B	Total	
Resultado atribuível aos acionistas controladores	(1.206.869)	(1.213.237)	(518.757)	(2.938.863)
Quantidade média ponderada da quantidade de ações no período (mil)	75.034	68.573	29.320	172.927
Resultado básico por ação	(16,08427)	(17,69269)	(17,69269)	

31 de dezembro de 2019				
Ordinárias	Preferenciais Classe A	Preferenciais Classe B	Total	
Resultado atribuível aos acionistas controladores	(316.357)	(318.027)	(135.982)	(770.366)
Quantidade média ponderada da quantidade de ações no período (mil)	75.034	68.573	29.320	172.927
Resultado básico por ação	(4,21618)	(4,63780)	(4,63780)	

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

## 26.2. Diluído

O resultado diluído por ação é calculado no pressuposto da conversão de todas as opções de compra de ações ordinárias da Suzano, que provocariam reflexos no lucro atribuível à Companhia.

	31 de dezembro de 2020			
	Ordinárias	Preferenciais Classe A	Preferenciais Classe B	Total
Resultado atribuível aos acionistas controladores	(1.206.869)	(1.213.237)	(518.757)	(2.938.863)
Quantidade média ponderada da quantidade de ações no período (mil)	75.034	68.573	29.320	172.927
Resultado diluído por ação	(16,08427)	(17,69269)	(17,69269)	

	31 de dezembro de 2019			
	Ordinárias	Preferenciais Classe A	Preferenciais Classe B	Total
Resultado atribuível aos acionistas controladores	(316.357)	(318.027)	(135.982)	(770.366)
Quantidade média ponderada da quantidade de ações no período (mil)	75.034	68.573	29.320	172.927
Resultado diluído por ação	(4,21618)	(4,63780)	(4,63780)	

## 27. Resultado financeiro, líquido

	Consolidado		Controladora	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros sobre empréstimos, financiamentos (1)	(3.275.618)	(3.358.806)		
Prêmio sobre a recompra de bonds	(391.390)			
Amortização de custos de transação, ágio e deságio (2)	(101.741)	(220.642)		
Amortização de mais valia	(38.826)	1.548		
Ajuste a valor presente arrendamento	(486.565)			
Outras despesas financeiras	(164.638)	(599.952)	(317)	(191)
	<b>(4.458.778)</b>	<b>(4.177.852)</b>	<b>(317)</b>	<b>(191)</b>
<b>Receitas financeiras</b>				
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	148.121	394.807	1.075	2.549
Amortização de mais valia	95.238	37.412		
Outras receitas financeiras	85.411	64.203	1.030	1.479
	<b>328.770</b>	<b>496.422</b>	<b>2.105</b>	<b>4.028</b>
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>				
Receitas	7.283.864	2.711.394		
Despesas	(16.706.546)	(3.786.646)		
	<b>(9.422.682)</b>	<b>(1.075.252)</b>		
<b>Variações monetárias e cambiais, líquidas</b>				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(13.365.471)	(1.764.035)		
Arrendamento	(601.519)			
Outros ativos e passivos (3)	1.436.099	(200.892)		
	<b>(12.530.891)</b>	<b>(1.964.927)</b>		
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(26.083.581)</b>	<b>(6.721.609)</b>	<b>1.788</b>	<b>3.837</b>

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

- 1) Não inclui R\$10.636 no consolidado referente à juros capitalizados (R\$4.213 no consolidado em 31 de dezembro de 2019).
- 2) Inclui uma despesa de R\$13.783 no consolidado referente à custos de transação com empréstimos e financiamentos que foram reconhecidos diretamente no resultado (R\$34.836 no consolidado em 31 de dezembro de 2019).
- 3) Incluem efeitos das variações cambiais de clientes, fornecedores, caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e outros.

## 28. Receita líquida – consolidado

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
<b>Receita bruta de vendas</b>	<b>35.669.390</b>	31.396.469
<b>Deduções</b>		
Ajuste a valor presente		(5.316)
Devoluções e cancelamentos	(68.514)	(109.641)
Descontos e abatimentos	(3.830.267)	(3.835.140)
	<b>31.770.609</b>	27.446.372
Impostos sobre as vendas	(1.305.229)	(1.433.028)
<b>Receita líquida</b>	<b>30.465.380</b>	26.013.344

## 29. Informação por segmento – consolidado

### 29.1. Critérios de identificação dos segmentos operacionais

A Companhia e suas controladas avaliam o desempenho de seus segmentos de negócio através do resultado operacional. As informações apresentadas em “Não Segmentadas” estão relacionadas à demonstração do resultado e itens do balanço patrimonial não diretamente atribuídos aos segmentos de papel e celulose, tais como, resultado financeiro líquido e despesas com imposto de renda e contribuição social, além dos itens de classificação patrimonial de ativos e passivos.

Os segmentos operacionais definidos pela Administração são os seguintes:

- i) Celulose: compreende a produção e comercialização de celulose de eucalipto de fibra curta e *fluff* principalmente para abastecer o mercado externo, com qualquer excedente vendido no mercado interno.
- ii) Papel: compreende a produção e venda de papel para atender às demandas dos mercados interno e externo. As vendas do segmento de bens de consumo (*tissue*) estão classificadas nesse segmento devido a imaterialidade do segmento.
- iii) Imobiliário: Incorporadora e administradora de imóveis.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

As informações referentes aos ativos e passivos totais por segmentos não são apresentadas, pois não compõem o conjunto de informações disponibilizadas aos Administradores da Suzano que, por sua vez, tomam decisões sobre investimentos e alocação de recursos considerando as informações dos ativos em bases consolidadas.

Adicionalmente, com relação às informações geográficas relacionadas a ativos não circulantes, não divulgamos tais informações, visto que todos os nossos ativos imobilizados, ativos biológicos e intangíveis estão localizados no Brasil.

## 29.2. Informações dos segmentos operacionais

	Consolidado			
	31 de			
	dezembro de			
	2020			
	Celulose	Papel	Imobiliário	Não Segmentado
				Total
<b>Receita líquida</b>	25.578.265	4.882.012	5.103	30.465.380
Mercado interno (Brasil)	1.609.449	3.358.186	5.103	4.972.738
Mercado externo	23.968.816	1.523.826		25.492.642
Ásia	12.921.081	196.266		13.117.347
Europa	6.409.879	262.924		6.672.803
América do Norte	4.340.956	263.328		4.604.284
América do Sul e Central	184.590	723.603		908.193
África	112.310	77.705		190.015
<b>Custo dos produtos vendidos</b>	(15.754.930)	(3.211.401)	(1.872)	(18.968.203)
<b>Lucro bruto</b>	9.823.335	1.670.611	3.231	11.497.177
Margem Bruta (%)	38,4%	34,2%	63,32%	37,74%
<b>(Despesas) receitas operacionais</b>	(2.409.483)	(641.069)	(319)	(3.056.668)
Vendas	(1.770.036)	(404.616)		(2.174.652)
Gerais e administrativas	(1.016.093)	(427.099)	(321)	(1.449.314)
Outras, líquidas	390.178	140.972	2	531.156
Equivalência patrimonial	(13.532)	49.674		36.142
<b>Resultado Operacional (EBIT) <sup>(1)</sup></b>	7.413.852	1.029.542	2.912	8.440.509
Margem operacional (%)	29,0%	21,1%	57,1%	27,7%
<b>Resultado financeiro líquido</b>				(26.083.581)
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>	7.413.852	1.029.542	2.912	(26.089.378)
<b>Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro</b>				6.911.328
<b>Lucro (prejuízo) do exercício</b>	7.413.852	1.029.542	2.912	(19.178.050)
<b>Margem de lucro (prejuízo) do exercício (%)</b>	29,0%	21,1%	57,06%	-35,23%
<b>Resultado do exercício atribuído aos acionistas controladores</b>				(2.938.863)
<b>Resultado do exercício atribuído aos acionistas não controladores</b>				(7.792.881)
<b>Depreciação, exaustão e amortização</b>	6.232.376	540.404		537
				6.773.317

1) Lucro Antes dos Juros e Impostos ("LAJIR"), equivalente ao termo em inglês EBIT (*Earnings Before Interest and Tax*).



(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

	Consolidado				
	31 de				
	dezembro de				
	2019				
	Celulose	Papel	Imobiliário	Não Segmentado	Total
<b>Receita líquida</b>	21.027.686	4.985.264	394		26.013.344
Mercado interno (Brasil)	1.833.936	3.480.279	394		5.314.609
Mercado externo	19.193.750	1.504.985			20.698.735
Ásia	9.605.799	136.882			9.742.681
Europa	5.950.832	221.697			6.172.529
América do Norte	3.592.563	382.628			3.975.191
América do Sul e Central	44.556	710.086			754.642
África		53.692			53.692
<b>Custo dos produtos vendidos</b>	(17.440.018)	(3.303.464)	(1.626)		(20.745.108)
<b>Lucro bruto</b>	<b>3.587.668</b>	<b>1.681.800</b>	<b>(1.232)</b>		<b>5.268.236</b>
Margem Bruta (%)	17,1%	33,7%	-312,7%		20,3%
<b>(Despesas) receitas operacionais</b>	(2.089.286)	(679.719)	(330)	121.912	(2.647.423)
Vendas	(1.503.775)	(401.504)			(1.905.279)
Gerais e administrativas	(806.774)	(366.584)	(335)	(6.203)	(1.179.896)
Outras, líquidas	209.577	68.062	5	128.115	405.759
Equivalência patrimonial	11.686	20.307			31.993
<b>Resultado Operacional (EBIT) <sup>(1)</sup></b>	<b>1.498.382</b>	<b>1.002.081</b>	<b>(1.562)</b>	<b>121.912</b>	<b>2.620.813</b>
Margem operacional (%)	7,1%	20,1%	-396,4%		10,1%
<b>Resultado financeiro líquido</b>				(6.721.609)	(6.721.609)
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>	<b>1.498.382</b>	<b>1.002.081</b>	<b>(1.562)</b>	<b>(6.599.697)</b>	<b>(4.100.796)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro</b>				1.283.202	1.283.202
<b>Lucro (prejuízo) do exercício</b>	<b>1.498.382</b>	<b>1.002.081</b>	<b>(1.562)</b>	<b>(5.316.495)</b>	<b>(2.817.594)</b>
Margem de lucro (prejuízo) do exercício (%)	7,1%	20,1%	-396,4%		-10,8%
<b>Resultado do exercício atribuído aos acionistas controladores</b>					<b>(770.366)</b>
<b>Resultado do exercício atribuído aos acionistas não controladores</b>					<b>(2.047.228)</b>
<b>Depreciação, exaustão e amortização</b>	<b>7.575.630</b>	<b>516.322</b>		<b>622</b>	<b>8.092.574</b>

1) Lucro Antes dos Juros e Impostos ("LAJIR"), equivalente ao termo em inglês EBIT (*Earnings Before Interest and Tax*).

Com relação às receitas do mercado externo do segmento operacional celulose, China e Estados Unidos da América são os principais países em relação à receita líquida, representando 47,97% e 16,54%, respectivamente, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (China e EUA representaram 40,00% e 16,54%, respectivamente, em 31 de dezembro de 2019).

Com relação às receitas do mercado externo do segmento operacional papel, Argentina e Estados Unidos da América, são os principais países, representando 18,06% e 17,92% do mercado externo, respectivamente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (Estados Unidos, Peru e Argentina representaram 24,64%, 12,70% e 11,61% em 31 de dezembro de 2019).

Não há nenhum outro país estrangeiro individual que represente mais do que 10% da receita líquida no mercado externo para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

### 29.3. Vendas líquidas por produto

A tabela abaixo mostra a abertura das vendas líquidas consolidadas por produto:

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Produtos	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Celulose de mercado <sup>(1)</sup>	25.578.265	21.027.686
Papel para impressão e escrita <sup>(2)</sup>	3.891.002	4.100.502
Papel cartão	935.047	823.360
Outros	61.066	61.796
<b>Total das vendas líquidas</b>	<b>30.465.380</b>	<b>26.013.344</b>

- 1) A receita líquida da celulose *fluff* representa, aproximadamente, 0,6% do total da receita líquida e, portanto, foi incluída na receita líquida de celulose de mercado.
- 2) O *tissue* é um produto recentemente lançado e sua receita líquida representa cerca de 2,6% do total da receita líquida consolidada e, portanto, foi incluída na receita líquida de papel de impressão e escrita.

#### 29.4. Ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*)

Os ágios por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), oriundos de combinações de negócios foram alocados aos segmentos divulgáveis, correspondem às unidades geradoras de caixa ("UGC") da Suzano, considerando os benefícios econômicos gerados por tais ativos intangíveis. A alocação por segmento divulgável do ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) está apresentada a seguir:

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Celulose	7.897.051	7.942.486
Bens de consumo	119.332	119.332
	<b>8.016.383</b>	<b>8.061.818</b>

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

### 30. Resultado por natureza

	Consolidado		Controladora	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
<b>Custos dos Produtos Vendidos (1)</b>				
Gastos com pessoal	(997.080)	(1.374.331)		
Custo com matérias-primas, materiais e serviços	(7.533.152)	(10.067.716)		
Custos logísticos	(4.156.096)	(2.776.021)		
Depreciação, exaustão e amortização (2)	(5.773.088)	(7.135.049)		
Gastos operacionais COVID-19 (3)	(95.024)			
Outros (4)	(413.763)	608.009		
	<u>(18.968.203)</u>	<u>(20.745.108)</u>		
<b>Despesas com vendas</b>				
Gastos com pessoal	(205.636)	(215.640)		
Serviços	(114.143)	(85.161)		
Despesas com logística	(852.562)	(618.089)		
Depreciação e amortização	(905.880)	(904.748)		
Outros (5)	(96.431)	(81.641)		
	<u>(2.174.652)</u>	<u>(1.905.279)</u>		
<b>Despesas gerais e administrativas</b>				
Gastos com pessoal	(867.529)	(647.235)	(5.221)	(4.692)
Serviços	(313.392)	(325.181)	(1.371)	(1.306)
Depreciação e amortização	(78.332)	(26.265)	(57)	(44)
Ações Sociais COVID-19	(48.590)			
Gastos operacionais COVID-19 (3)	(41.076)			
Outros (6)	(100.395)	(181.215)	(606)	(731)
	<u>(1.449.314)</u>	<u>(1.179.896)</u>	<u>(7.255)</u>	<u>(6.773)</u>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas</b>				
Aluguéis e arrendamentos	4.303	5.805		
Resultado na venda de outros produtos, líquido	56.791	15.229		
Resultado na venda e baixa de ativo imobilizado e biológico, líquido (4)	56.984	(63.454)		
Resultado na atualização do valor justo do ativo biológico	466.484	185.399		
Ressarcimento de seguros	5.025	7.917		
Exaustão e amortização	(15.537)	(20.336)		
Venda de créditos judiciais (Eletrobrás)		87.000		
Resultado na alienação de investimentos	(9.404)			
Créditos tributários - ganho em ação tributária (ICMS na base do PIS/COFINS)		128.115		
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(33.490)	60.084	4	1
	<u>531.156</u>	<u>405.759</u>	<u>4</u>	<u>1</u>

- 1) Inclui R\$524.411 no consolidado, relativo a gastos com capacidade ociosa e parada de manutenção (R\$615.394 em 31 de dezembro de 2019).
- 2) O exercício findo em 31 de dezembro de 2019 inclui a amortização da mais valia de estoques, decorrente da combinação de negócios com a Fibria, sendo R\$2.178.903 no consolidado.
- 3) Inclui, principalmente, gastos nas unidades fabris para readequação dos refeitórios e locais de trabalho, ampliação da frequência de conservação, limpeza, higienização e manutenção das áreas comuns, disponibilização de transporte coletivo com maior espaço entre os passageiros, distribuição de máscaras e realização de testes rápidos nos colaboradores que atuam nas unidades fabris.
- 4) Inclui R\$3.177 no consolidado, relativo a custo de desmobilização de contrato de arrendamento de terreno empregado na formação do custo do ativo biológico.
- 5) Inclui PECLD, seguros, materiais de uso e consumo, viagens, hospedagem, feiras e eventos.
- 6) Inclui despesas corporativas, seguros, materiais de uso e consumo, projetos sociais e doações, viagem e hospedagem.

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

### **31. Cobertura de seguros – consolidado**

A Suzano mantém cobertura de seguro para risco operacional com limite máximo para indenização de US\$1.000.000 equivalente a R\$5.196.700. Adicionalmente, mantém cobertura de seguro de responsabilidade civil geral no montante de US\$20.000, equivalente a R\$103.934 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

A Administração da Suzano considera esse valor suficiente para cobrir possíveis riscos de responsabilidades, sinistros com seus ativos e lucros cessantes.

A Suzano não tem seguro para suas florestas. Visando minimizar o risco de incêndio, são mantidos, pela brigada interna de incêndio, um sistema de torres de observações e uma frota de caminhões. A Suzano não apresenta histórico de perdas relevantes com incêndio de florestas.

A Suzano dispõe de apólice de seguro de transporte nacional e internacional com vigência até maio de 2021, com renovação prevista para um período de 12 meses.

Além das coberturas mencionadas anteriormente, são mantidas em vigor apólices de responsabilidade civil dos executivos e diretores da Companhia e suas controladas, em montantes considerados adequados pela Administração.

A avaliação da suficiência das coberturas de seguro não faz parte do escopo do exame das demonstrações financeiras por parte dos auditores independentes

### **32. Avais e fianças**

A garantia assumida pela Companhia junto a Suzano finalizou em outubro de 2020, devido a quitação do empréstimo. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia não possuía garantias assumidas.

### **33. Eventos subsequentes na Suzano**

#### **33.1. Conclusão da transação de compra e venda de imóveis rurais e florestas (madeira em pé) com condição precedente (“Closing”)**

Em 05 de janeiro de 2021, por meio de Comunicado ao Mercado, a Suzano informa a conclusão da Transação com a Bracell e Turvinho e o recebimento do preço de compra e venda de R\$1.056.755 em conformidade com os termos do contrato de compra e venda de imóveis rurais e florestas com condição precedente assinado pelas partes (nota 1.2.2).

Do montante total recebido:

- i) R\$375.860 foi reconhecido na rubrica de outros passivos, referente o adiantamento pela venda das florestas de eucalipto (maduras) e ativos biológicos em formação (imaturas), que será reconhecido em outras receitas operacionais mediante a entrega da madeira; e
- ii) R\$680.895 foi reconhecido na rubrica de outras receitas operacionais, com o cumprimento da obrigação de desempenho da entrega e posse dos imóveis rurais. O custo dos imóveis no valor R\$289.867, previamente classificado na rubrica de ativos não circulantes mantidos para

**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

a venda, foram realizados e reconhecidos na rubrica de outras despesas operacionais, gerando ganho líquido de R\$391.028.

A transferência dos contratos de arrendamento no valor de R\$1, mencionada na nota 1.2.2., foi deduzida do montante recebido, sem impactar no objeto de compra e venda da Transação.

Adicionalmente, do valor recebido pela venda dos imóveis rurais, R\$50.415 foi classificado na rubrica de aplicações financeiras de longo prazo dada em garantia ("*Escrow Account*"), cujo montante será liberado após o cumprimento da regularização documental de determinados imóveis rurais pela Suzano, prevista na Transação. Os custos de regularização foram estimados em R\$8.000, provisionados na rubrica de outras despesas operacionais.

### **33.2. Liquidação antecipada de financiamento junto ao BNDES**

No dia 9 de fevereiro de 2021, a Suzano liquidou antecipadamente um contrato de financiamento junto ao BNDES, no valor principal de R\$1.453.842, com vencimento original em maio de 2026 e taxa de juros mensais indexadas a SELIC + 3% a.a. e TJLP + 2% e custo de transação no valor de R\$30.000.